

TEREZA CANHADAS BERTAN

**A EDUCAÇÃO CONFESSIONAL PROTESTANTE
- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA -
1944 A 1972**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1990

TEREZA CANHADAS BERTAN *m. f.*

**A EDUCAÇÃO CONFSSIONAL PROTESTANTE
- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA -
1944 A 1972**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Área de Concentração: Filosofia e História da Educação, sob a orientação do Prof. Dr. José Luís Sanfelice.

Sanfelice, José Luís.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1990

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida por
Tereza Panhadas Bertan
e aprovada pela Comissão Julgadora
em 10/08/90

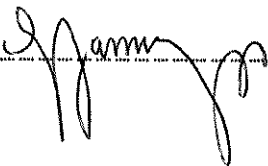
Data: 10/08/90
Assinatura: [assinatura]

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO** na Área de Concentração: Filosofia e História da Educação, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. José Luís Sanfelice.

Comissão Julgadora:-







AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. José Luis Sanfelice, pela forma como conduziu a orientação do presente trabalho, pelo respeito e pela amizade.

À CAPES, à UEL e ao Departamento de Educação, pelo apoio institucional.

Ao Professor Dr. Nely Lopes Casali, pela apreciação à análise dos Estatutos do Instituto Filadélfia.

Ao Professor José Dorival Peres, ex-diretor do Centro de Educação, e à Professora Dra. Zenite Terezinha Ribas Cesar, ex-chefe do Departamento de Educação, pelo incentivo e apoio nos momentos oportunos na realização do Curso de Mestrado.

Às professoras doutoras Gilberta S. M. Jannuzzi e Olinda Maria Noronha, pelas contribuições dadas ao encaminhamento e aprofundamento teórico do trabalho.

À Professora Dra. Maria Eugênia L. M. Castanho,
pelas sugestões oferecidas e pela sincera amizade.

Ao professor Araquém de Melo e Silva, Secretário
Geral do CESULON, responsável pelo acesso às fontes primárias
do Instituto Filadélfia de Londrina, colaborando de forma
decisiva para a realização da pesquisa.

A todos aqueles que, de certa forma, tentaram
colocar empecilhos na trajetória de nossa caminhada, também
nossos agradecimentos, pois graças a eles, pudemos renovar
nossas forças chegando à meta colimada.

Ao meu esposo - Levino; e
a nossos filhos - Helder e
Larissa.

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo o estudo do Instituto Filadélfia de Londrina, Sociedade Civil, criada em 1945, pelo reverendo e professor Zaqueu de Melo, constituída por cotas de participação adquiridas pelos membros das Igrejas Evangélicas Presbiteriana, Presbiteriana Independente e Metodista, residentes em várias cidades do Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Com o passar dos anos, essas cotas, por doações ou vendas, passaram para as igrejas, que se tornaram sócias majoritárias, desenvolvendo um processo de centralização e acumulação de capital. A Sociedade tinha por finalidades expressas nos Estatutos a "formação de obreiros e o ensino formal". O que prevaleceu foi o ensino, que passou a ser explorado na cidade de Londrina. Os Estatutos foram alterados de acordo com os interesses da Sociedade e do grupo hegemônico. O Instituto não ficou desvinculado do contexto nacional e da colonização do Norte do Paraná. A Companhia de Terras do Norte do Paraná, de origem inglesa, responsável pela colonização e crescimento da cidade e da região, estabeleceu um plano fundiário que, privilegiou a pequena e média propriedade, vendendo lotes de terras a imigrantes, a paulistas, mineiros e outros que aportaram interessados na fertilidade da terra roxa destinada à cultura cafeeira. Londrina tornou-se um pólo aglutinador de toda a região norte-paranaense e centro distribuidor da indústria paulista. O interesse econômico se desenvolveu em vários setores, como o terciário e o de prestação de serviços, mas foi a agricultura que se destacou. A tarefa educativa coube à iniciativa particular que se manifestou pela ação dos imigrantes, acostumados em seus países de origem com escolas para os filhos. As escolas pioneiras foram criadas pelos alemães, japoneses e entidades particulares. O Ginásio Londrinense, criado por iniciativa do advogado Ruy Ferraz de Carvalho e do médico Jonas Faria Castro, iniciou suas atividades em 1941, vendido em 1946 para o grupo evangélico denominado Instituto Filadélfia de Londrina, que desenvolveu um projeto pedagógico com a oferta dos cursos: primário, ginásial, colegial (clássico e científico), curso básico de comércio (1o. ciclo), técnico de comércio (2o. ciclo), normal secundário, industrial, secretariado e ginásial intensivo. Na década de 60, foram instalados os cursos vocacionais, ginásial e colegial, com a ajuda externa da Central Evangélica Alemã, para a construção de prédios e instalações dos cursos profissionalizantes a nível de 2o. grau de agronomia, mecânica e eletrotécnica. Apesar dos recursos, os cursos não foram instalados. As práticas pedagógicas de caráter autoritário e centralizador, obedeciam as normas do sistema de ensino brasileiro. Esteve presente um Projeto Oculto na Instituição, que veiculava o pensamento liberal, comungado com o ideário protestante, mas o que prevalecia era a ordem, a disciplina e o interesse empresarial. A figura do diretor-presidente, personalista e centralizadora representava o encaminhamento administrativo-pedagógico da escola e dos negócios da Sociedade. O pensamento protestante sempre esteve presente na Instituição, propondo uma educação individualista, em que o sucesso pessoal, a liderança, o homem bem sucedido eram metas.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	1
 CAPÍTULO 1 - ASPECTOS DA POLÍTICA NACIONAL E EDUCACIONAL, NO PERÍODO DE 1930-1970.....	5
 CAPÍTULO 2 - ASPECTOS HISTÓRICOS DA COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ E OS PRIMÓRDIOS DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR NA CIDADE DE LONDRINA.....	20
 2.1 - A Fase Emergente da Colonização do Norte do Paraná.....	20
 2.2 - Nascimento e Crescimento de uma Cidade: Londrina.....	25
 2.3 - A Sociedade Londrinense Organiza o seu Sistema Escolar: uma iniciativa particular.....	33

CAPÍTULO 3 - IGREJAS PROTESTANTES E O INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA.....	35
3.1 - A Instalação do Protestantismo em Londrina.....	39
3.2 - Organização Social do Instituto Filadélfia de Londrina.....	41
3.3 - Os Estatutos do Instituto Filadélfia de Londrina.....	47
 CAPÍTULO 4 - A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DA INSTITUIÇÃO.....	 94
4.1 - Breve Histórico das Origens dos Cursos Instalados na Instituição.....	94
4.2 - O Projeto Pedagógico.....	112
4.2.1 - A organização curricular.....	116
4.2.2 - As atividades extracurriculares.....	152
4.2.3 - As relações de trabalho e as exigências contratuais.....	157
 CONCLUSÃO.....	 165

ANEXOS.....	177
ANEXO I - ESTATUTO, 1945 E ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS DE 1950, 1964 E 1970.....	178
ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE ALUNOS MATRICULADOS NO PERÍODO DE 1951-1972 - CURSO COLEGIAL.....	191
ANEXO III - GRADE CURRICULAR -CURSO GINASIAL TURNOS DIURNO/NOTURNO - ANO DE 1958.....	193
ANEXO IV - GRADE CURRICULAR -CURSO GINASIAL TURNOS DIURNO/NOTURNO - ANO DE 1962.....	195
ANEXO V - GRADE CURRICULAR - CURSOS CIENTÍFICO E CLÁSSICO - TURNOS DIURNO E NOTURNO - ANO DE 1963.....	197
ANEXO VI - GRADE CURRICULAR - CURSO GINASIAL VOCACIONAL - TURNO DIURNO - ANO DE 1966.....	199
ANEXO VII - GRADE CURRICULAR - COLEGIAL VOCACIONAL - TURNO DIURNO - ANO DE 1964.....	201
ANEXO VIII - GRADE CURRICULAR - CURSO NORMAL	

SECUNDÁRIO - TURNO DIURNO - 1957-	
1960.....	203
ANEXO IX - GRADE CURRICULAR - CURSO NORMAL	
SECUNDÁRIO - TURNOS DIURNOS E	
NOTURNOS - 1968-1970.....	205
ANEXO X - GRADE CURRICULAR - CURSO GINASIAL	
INTENSIVO TURNO DIURNO - 1969-1971.....	207
BIBLIOGRAFIA.....	209

INTRODUÇÃO

O presente estudo parte de uma análise da política educacional do período de 1930 a 1970 e do início da colonização do norte do Paraná, especificamente da cidade de Londrina. Focaliza a preocupação dos colonizadores - imigrantes, paulistas e mineiros - que, aliados às lideranças locais, buscavam alternativas para a instalação de escolas que atendessem à educação de seus filhos. O trabalho visa a estudar a história da educação local, com o intuito fundamental de preservar, valorizar e transmitir a sua memória. Trata-se de um estudo particular, mas de utilidade para a história regional e nacional.

Nesta linha, propusemo-nos a delimitar o objeto de pesquisa a uma instituição de ensino - O INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA - sociedade jurídica mantenedora da instituição educacional, que, durante o período pesquisado, ofereceu vários cursos: Ensino Primário, Ginásial, Comercial Básico, Técnico de Comércio, Colegial (nas modalidades Científico e Clássico), Técnico Industrial, Técnico de Secretariado e ainda, o Ginásial e Colegial Vocacionais. Estes dois últimos, a partir da década de 60, concorrendo, para a sua implantação física e material, a ajuda externa da Central Evangélica Alemã. As razões pela opção deste estudo são de várias ordens. A primeira, por se tratar de uma instituição confessional protestante, com um modelo administrativo-filosófico, pautado pelos Estatutos que, freqüentemente, eram

modificados, de acordo com os interesses do grupo dirigente, para usufruir de benefícios e levar vantagens. O professor Zaqueu de Melo, idealizador e criador da Instituição, foi figura central de todo o processo histórico dessa Instituição de ensino, como diretor-presidente por mais de duas décadas. A segunda, porque as condições históricas do surgimento da Sociedade estavam relacionadas com a mobilização de um grupo de evangélicos empreendedores de um modelo jurídico-econômico que deu sustentação ao projeto empresarial da Instituição. A organização jurídica da Sociedade feita pelo grupo evangélico foi constituída por um regime de cotas, adquiridas, inicialmente, por membros das Igrejas Evangélicas Presbiteriana, Presbiteriana Independente e Metodista. Mais tarde, essas cotas foram transferidas para as respectivas igrejas, dando início ao processo de centralização e acumulação de capital, ao mesmo tempo em que o poder hegemônico da Sociedade jurídica passava, para as mãos das igrejas, em detrimento dos sócios que contribuíram para a fundação e consolidação da Instituição. Suas finalidades eram as de "preparar pregadores leigos e professores para a Escola Dominical" e, num segundo plano, organizar o ensino formal, sendo que esta última recebeu prioridade com a expansão do ensino via modelo empresarial. A terceira, por se tratar de uma Instituição que atendia a uma clientela específica, isto é, economicamente privilegiada, priorizava grupos locais dominantes que conseguiram, com a ocupação da região norte-paranaense e com a expansão e desenvolvimento da cultura cafeeira, constituíu-se numa força econômica da região. Paralelamente à economia primária, os setores terciários e de prestação de serviços também se desenvolveram, sendo fatores

marcantes no crescimento populacional da região. O comércio e o setor de prestação de serviços possuíam características regionais, e Londrina polarizou toda a região norte do Paraná, tornando-se um centro distribuidor da indústria paulista.

Além dessas razões, outro fator interveniente, a ser destacado pelo papel relevante que desempenhou, é a ação colonizadora da Companhia de Terras Norte do Paraná, responsável por uma divisão fundiária que privilegiou o pequeno e o médio agricultor, pois, permitindo-lhes o acesso à terra, proporcionou uma mobilização social mais extensa. Essa empresa loteadora adquiriu as terras do Governo do Estado do Paraná e construiu a estrada de ferro, facilitando o acesso dos compradores e sua fixação aos lotes, cuja área variava de 10 a 20 alqueires. Traçou também as diretrizes da colonização do norte do Paraná, com a criação de núcleos básicos e distanciados, uns dos outros, cerca de 100 quilômetros. Esses núcleos estavam destinados à formação de cidades que, mais tarde, se tornariam núcleos econômicos, pólos regionais. A cidade de Londrina constituiu-se num desses núcleos. Entre os núcleos básicos, numa distância de 10 a 15 quilômetros, foram criados os patrimônios e, com o passar dos anos, transformaram-se em cidades menores, atuando como ponto de abastecimento da população rural. Tanto nas cidades, como nos patrimônios, seguiu um plano urbano de vendas de datas, destinadas a residências e instalação de casas comerciais.

O trabalho tem suas limitações, uma vez que por ocasião da pesquisa, tivemos dificuldade de acesso a muitas fontes primárias, devido aos conflitos internos da diretoria, com membros das igrejas associadas. Somente após a renúncia da antiga diretoria e posse de um novo grupo dirigente, as portas

da Instituição foram abertas, para o prosseguimento dos estudos. Sirva, pois, este trabalho, como elemento de consulta para quicá, fomentar novas pesquisas.

Em síntese, o trabalho contém o estudo do INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA, no período de 1944 até 1972. De então para cá, a Instituição inaugurou uma nova fase histórica, voltando seus interesses para o ensino superior.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS DA POLÍTICA NACIONAL E EDUCACIONAL, NO PERÍODO DE 1930 A 1970

A década de 30 foi marcada pelo declínio da hegemonia agro-cafeeira, com a queda na exportação do café e a substituição das importações. Em 1929 a crise mundial do capitalismo, com reflexos na economia cafeeira, estimulou o setor industrial através da substituição de importações, enquanto o período econômico significou uma tentativa de suprimento do mercado interno, com a importação de bens de produção. A partir da década de 40, a industrialização provocou elevadas taxas de urbanização, conforme demonstra este quadro:

TAXAS DE URBANIZAÇÃO

Ano	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
1940	27,8	23,4	21,5	39,4	27,7	31,2
1950	31,5	26,4	24,4	47,5	29,5	36,2
1960	37,8	34,2	35,0	57,3	37,6	45,1

Fonte: Octávio IANNI. O colapso do populismo no Brasil, p.58.

Na região Sudeste, a industrialização provocou um crescimento tão acelerado no setor urbano que foi necessário

suprir a demanda, não apenas de maior interligação entre centros urbanos, mas também de atendimento a serviços essenciais à população: saúde, transporte e educação. Na região Centro-Sul, os imigrantes que chegaram no início do século aumentaram a demanda dos referidos serviços, acompanhando a expansão cafeeira.

Após a Revolução de 30, algumas medidas foram tomadas no setor da educação, como: a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, a Reforma de Francisco Campos e o Estatuto da Universidade. As idéias da Escola Nova também ganham força com o Manifesto dos Pioneiros. Segundo Cury(1) "os pioneiros da Escola Nova professavam explicitamente um liberalismo com elevado pendor social, sem que formasse um bloco homogêneo". Os pioneiros também contribuíram com propostas para a Constituição de 1934, que consagrou os ideais da educação estendida à totalidade da população.

Na Constituinte, ocorreram disputas ideológicas. De um lado, os "pioneiros" da Escola Nova defendiam a tendência liberal, na vertente do humanismo moderno; de outro, os católicos defendiam o humanismo tradicional. O conflito estabelecido foi equacionado pelo Estado, que incorporou, na Constituição de 34, as teses da ideologia católica, como também a maioria das propostas dos pioneiros.

Os ideais dos "pioneiros" eram considerados avançados e, ao mesmo tempo, ameaçadores à classe dominante. Não interessavam ao sistema político daquele momento, pois eram considerados próximos ao ideário comunista, que o governo de Vargas combatia.

(1) - Carlos R. Jamil CURY. *Ideologia e educação brasileira- católicos e liberais*, p. 24

Na verdade, a esfera governamental cuja política econômica podia ser caracterizada como positivista foi obrigada a definir posições contra a mobilização política urbana. Essa mobilização se fez, de um lado, pela adesão dos imigrantes e de seus descendentes ao comunismo e anarquismo. De outro lado, igualmente ameaçador, surgia o integralismo. Se o positivismo atacava as bases excessivamente liberais do capitalismo, o integralismo o via como cosmopolitismo. Segundo Salgado, em 1931:

"O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso Nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever. E isso não quer dizer má vontade para com as Nações amigas, para com os filhos de outros países, que aqui também trabalham para o engrandecimento da Nação Brasileira e cujos descendentes estão integrados em nossa própria vida do povo. Referimo-nos aos costumes, que estão enraizados principalmente em nossa burguesia, na classe dos ricos, (...) na nossa burguesia (...) eles adquiriram hábitos cosmopolitas..."(2).

Assim, enquanto o integralismo serviu para combater as bases comunistas e anarquistas urbanas, ele foi útil ao Executivo. No entanto, ao colocar-se como provável candidato às eleições de 1937, Plínio Salgado, forçou Getúlio Vargas a instalar a ditadura no país. Aprimorando o ideário da Constituição de 1934, uma nova Constituição é elaborada pelo jurista Francisco Campos. Acentua-se, já no contexto de uma Segunda Guerra Mundial, o teor positivista do Executivo. Uma das características do estilo de governar passa a ser centralização do poder, um cesarismo, como se pretendia, moralmente responsável pela condução dos negócios do Estado, distribuindo benefícios e reforçando o DASP. Seu tema é o "bem

(2) - Plínio SALGADO. *Ação integralista brasileira*, p. 6

comum de todos os indivíduos". Assim o Poder Executivo passou a ter poderes sobre o Legislativo e sobre o Judiciário. O presidente passou a governar, mediante decreto-lei. Uma rígida censura à imprensa, ao cinema e ao rádio foi instalada. As greves foram proibidas. Para os trabalhadores, foram mantidos o salário mínimo, a previdência social e a jornada de oito horas de trabalho. O governo promoveu uma forte concentração de poder do Estado.

O dirigismo estatal substituiu a política liberal, favorecendo a indústria e a defesa do nacionalismo, com o predomínio da tutela autoritária. Os espaços dos liberais não foram garantidos. Não houve resistência ao golpe. A classe média e o povo aceitaram tudo pacificamente. Para a realização de seu plano, o governo contou com o apoio dos militares e dos intelectuais.

O caráter autoritário e centralizador da Constituição de 37 diminuiu a autonomia dos Estados e dos Municípios. Com o propósito de realizar reformas nas repartições públicas, elaborar propostas orçamentárias e fiscalizar os orçamentos públicos, foi criado, em 1938, o DASP (Departamento de Administração e Serviço Público). O sistema de interventorias que centralizava o Estado Novo era administrado pelo DASP e, em cada Estado, representado por daspinhos. Era uma forma de fortificar o poder federal(3).

Dentro das metas da política econômica defendida pelo Executivo, estava a organização do sistema educacional do país. Esta meta, importante na filosofia positivista, era defendida de maneira consensual pelo alto escalão do governo. A partir de então, o Estado colocou em prática os princípios

(3) - Maria do Carmo C. Campello de SOUZA. *Estado e partidos políticos no Brasil*, p. 79-100

técnicos e burocráticos que nortearam a vida nacional e que, obviamente, afetaram também a educação brasileira.

O governo de Vargas (30-45 e 50-54), afirma Covre(4), representou, ainda, um "projeto social de desenvolvimento progressista, não negador do capitalismo, mas com a opção do possível histórico-capitalismo 'autônomo', tendo, como eixo, a industrialização e o planejamento econômico do Estado". Acredito que o positivismo aliado ao capitalismo conferia uma característica diferente ao projeto sócio-econômico.

A política educacional desenvolvida por Vargas atendia os interesses do Estado, com as preocupações do nacionalismo, do ensino cívico e da educação física; deu ênfase ao ensino técnico-profissional, como forma de adequar a educação à nova sociedade industrial, que se encontrava emergente. Segundo Paiva, "com o Estado Novo a política educacional se transforma, pois o novo regime autoritário tinha diretrizes definidas e ideologia própria a ser definida pela educação"(5).

No período de Vargas, destacam-se as Leis Orgânicas do Ensino Secundário e do Ensino Técnico-Industrial, oriundas da Reforma de Gustavo Capanema e a criação do SENAI (1944) e do SENAC (1946). O ensino continuava com dois sistemas paralelos: o profissionalizante e o acadêmico. Essa orientação vigorou até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961.

Após a queda da ditadura de Vargas (1945) e o fim da Segunda Guerra Mundial, com a vitória das forças

(4) - Maria de Lourdes Manzini COVRE. **A formação e a ideologia do administrador de empresas**, p. 62-63

(5) - Vanilda Pereira PAIVA. **Educação popular e a educação de adultos**, p. 130

liberais americanas, dá-se início a uma nova fase em torno da modernização da educação brasileira. Na década de 50, todas as facções políticas concordavam com a industrialização do país, seguindo a rotina econômica neo-liberal. Nos anos 60, o Brasil contava com um parque industrial diferenciado e importante para a economia da nação.

Findo o Estado Novo, revigorou-se o debate educacional em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61), que mobilizou a área educacional. A demora da aprovação da L.D.B. (13 anos), no Congresso Nacional, deveu-se às lutas ideológicas que se travaram ao longo das discussões: centralização; descentralização; e papel do Estado em relação à Educação; a gratuidade da escola em todos os níveis; a liberdade de ensino em nome do que veio privilegiar a iniciativa particular, em detrimento da defesa da escola pública. Adepto da ideologia liberal, nos debates, Carlos Lacerda defendia a liberdade de ensino; ao passo que Anísio Teixeira defendia a corrente do estatismo.

Deve-se destacar, aqui, a ação da Associação dos Educadores Católicos, que liderava o movimento privatista, desde o início dos debates. Tudo indica que os colégios particulares não religiosos (não confessionais) se compuseram com o movimento desencadeado pela AEC.

Segundo Lima, deve-se fazer distinção

"... entre as escolas confessionais pagas pela clientela, cujo objetivo é a doutrinação religiosa ou ideológica, e escolas empresariais, exploradas por leigos, na forma evidente de empreendimento capitalista, sem nenhuma coloração ideológica, política ou religiosa. Ambas se identificam como entidades particulares (em oposição à pública), economicamente auto-suficientes, dentro de um sistema capitalista; empresas, portanto, que, por exigências do próprio sistema, tendem para o lucro. A hipótese é que, dados os seus objetivos

religiosos, as escolas confessionais (católicos, protestantes, israelitas) não visassem, como valor, o lucro, acima de tudo, mas à transmissão de mensagens religiosas, em cujas técnicas se reinvestiriam as parcelas lucrativas do processo econômico, eximindo-se os diretores de auferirem excedentes"(6).

Muito embora a liderança dessa disputa estivesse centralizada na AEC, o que, de fato, prevaleceu foi a iniciativa empresarial capitalista, veiculando a imagem de instituições religiosas que, no bojo das disputas, defendiam a iniciativa privada e as subvenções dos poderes públicos.

Com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 4.024/61), teve predomínio a tendência liberal. A Escola Nova passou a dar as diretrizes da prática educacional, como forma de reação à escola tradicional. Todo esse movimento escolanovismo se baseia na tendência do "humanismo moderno"(7), que predominou na educação brasileira de 1945 a 1960, sendo que, na década de 60, surgiu a crise dessa tendência (ou escolanovismo), articulando-se a tendência tecnicista.

Com o regime militar instalado no país em 1964, a tendência tecnicista exerceu forte influência no sistema educacional brasileiro, pois era a corrente que mais se adequava aos propósitos mais amplos da política sócio-econômica. Com a intenção de não permitir questionamentos e críticas às diretrizes dadas à economia, política e educação, o governo passou a utilizar mecanismos que silenciassem as vozes daqueles que se opunham ao sistema.

Várias medidas restritivas foram adotadas pelo governo militar.

(6) - Danilo LIMA. **Educação, igreja e ideologia**, p. 97-98

(7) - Dermeval SAVIANI. **Tendências e correntes de educação brasileira**, p. 19-47

Em 1964, deu-se a extinção da UNE. Destruindo entidades autônomas, era-lhe mais fácil governar(8). Também a partir desta data, os programas de educação de massa desapareceram. Entre os que sobreviveram, já com programação restrita e revisão da linha de atuação, permaneceu o Movimento de Educação de Base, em virtude de seu vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), após revisão de sua metodologia, de seu material didático e da orientação do programa.

Em 1968, surge o Ato Institucional número 5, dando ao Presidente da República grandes poderes, como decretar o recesso do Congresso, cassar os direitos políticos, decretar o estado de sítio e tomar outras medidas que achasse convenientes. Finaliza-se, assim, o processo de exclusão de participação política civil nas tomadas de decisões iniciado em março de 1964.

Em 1969, aparece no meio acadêmico-intelectual o grande instrumento silenciador de qualquer manifestação dessa classe contra os interesses do governo - o Decreto-Lei 477 - que punia com o afastamento da universidade, por três a cinco anos, qualquer professor ou estudante que participasse, direta ou indiretamente, de manifestações, paralisações de aulas, comícios, passeatas, etc. Desta forma, a passividade tomou conta do sistema e o decreto tornou-se um instrumento antidemocrático e de repressão, ceifando as lideranças que aparecessem no setor educacional. O Governo, com esses dispositivos legais, preparou o terreno para fazer as reformas educacionais que tinha em mente. Assim procedeu. Em primeiro lugar, realizou a Reforma Universitária, com a Lei 5.540/68; em

(8) - José Luís SANFELICE. **Movimento Estudantil - a UNE na resistência ao golpe de 64.**

seguida, a de 1o. e 2o. graus, com a Lei 5.692/71. Tanto uma, quanto outra, para concretizá-las, o governo buscou ajuda externa.

O período pós 1964 é caracterizado, portanto, como uma retomada da expansão econômico-industrial do país, com o expurgo de setores que defendiam o nacionalismo, agora, considerado emocional e provinciano. Com o predomínio da política neo-liberal em todos os níveis, a educação passou a fazer parte dessa totalidade. Houve portanto, um redimensionamento da maneira como os meios acadêmico-intelectuais poderiam fazer parte do novo momento sócio-econômico.

Com o propósito de realizar a reforma educacional, o governo busca ajuda financeira e assessoria técnica, através dos acordos MEC-USAID. A ajuda vinda dos norte-americanos fundamentou toda política educacional, quando o objetivo foi "atrelar o sistema educacional e a universidade, em particular, ao modelo de desenvolvimento econômico dependente, imposto pela política econômica norte-americana para a América Latina"(9).

Não há dúvidas de que os países industrializados exercem pressões políticas e diplomáticas, por meio das elites nacionais; assim como pressões de força e de intervenção nos países subdesenvolvidos, para a obtenção e acumulação de lucro, com a intenção de expandir o capitalismo para além das fronteiras nacionais. Assim, todos os meios empregados servem como instrumentos de dominação do poder. Com os acordos MEC-USAID, o governo brasileiro entrega a reformulação do ensino aos técnicos norte-americanos, cuja intenção, não há dúvida,

(9) - Moacir GADOTTI. *Concepção dialética da educação*, p. 121

está em adequar o nosso sistema ao modelo econômico imposto pelos E.U.A.. Enfatiza-se uma educação tecnicista, com o propósito de formar técnicos para o desenvolvimento do país. O plano que a USAID tem para o Brasil, de acordo com seus planejadores, é de "incrementar a educação técnica"(10), que serve à classe industrial e empresarial. Agora se enfatizam a produtividade, a eficiência, a racionalização, a operacionalização e controle. A visão industrial faz parte integrante do campo educacional. Passa a predominar a dimensão técnica no ensino, na preocupação com os meios, desvinculando-os dos fins a que servem. Isso significa ver a prática pedagógica, exclusivamente, em função de variáveis internas do processo ensino-aprendizagem, sem articulação com o contexto social em que esta prática se dá. Formam-se técnicos para impulsionar o desenvolvimento econômico e industrial do país. As noções de eficácia, de racionalização e de instrumentalização estão ligadas ao método burocrático capitalista. Esta nova dimensão sufoca e escamoteia o sentido crítico que todo saber devia veicular, negando a consciência crítica da educação como um todo.

Há um poder empresarial, cujas preocupações básicas são as econômicas e cujo conteúdo ideológico reduz o capital humano como simples meio de crescimento industrial. Covre diz que "os acordos MEC-USAID constituem a pedra angular de nossa reforma educacional após 68, e é o esquema 'correspondente', na superestrutura, ao da infraestrutura, em termos de modelo de desenvolvimento sócio-econômico 'associado'. Eles correspondem à penetração maior da ideologia

(10)- Ted GOERTZEL. **MEC-USAID**, ideologia do desenvolvimento americano aplicado à educação superior brasileira, p. 132

burguesa pós-liberal, a da etapa do Capitalismo Monopolista"(11).

A incapacidade do sistema de ensino brasileiro de responder à demanda efetiva da educação e do sistema econômico, na formação de recursos humanos, provocou a alternativa de criação de um novo tipo de escola, já que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024/61, não havia criado uma estrutura escolar que atendesse às exigências da expansão econômica. Os jovens egressos do ensino médio, com exceção da Escola Normal e Técnica, não tinham alternativa senão enveredar para o ensino superior.

A relação entre educação e desenvolvimento passa a ser a tônica sobre a qual incidem todas as atividades da EPEM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio), principalmente quando se trata de reorganização da escola média, que deve atender às necessidades do desenvolvimento econômico e social. Para isso, o Brasil, já em fase de crescimento econômico, não poderia descurar da preparação para o trabalho. Para o desenvolvimento nacional, importa dar ao mercado de trabalho a mão-de-obra que ele necessita.

Os acordos MEC-USAI iam tocar em pontos críticos da política educacional, no que tange à educação média, que era o caráter de não profissionalização. A sua influência na reformulação do ensino médio é um fato, pois a idéia da criação das escolas com caráter polivalente foi precursora da profissionalização obrigatória no ensino de 2o. grau.

É claro que tal tipo de educação interessava às classes dominantes, cuja preocupação máxima era o processo de desenvolvimento econômico, alicerçado no "capitalismo

(11)- Maria de Lourdes Manzini COVRE, op. cit., p. 75

internacional e, portanto, em regime de dependência"(12). Desta forma, o modelo de escola que se pretende implantar caracteriza-se por idéias pedagógicas, vindas de fora.

Por isso, diante do sistema educacional vigente e com interesses de moldar o sistema aos anseios das classes dominantes e do capitalismo nacional e internacional, a EPEM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio) utiliza-se, como mecanismo de correção, dos Ginásios Orientados para o Trabalho (13).

A idéia de unificação do antigo ciclo ginásial, implícita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, "começou a ter efetivação com os Ginásios Orientados para o Trabalho. Tomou impulso com a programação da implantação de, aproximadamente, 200 ginásios polivalentes pelo PREMEX (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio), consolidando-se e ampliando-se com a nova Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1o. e 2o. graus (Lei 5.692/71), em cujo contexto a escola polivalente constitui um dos objetivos da nova modalidade de ensino(14).

Desta forma, os Ginásios Orientados para o Trabalho seriam a resposta a uma educação que concilia o ensino geral com as disciplinas técnicas, como, iniciação para o trabalho, na indústria, no comércio, na agricultura e nas atividades domésticas. Os objetivos dos G.O.T., entretanto, não foram atingidos, dado o despreparo do pessoal inserido no mercado de trabalho.

(12)- Maria Inês Salgado de SOUZA. Os empresários e a educação, p.201

(13)- M. H. A. LIMA e S. B. N. CRUZ. G.O.T: uma nova concepção de ensino médio, p.8

(14)- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. Estudo para um Colégio Polivalente, p. 8

A EPEM (Equipe de Planejamento do Ensino Médio), que buscava um novo tipo de escola que se adaptasse ao desenvolvimento econômico proposto, acabou implantando a Escola Polivalente, cuja expressão foi assimilada da Comprehensive High School norte-americana(15).

Denomina-se escola polivalente a que tem condições de dar "muitas valências" a seus alunos(16). Estas valências referem-se, sobretudo, às atividades da área chamada de artes plásticas, por meio das quais se farão a sondagem de aptidão e a iniciação para o trabalho, através de acentuados e intensivos estudos em artes industriais, técnicas agrícolas, técnicas comerciais e educação para o lar.

A escola polivalente é o estabelecimento dotado de instalações, equipamentos e recursos humanos capacitados para a execução do currículo previsto para o ensino de 1o. e 2o. graus. Ela procura desenvolver um programa curricular que reúne os elementos de formação vocacional, artística, científica e técnica. É a polivalência curricular.

Procurando obter um produto polivalente, a escola objetiva oferecer experiências de iniciação humanística, científica, técnica e prática, destinadas a constituir as bases para o ingresso imediato em carreiras ou ocupações não universitárias, sem contudo, impedir o ingresso em estudos superiores.

A escola polivalente visa "integrar à educação geral a iniciação técnica, capacitar o aluno com um instrumento básico para realizar tarefas exigidas por uma sociedade em

(15)- José Oliveira ARAPIRACA. A USAID e a educação brasileira, p.149

(16)- Samuel Rocha BARROS. Estrutura e funcionamento do ensino de 1o. grau, p.192-193

desenvolvimento e capacitá-lo para uma posterior opção profissional"(17).

O enfoque dado à educação pela escola é a preocupação com a formação de técnicos para atenderem à demanda da sociedade. De um lado, há uma concepção humanista; de outro, a tendência é tecnicista. Assim, a "conciliação humanismo e tecnologia vai recaindo na realidade, para tecnologia/produção" (18), já que a preocupação com o desenvolvimento econômico é um dos parâmetros da reforma de ensino de 1o. e 2o. graus. Indica um interesse dos grupos que ascenderam ao poder a partir de 1964, com aprimoramento técnico, eficiência e produtividade.

Na história da educação brasileira, constata-se que o ensino de 2o. grau sempre teve por objetivo imediato a preparação para o ensino superior. Em 1972, com a Lei 5.692/71, tornando profissionalizante o ensino de 2o. grau, além de preparar mão-de-obra, o Estado também teve a intenção de desviar do ensino superior uma parte da clientela, que ele não podia atender, devido aos poucos recursos destinados à educação por parte do governo. Era mais interessante canalizar recursos para outros setores da economia, do que para a educação.

Assim, as aspirações e o interesse de atrelar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico imposto pela política norte-americana e aceito pela classe dirigente do país atingiram os objetivos na sua implantação.

O Instituto Filadélfia de Londrina, Instituição que é objeto da presente pesquisa, não ficou imune às mudanças ocorridas a nível nacional veiculadas nas Reformas Educacionais

(17)- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. **Organização da Escola Polivalente**, p.7

(18)- Maria de Lourdes M. COVRE, op. cit., p.197

de Gustavo Capanema, através da Leis Orgânicas; da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024/61 e, mesmo, da Lei 5.692/71. O projeto pedagógico foi ajustado de acordo com as normas estabelecidas. O autoritarismo, o vai-e-vem legal, foram claros como afirma Romanelli:

"... a organização da educação em determinada sociedade é, antes de tudo, um problema de ordem política. Essa afirmação decorre do fato de que a organização se faz através da legislação, e esta, votada pelo legislativo ou apenas decretada pelo executivo, depende sempre do poder real de quem a vota ou decreta e da representação própria desse poder e emanada das camadas sociais existentes. Enfim, a legislação é sempre o resultado da proposição dos interesses das classes representadas no poder"(19).

A escola procurou estruturar os cursos ofertados, implementando valores próprios objetivados pela sociedade mantenedora, isto é, decorrentes do pensamento protestante. Ela também enfatizou e materializou, nas suas práticas administrativas e pedagógicas, os valores da classe dominante, nos condicionantes sócio-econômicos e políticos mais amplos. O espírito da escola estava inserido na ideologia do capitalismo, o que vem confirmar o estudo de Max Weber sobre as relações da ética protestante e o espírito do capitalismo, em que o êxito na atividade profissional é sinal da salvação. O currículo da escola esteve a serviço da classe dominante. Os professores, relegados ao papel de simples guias, foram os executores do mesmo, na difusão do conhecimento elaborado, dando ênfase aos processos mentais e às habilidades cognitivas. Nos próximos capítulos isso ficará melhor esclarecido.

(19)- Otaíza de Oliveira ROMANELLI. *História da educação no Brasil: 1930-1973*, p. 188

CAPÍTULO 2

ASPECTOS HISTÓRICOS DO NORTE DO PARANÁ E OS PRIMÓRDIOS DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR NA CIDADE DE LONDRINA

2.1 - A Fase Emergente da Colonização do Norte do Paraná

De diversas maneiras, e nas mais variadas formas de atividades, o capital estrangeiro sempre esteve presente no país. Esta dependência e subordinação da economia brasileira é marcada pelas próprias contingências históricas: "é um fato que se prende às raízes da formação do país"(1).

Desde o período colonial, verifica-se a participação da Inglaterra, por meio de acordos comerciais estabelecidos com Portugal. No século XX, essa política se destaca na vida paranaense, com o projeto empresarial de colonização do Norte do Paraná. Com sua política imperialista, a Inglaterra vinha buscar mercado consumidor para seus produtos e, ao mesmo tempo, retirar matéria-prima para a manutenção de suas indústrias têxteis, como, por exemplo, a do algodão. Estimulava ainda, a aplicação de capitais, através de empréstimos. O potencial da terra roxa existente no Norte do Paraná serviu de atrativo para seus investimentos, a partir da década de 20. Nessa década, a agricultura de exportação

(1) - Caio PRADO JÚNIOR. *História econômica do Brasil*, p. 270.

enfrentou uma grave crise, arruinando os proprietários de terras e abalando a oligarquia do café e seu poder político.

Em 1929, a crise do capitalismo internacional afetou a economia dos países periféricos, provocando a queda da produção agrícola-industrial no mundo inteiro. No Brasil, a queda do preço do café - produto básico de exportação - acarretou sérios problemas, impedindo novos empréstimos. O prejuízo não incidiu somente sobre o café, mas também sobre outros produtos, como, o açúcar, o cacau e o algodão. A consequência disso foi o aumento da produção agro-industrial no mercado interno. Assim sendo, a produção cafeeira passou por um processo de saturação de mercado, havendo grandes estoques do produto e ocasionando elevados prejuízos aos produtores. Muitos colonos perderam seus empregos e passaram a viver em condições precárias nas fazendas, sem possibilidades de migração para outros pontos do país. O desemprego no meio rural cafeeiro foi muito grande, principalmente em São Paulo.

Na década de 20, o Norte do Paraná constituía-se numa região a ser explorada. A penetração dos paulistas, mineiros e imigrantes deu-se através de picadas no meio do mato. Na região, construíram casas de madeira e plantaram café, pois o cultivo desse produto havia representado lucratividade para os fazendeiros paulistas, já na metade do século XIX, quando a produção alcançou elevados índices. Decorrente da decadência dos cafezais paulistas e mineiros, o Norte do Paraná passou a ser um novo marco para o desenvolvimento da agricultura, a partir dos anos 30. Foi a cultura de café o fator importante para atrair todo um contingente demográfico, muito significativo para a região. O crescimento econômico baseado no processo de colonização implantado, aliado ao

cultivo do café, veio contribuir significativamente para o crescimento urbano do Norte do Paraná. O próprio desenvolvimento do comércio e da indústria paulista adveio de capitais oriundos da agricultura. A par disso, o Norte do Paraná perdia-se na imensidão de sua mata virgem, disponível aos desbravadores que, para aqui chegarem, precisavam ultrapassar o Rio Paranapanema.

Em fins de 1923, chegava ao Brasil a Missão Montagu que representava os credores ingleses. Eram os "banqueiros londrinos", enviados da casa financeira de "ROTHSHILD"(2). Chefiava a missão Mr. Edwin Samuel Montagu, banqueiro inglês, ex-secretário do Estado para as Índias e ex-secretário do Tesouro da Inglaterra. Entre os vários assessores que integravam a missão, estava Lord Lovat, diretor da Sudan Cotton Plantations Syndicate, incumbido, por essa empresa, de estudar as possibilidades de aplicação de capitais no Brasil, principalmente para a obtenção de algodão, necessário à indústria têxtil inglesa(3). O que, de fato, essa missão tinha por objetivo era o encaminhamento das questões financeiras e a garantia dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro, junto aos interesses do grupo ROTHSHILD & SON(4).

Apesar das críticas apresentadas pela imprensa nacional, os representantes da missão agiam de acordo com seus interesses em nosso país. Em janeiro de 1924, Lord Lovat viajou por diversas regiões, chegando ao Norte do Paraná, à fazenda do Major Barbosa Ferraz, próxima à cidade de Cambará, região cafeeira(5). Lovat entrou em contato com o engenheiro Gastão de

(2) - José JOFFILY. *Londres-Londrina*, p. 44.

(3) - COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*, p. 42.

(4) - José JOFFILY, *op.cit.*, p.73-74.

(5) - COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ, *op.cit.*, p.49.

Mesquita Filho, responsável pela construção da estrada de ferro Ourinhos - Cambará, apresentando a necessidade de ampliação de estradas, na região, que possibilitassem o escoamento dos produtos. O próprio governo do Estado do Paraná oferecia terras aos investidores a preços vantajosos, com o objetivo de implementar o desenvolvimento da região. Gastão de Mesquita Filho mostrava aos viajantes as vantagens de aplicar capitais num projeto de colonização, envolvendo a repartição de terras, de forma racional; a construção de estradas e a formação de cidades. Havia interesse das partes, nesse negócio, tanto do grupo externo, como do interno.

Do encontro, na fazenda, entre o Major Barbosa Ferraz, Lord Lovat e Gastão de Mesquita Filho, vislumbrou-se a origem da firma "Paraná Plantations Ltda". Retornando à Inglaterra, Lovat encontrou-se com Artur Hugh Miller Thomas, em Londres. Este último veio ao Brasil com a finalidade de encontrar-se com Dr. João Sampaio, pessoa ligada à vida política e econômica paulista, desde 1910; enquanto, em Londres, com outros investidores, Lovat fundava a Brasil Plantations Syndicate Ltda, em 1924, "com capital de 200.000 libras esterlinas e uma subsidiária brasileira, sob a orientação jurídica de João Sampaio e seu companheiro de advocacia Antonio Moraes de Barros"(6). Muito embora se faça apologia à ação da Companhia Colonizadora do Norte do Paraná, não se pode perder de vista que tal ação estava ligada aos interesses externos no imperialismo inglês, que via, nesse projeto empresarial, uma fonte de lucros, através dos negócios realizados. Por outro lado, procurava-se garantir os

(6) - COMPANHIA MELHORAMENTOS DO NORTE DO PARANÁ, op.cit., p.57.

compromissos do Brasil junto aos credores londrinos, apesar da situação representada pela economia cafeeira.

Lord Lovat era técnico em agricultura e reflorestamento. Após conhecer as terras do Norte do Paraná, ficou impressionado com a fertilidade das mesmas. Adquiriu, de imediato, duas glebas de terras, com a finalidade de plantar algodão e instalar máquinas para beneficiamento do produto. Mas, seu empreendimento não teve o êxito esperado. Precisou alterá-lo, na tentativa de recuperar os prejuízos junto à empresa "Brasil Plantations Syndicate Ltda". Foi então que, em 1925, a mesma empresa resolve criar um projeto imobiliário nas terras de sua propriedade, organizando a "Paraná Plantations Ltda" que tinha, como subsidiária, a "Cia. de Terras Norte do Paraná"(7).

Organizada a Companhia Loteadora, iniciaram-se as atividades de compra e venda de novas áreas que seriam colonizadas.

A empresa "Paraná Plantations", responsável pelos negócios a serem realizados, desdobrou-se em duas Companhias:

- a) Companhia de Terras Norte do Paraná;
- b) Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná.

A primeira tinha por finalidade lotear, em pequenas propriedades, área de 12.643 km² de terras devolutas, adquiridas do governo do Estado do Paraná; enquanto a segunda tinha a responsabilidade de continuar levando os trilhos, de Cambará, até a área loteada. Registrou-se, em 1931, a venda de 3.000 alqueires de terras a diversos compradores, atraídos

(7) - Pedro Calil PADIS. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná, p. 162.

pelos preços e facilidade de pagamento, oferecidos pela empresa. Por ocasião da 2a. Guerra Mundial, a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná foi incorporada à Rede Viação Paraná - Santa Catarina, e a Companhia de Terras do Norte do Paraná, vendida a um grupo de capitalistas paulistas. Este projeto colonizador foi o responsável pela criação de inúmeras cidades do Norte do Estado. Convém destacar que o processo de colonização ocorreu em três períodos, surgindo regiões distintas, como: o Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo(8). Londrina veio a se tornar um pólo regional, e outras cidades surgiram, como, Cambé, Rolândia, Arapongas, Mandaguari, Apucarana, Jandaia, Maringá e Cianorte, interligando-se, através de estradas de rodagem e de ferro, numa distância de 15 a 18Km, aproximadamente, uma da outra(9).

2.2 - Nascimento e Crescimento de Uma Cidade: Londrina

A Companhia de Terras do Norte do Paraná adquiriu uma área de terras de 515.000 alqueires paulistas, durante os anos de 1923 a 1927, destinados à venda, sob o regime de pequenas propriedades agrícolas.

Em 20 de agosto de 1929, partiu, de Cambará, para a região a ser colonizada, o grupo que instalou um escritório no meio da floresta que deu origem à cidade de Londrina. Faziam parte da caravana George Craig Smith,

(8) - Norte-Novo corresponde às terras colonizadas pela Companhia de Terras do Norte do Paraná - área de terras que partia do Rio Tibagi até proximidades de Maringá. Região ocupada entre 1934 a 1947.

(9) - Ruy Christovam WACHOWICZ. *História do Paraná*, p. 162.

Alexandre Razgulaeff, Erwin Froelich, Kurt Jakowats, Alberto Loureiro e alguns peões. Atravessaram o Rio Tibagi e, após longa caminhada, chegaram ao Patrimônio Três Bocas. Nesse local, iniciaram-se as atividades da Companhia Loteadora. No ano seguinte, construiu-se a estrada de rodagem entre Jataí e a sede da Companhia, que passou a se chamar Patrimônio Londrina, facilitando-se, dessa maneira, o acesso dos compradores ao local do escritório.

A nível nacional, vivia-se a crise dos anos 30, mas, em 1929 aportou na região a primeira caravana de compradores de terras, constituída de oito japoneses. Acompanhava a caravana o Sr. Hikomo Udihara, pioneiro e agenciador das terras da Companhia. Apesar da crise nacional e internacional do capitalismo, que afetava diretamente a economia brasileira, com a queda dos preços do café, produto básico de exportação, e, ainda, em decorrência de sua superprodução, os investimentos na região não foram alterados. Registrou-se, em 1931, a venda de 3.000 alqueires de terras.

É preciso ressaltar que a iniciativa colonizadora pertencia a um grupo particular inglês, com capital externo e, apesar das flutuações do mercado cafeeiro, ele representava, ainda, o produto básico de exportação e, até então, garantia rentabilidade para a economia brasileira, como se constatou mais tarde, quando o mercado internacional voltou a ser aquecido. O interesse na compra de terras continuava normalmente.

Por volta de 1932, chegaram outros grupos de compradores, integrados por alemães, italianos, japoneses e brasileiros, atraídos pela oferta e condições facilitadas de pagamento.

A estrutura agrária implantada, baseada nas pequenas e médias propriedades, foi uma das causas do aumento populacional, pelas facilidades apresentadas para aquisição de terras, como, também, pela ação dos imigrantes desejosos de possuir a sua propriedade particular. A forma como foi planejada a área a ser ocupada acabou por se tornar pólo aglutinador de produção e consumo, com estreita vinculação com São Paulo. Sem dúvida, a formação sócio-econômica da região deveu-se à cultura do café, estando vinculada às condições sócio-econômicas do país(10).

As dimensões dos lotes eram variáveis. O pagamento parcelado exigia 30% do valor total, assim distribuídos: 10%, no ato; mais 20%, 60 dias após a posse da terra. O pagamento restante, isto é, 70% do valor total, era realizado em quatro anos, a juros que não ultrapassavam 8% a.a., assim: 10% deveriam ser pagos ao final do primeiro ano da compra; 20% em cada ano subsequente, completando-se, dessa maneira, o pagamento total(11).

Outros fatores contribuíram para o afluxo dos compradores de terras na região foram a instalação da estação ferroviária de Jataí, em 1932 e da primeira linha telefônica, facilitando as comunicações(12). Paralelamente, outros benefícios apareceram, provenientes da ação da empresa ferroviária, com a inauguração da ferrovia sobre o rio Tibagi e com a estação ferroviária de Londrina, em 1935. Em 1934, a cidade foi elevada à categoria de município, pelo Decreto Estadual N. 2.519 (13).

(10)- Alice Yatiyo ASARI e Magda Madalena TUMA. Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina, p. 51.

(11)- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, op.cit., p. 51.

(12)- Id. Ibid., p. 61-72.

(13)- BOLETIM. Museu Histórico Pe. Carlos Weiss, n.2/4, p. 12, 19, 1980-1981.

Acorreram à região pessoas de diferentes nacionalidades, como foi possível constatar pelo Relatório da Companhia de Terras do Norte do Paraná, de 1935, publicado pela Folha de Londrina, que relacionou os compradores de terras, de acordo com suas nacionalidades, como segue:

„ brasileiros	—	1.266
„ alemães	—	479
„ italianos	—	476
„ japoneses	—	434
„ espanhóis	—	216
„ portugueses	—	156
„ poloneses	—	98
„ húngaros	—	75
„ ucranianos	—	60
„ tchecos	—	41
„ russos	—	32
„ austríacos	—	20
„ suíços	—	19
„ lituanos	—	15
„ rumenos	—	08
„ iuguslavs	—	06
„ ingleses	—	06
„ outras nacionalidades	—	21 (14).

No período compreendido entre 1940 a 1970, a cidade teve um crescimento populacional significativo, passando de 30.278 para 228.832 habitantes.

O censo do IBGE demonstrou que, de 1940 a 1950, o crescimento populacional foi acima de 100%. Na década de

(14)- Alice Yatiyo ASARI, op.cit., p. 65.

1950-1960, verificou-se um crescimento de 88% e, na de 1960 a 1970, de 70%; ocorrendo maior crescimento na zona urbana(15).

Desde os primórdios da colonização, foi possível perceber o crescimento populacional da cidade. O jornal "Paraná Norte", de outubro de 1934, mostra como ocorreu esse crescimento. Em 1931, a cidade possuía sete casas; no ano seguinte, doze; e, em junho do mesmo ano, atingiu um total de cento e cinquenta. Em 1933, o número se elevou para quatrocentas casas e, em outubro de 1934, um total de quinhentas e cinquenta e quatro casas(16).

O crescimento populacional acompanhou, paralelamente, as atividades comerciais e de prestação de serviços, de forma diversificada. A cidade representava um mercado aberto, principalmente para o consumo dos produtos provenientes da indústria paulista. Na década de 30, verificaram-se transformações no país, com o desenvolvimento do capital industrial, sobrepondo-se ao agrário-exportador. A iniciativa de colonização do Norte do Paraná coube a uma empresa inglesa, mas, com a participação de empresários paulistas, que, mais tarde, assumiram todo o controle acionário da mesma.

Na década de 40, ocorreu o conflito mundial da Segunda Guerra. Foi nessa época que São Paulo se colocou em condições de participar do processo industrial, distribuindo bens, enquanto o Paraná, que se encontrava na fase do produtor de café, começava a delinear sua estrutura econômica. Verificamos também o efeito do sistema de colonização desenvolvido, acelerando seu povoamento e empreendimentos

(15)- IBGE. Censo 1940-1970.

(16)- PARANÁ NORTE, Londrina, 9 out. 1934, p. 1.

rurais e urbanos. Londrina constituía-se numa cidade pólo de grande importância comercial, distribuidora da indústria paulista destinada ao comércio local e regional. O cultivo do café ocupava quase toda a extensão agrária da região e a cidade se tornava o centro polarizador das atividades terciárias.

Na década de 50, as transformações e o desenvolvimento no setor industrial paulista concorriam para a entrada de capital externo. No Paraná, desenvolveu-se a cultura do café, a chamada "corrida do café", provocando novo aumento populacional. Registrou-se, na cidade, a seguinte situação:

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO, NOS SETORES URBANOS E RURAL

Ano	População Urbana	População Rural
1940	40,34%	53,66%
1950	47,93%	52,07%
1960	57,40%	42,60%
1970	71,69%	28,31%

Fonte: IBGE

Como podemos observar, o quadro ficou invertido, no final da década de 60. Qual a razão dessa inversão? Segundo dados informativos do IBGE, registraram-se geadas na década de 50, nos anos de 1953 e 1955. Essas geadas constituíram-se num fenômeno provocador de transformações da vida sócio-econômica da região. Essas ocorrências, e as condições de vida da região, motivadas pelo empobrecimento do setor agrário e pela redução do poder aquisitivo, provocaram a queda da circulação de bens e

de capital. Houve, ainda, o desaquecimento do desenvolvimento da região e do Estado, como, também, a substituição do cultivo do café por outras culturas e pastagens, provocando o êxodo rural e o desemprego, e acelerando o processo de urbanização.

O desenvolvimento industrial, em Londrina, processou-se baseado na instalação das subsidiárias das grandes empresas paulistas e da iniciativa de pequenos empresários locais. No Paraná, o surgimento de algumas indústrias teve início, de maneira rudimentar, na década de 50, aumentando, na década seguinte, em consequência dos lucros advindos do mercado cafeeiro. A aplicação de capitais no setor urbano, promovendo o desenvolvimento industrial de Londrina, deu-se em decorrência de opções de aplicação de recursos oriundos da lavoura, pois a instabilidade climática mostrou esse caminho. Na década de 60 iniciou-se uma economia estável, com aproveitamento do setor agropecuário da região. Foi um período de transformações na vida urbana; principalmente, com a contribuição do capital, vindo do setor primário. A economia paranaense consolidou-se através de recursos da lavoura, alocados em outros setores de atividades.

Em 1966 houve a implantação da política de erradicação do café, cujos efeitos foram a mão-de-obra não qualificada disponível e o aumento do subemprego, embora, no setor rural, houvesse novas iniciativas de cultura diversificada. Já no setor urbano, programas de industrialização começaram a se desenvolver, ensejando o crescimento populacional e econômico da região. No entanto, não ocorreu o atendimento às necessidades básicas da população, no tocante à moradia, à saúde e à educação.

Verificou-se, então, a partir da década de 50, uma crise de falta de vagas nas escolas públicas da cidade. O jornal local relata que mais de três mil crianças na fase de 8 a 12 anos se encontravam sem escolas para estudar(17).

No início da colonização de Londrina e região, essa questão foi, muitas vezes, resolvida pela ação das comunidades de imigrantes, o que havia acontecido em outras regiões do país, em época anterior, conforme afirma Paiva:

"...o governo central interessa-se por povoar o Sul do país e inicia o recrutamento e fixação de imigrantes dentro do sistema de colonização no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em São Paulo, eles se estabelecem como assalariados; intensificada a partir de 1871, a corrente imigratória trará milhões de europeus para o Brasil. Se, por um lado, o deslocamento do eixo econômico para o Centro-Sul explica o maior desenvolvimento dos sistemas de ensino observado nesta região, também a imigração contribui para isto. Trabalhando em núcleos coloniais no sul do país como pequenos proprietários, os imigrantes se preocuparam com a instrução de seus filhos e desenvolveram seus próprios sistemas de ensino. Oriundos de países onde a instrução elementar universalizada era um objetivo e onde a educação escolar desempenhava um importante papel para a ascensão social, o imigrante criava um clima de maiores exigências com respeito à instrução"(18).

O processo de busca de solução para os problemas, principalmente no campo da educação escolar da região Norte do Paraná, teve a atuação dos interessados instalando suas próprias escolas.

(17)- MAIS de 3 mil crianças privadas de assistência escolar em Londrina. Folha de Londrina, 22 fev. 1953. p. 1.

(18)- Vanilda Pereira PAIVA. Educação popular e educação de adultos, p. 65.

2.3 - A Sociedade Londrinense Organiza o seu Sistema Escolar: uma iniciativa particular

Segundo pesquisa realizada pela professora Zenite Ribas Cesar(19), as primeiras escolas de Londrina surgiram mediante a ação dos imigrantes, como a instalação da "Escola Alemã" de Heimtal(20), no ano de 1931, sendo essa a primeira escola criada pela comunidade alemã, responsável pela sua manutenção. Essa escola municipalizou-se em 03 de julho de 1945, através do Decreto número 76, com o nome de Escola "Padre Anchieta".

Na Fazenda Palhano, por iniciativa de seu proprietário, Heber Palhano, foi construída uma escola que foi transferida, posteriormente, à Prefeitura Municipal, através do Decreto-Lei número 08, de 25 de fevereiro de 1948, recebendo o nome de "Escola Duque de Caxias".

Em 10. de julho de 1933, foi criada a "Escola Japonesa", que ministrava aulas de cultura e língua japonesas, a par do ensino da língua portuguesa. Em 1938, ela foi fechada em decorrência da política nacionalista desenvolvida pelo governo federal.

Em 1935, chegaram ao Brasil doze irmãs religiosas do Instituto Secular "Irmãs de Maria Apostolado de Schoenstat". Iniciaram suas atividades em Jacarezinho. Posteriormente chegaram a Londrina, onde fundaram a "Escola Mãe de Deus", em 03 de março de 1936, passando a funcionar numa casa de aluguel. Dois anos depois, inauguraram suas instalações

(19)- Zenite Ribas CESAR. *Estudo da evolução do ensino municipal de Londrina; 1930-1970*, p. 35-37.

(20)- Heimtal povoado não muito distante da Sede do Patrimônio Londrina.

em sede própria, na rua Pará, com 150 alunos, que ocupavam 4 salas de aula em alvenaria e madeira. A escola atendia uma clientela de meninas e meninos, adaptando-se ao crescimento da cidade. Instalou seu Curso Ginásial em 1948. Em 1953, era inaugurada a "Escola Normal Mãe de Deus", e, em 1956, criava-se o Conservatório de Música que, nove anos mais tarde, em 1965, passou a Faculdade de Música. Em 1961, a escola contava com 1.281 alunos, distribuídos nos cursos Pré-Escolar, Primário, Admissão, Ginásial, Normal e Conservatório de Música(21).

Em 1937, surgiu, por iniciativa particular, a tentativa de se organizar a implantação do ensino médio no município. Fundado por Antonio Petrolli, o Ginásio Norte Paranaense não foi reconhecido oficialmente e acabou desativado. Somente em 1939, o prédio destinado ao ensino médio local foi projetado, por iniciativa de Jonas de Faria Castro e Ruy Ferraz de Carvalho, cujas atividades se iniciaram em 1941. Essa escola, denominada "Ginásio Londrinense", foi adquirida por um grupo evangélico, organizado juridicamente sob o nome de Instituto Filadélfia de Londrina.

Por outro lado, a iniciativa oficial do Estado, visando à implantação do ensino médio, aconteceu em 1945, com a criação do Ginásio Estadual de Londrina, através do Decreto-lei número 336, sendo instalado no prédio cedido pelo grupo escolar "Ministro Osvaldo Aranha". A sua transferência para prédio próprio, aconteceu em 1968(22).

(21)- Zenite Ribas CESAR, op.cit., p. 35-37.

(22)- Alice Yatiyo ASARI, op.cit., p. 93.

CAPÍTULO 3

IGREJAS PROTESTANTES E O INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA

A história do movimento protestante teve início na Europa no século XVI, penetrou no continente americano e chegou ao Brasil no século XIX e, na sua trajetória, esteve sempre ligado à causa da educação.

No Brasil, por força do domínio português, o catolicismo romano acabou constituindo-se no monopólio religioso aliado ao Estado. Assim, a penetração do protestantismo no Brasil era quase impossível. No período colonial, sua presença deu-se através das invasões francesas e holandesas, numa tentativa de ocupação territorial. Porém esse fato requer maior análise, interpretação e compreensão da sua totalidade histórico-social. A sua penetração vai ocorrer, de fato, no século XIX(1).

A vinda da Família Real Portuguesa e a abertura dos portos "às nações amigas" permitiram entrada e fixação, principalmente, dos protestantes anglo-saxões. Fazia-se necessário estabelecer uma relação, na sociedade, que permitisse a boa convivência, para se poder executar o estabelecido nos "Tratados de Aliança, Comércio e Navegação" entre Portugal e Inglaterra, envolvendo a colônia, justamente, pela intolerância religiosa declarada, do catolicismo

(1) - Jether Pereira RAMALHO. *Prática educativa e sociedade*, p. 52.

português. A liberdade de culto dos protestantes, no Brasil, limitava-se às reuniões nas residências desses estrangeiros. O clima de tolerância iniciou-se após a Independência (1822)(2), permanecendo até o final do século, permitindo, dessa forma, a entrada de diversas denominações(3) do protestantismo no Brasil. Progressivamente, os impasses e as dificuldades foram-se diluindo, passando pelas formas legais, nas constituições de 1824 até a de 1891. A hegemonia católica, aos poucos, foi-se reduzindo, e os protestantes, por força das condições sócio-econômicas e políticas, encontraram brechas e espaços para a sua penetração(4).

Outros fatores, além do Tratado de Comércio de 1810, realizado entre Portugal e a Inglaterra, favoreceram a entrada e a fixação dos diversos grupos protestantes em nosso meio. A política de imigração desenvolvida pelo Brasil, por exemplo, favoreceu a entrada de protestantes ingleses, americanos e alemães. Esses grupos, imbuídos de ideais, valores e culturas próprios, acabaram influenciando o povo brasileiro, cujas aspirações ainda se encontravam em estado de gestação, como o movimento republicano e os ideais anti-escravagistas. Por outro lado, a Maçonaria fazia-se presente no Brasil, desde 1801; o Anglicanismo, desde 1835; o Positivismo, a partir de 1811, mas, como Igreja, desde 1881. Em seguida começaram a chegar os diversos grupos ou ramos do Protestantismo: os Luteranos vieram em 1823; os Metodistas, em 1835; os

(2) - O artigo da Constituição Imperial de 1824 diz: "A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma exterior de Templo" (Adriano CAMPANHOLE e Hilton Lobo CAMPANHOLE. *Constituição no Brasil*, p. 655).

(3) - Denominação: a palavra significa que o grupo ao qual se refere faz parte de um grupo maior. O que denomina um grupo unido em crenças e objetivos comuns.

(4) - Antonio Gouveia de MENDONÇA. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*, p. 20.

Congregacionais, em 1855; os Presbiterianos, em 1859; os Batistas, em 1882; os Episcopais, em 1890; e outros(5).

Existia o pluralismo de idéias e crenças no meio social brasileiro, possibilitado pelas condições sócio-econômicas e políticas reinantes. O próprio Imperador tinha interesse na vinda desses grupos de protestantes para o Brasil, como menciona Ramalho:

"No reinado de D. Pedro II nota-se que ele deseja servir-se da Igreja no campo social, proporcionando grandes facilidades aos primeiros missionários protestantes que são apreciados pelos seus serviços práticos que podem realizar-se. Por outro lado era dos países protestantes que ele esperava a imigração, indispensáveis ao seu plano de governo, e era necessário assegurar a esses colonos a possibilidade de exercer seu culto e de educar seus filhos"(6).

Segundo Elias Boaventura, a penetração e crescimento do Protestantismo no Brasil, no caso do Metodista, coincidiram com a entrada de capital norte-americano e da imigração de mão-de-obra qualificada. Os outros ramos do protestantismo chegaram nas mesmas circunstâncias. Representavam o esforço para legitimar o capitalismo liberal em várias frentes, pela sua ação(7).

No campo educacional verificaram-se várias iniciativas dos protestantes, relacionadas à instalação de escolas. Procurando preservar sua cultura e religião, criavam escolas para os filhos, cuja orientação era desvinculada do sistema oficial. Introduziam na realidade brasileira os seus objetivos, segundo informa Mendonça:

(5) - Jether Pereira RAMALHO, op.cit., p. 52-53.

(6) - Ibid, p. 56.

(7) - Elias BOAVENTURA. *A educação metodista no Brasil*, p. 24.

"...no bojo das missões protestantes e expressos na pregação religiosa e, especialmente na educação, vinham o liberalismo, o individualismo e o pragmatismo"(8).

Fernando de Azevedo, analisando a educação diz:

"que nada de novo surgiu no Brasil nos fins do Império a não ser a instalação das primeiras escolas protestantes, como a Escola Americana, em 1870, em São Paulo, destinada ao ensino elementar e, em 1889, acrescentada pela escola secundária, ambas do "Mackenzie College", o Colégio Piracicabano (1881) e o Colégio Americano (1885), em Porto Alegre, ambos Metodistas. Delineavam-se entre nós, de forma clara, duas crenças religiosas, cristãs, o Catolicismo Romano, desde o início da colonização brasileira, como religião oficial e ligada ao Estado; por outro lado, o Protestantismo, há pouco instalado e sofrendo restrições, ou rejeições. Constituíam-se duas crenças, duas culturas, sendo uma européia e a outra norte-americana; a pedagogia protestante e libertadora, que tende antes à emancipação do espírito do que a uma domesticação intelectual, e o ponto de vista católico, mais conservador e autoritário, especialmente do Jesuíta".

Menciona, ainda, o mesmo autor,

"que a obra do ensino e da cultura estava sendo realizada de forma irregular e sob o influxo da iniciativa particular (ou privada) e, quanto ao governo imperial, seu papel era mais de incentivador do que empreendedor e se posicionava como patriarca na assistência dada às instituições espirituais"(9).

A partir de 1891, com a Constituição Republicana, deu-se a separação entre a Igreja e o Estado, abrindo campo de ação para os grupos protestantes aqui existentes. Esses grupos representavam a modernidade no campo pedagógico, em oposição ao conservadorismo católico e ao próprio tradicionalismo apresentado pelas escolas existentes. Foram as condições econômicas, políticas e sociais que

(8) - Antonio Gouveia de MENDONÇA, op.cit., p. 105.

(9) - Fernando de AZEVEDO. *A cultura brasileira*, p. 593-594.

favoreceram a fixação do protestantismo no Brasil, no período final do Império e da República, até os anos 30.

As suas idéias estavam representadas nos ideais de democracia, de república, da valorização da pessoa humana, do trabalho, do esporte, do êxito e da eficiência pessoal. Sua contribuição no campo educacional foi significativa, com a instalação de diversos estabelecimentos de ensino, influenciando no sistema educacional brasileiro, mas o seu objeto principal era de, através da escola, desenvolver o seu processo evangelizador e da ideologia liberal. Contribuíram na formação de lideranças que atendessem ao desempenho de papéis sociais. Entre eles, a escola é vista como fator de ascensão social e como instrumento de transmissão dos fundamentos do protestantismo, via projeto pedagógico.

3.1. - A Instalação do Protestantismo em Londrina

Em Londrina, o Protestantismo fez-se presente no início da colonização da região, com representantes de várias denominações evangélicas. A cidade e a região mostravam um crescimento populacional acelerado. Cresciam, também, as atividades agrícolas, comerciais e a prestação de serviços à comunidade. Por outro lado, grupos de crenças e religiões diversas buscavam instalar seus templos e praticar sua religião, no pólo que despontava.

Segundo pesquisas das professoras Alice Yatiyo Asari e Magda Madalena Tuma, as igrejas evangélicas instalaram

seus templos, mas foi a Igreja Metodista do Brasil que construiu sua sede, em madeira, situada na rua Pará, iniciando suas atividades, segundo registro em Ata, em dezembro de 1933.

A comunidade Evangélica Luterana de Londrina instalou-se na sede do município, na rua Paranaguá, em 1949. Entretanto, em 1936 já existia um Templo no Patrimônio Heimtal, onde um grupo de imigrantes alemães costumava reunir-se.

As atividades dos membros da Igreja Presbiteriana tiveram início na residência do Sr. Pedro Belarmino de Faria, situada na rua Sergipe, 842, em 19 de julho de 1936. Na Ata número 03, de 13 de novembro de 1936, da Igreja Presbiteriana de Londrina, registrou-se a correspondência da Companhia de Terras do Norte do Paraná, a qual se referia à doação do lote de número 16, da Quadra 79-A, do Patrimônio Londrina, destinado à instalação do seu templo.

Em 1936, foi erguida a casa de Oração da Congregação Cristã do Brasil e, em 1939, a Congregação possuía o seu segundo Templo, no Patrimônio de Tamarana, enquanto que os membros da Igreja Presbiteriana Independente se congregavam na Igreja de Sertãoópolis, que havia sido fundada em 1932. Em Londrina, antes da sua organização oficial, reuniam-se num rancho de propriedade do Reverendo Herculano de Almeida Sampaio. Foi a Companhia de Terras do Norte do Paraná que lhe doou um terreno, na rua Mato Grosso, 806, onde a Igreja foi instalada em 10 de julho de 1938, lá permanecendo até hoje.

Outros grupos instalaram-se na cidade, durante o período de 1941 a 1948, conforme levantamento do IBGE de 1973, onde se encontra o seguinte registro: Igreja Adventista do Sétimo Dia (1941), Igreja Episcopal do Brasil (1941), Igreja Evangélica Holyness do Brasil (1942), Primeira Igreja Batista

de Londrina (1943) e Igreja Evangélica Assembléia de Deus (1948)(10).

Observa-se que os grupos protestantes das várias denominações que chegaram à região de Londrina, no início de sua colonização, vieram motivados, na sua maioria, pelas oportunidades que a região oferecia e buscavam organizar-se, instalando seus templos e vivendo em comunidade.

3.2 - Organização Social do Instituto Filadélfia de Londrina

Os grupos de Protestantes que se envolveram com a educação no Instituto Filadélfia de Londrina foram os Presbiterianos, os Presbiterianos Independentes, os Metodistas, os Batistas e os Luteranos(11). Esses grupos chegaram ao Brasil a partir do século XIX. Portadores de idéias e valores progressistas, muito contribuíram com o avanço das idéias liberais no Brasil.

Na área educacional, representavam a modernidade, em oposição ao conservadorismo católico. Contribuíram com a instalação de diversas escolas no território brasileiro, desde o fim do Império, até fins da primeira República. A escola era vista como fator de ascensão social e como instrumento de transmissão dos fundamentos do protestantismo, via projeto pedagógico. Contribuíram para a formação de lideranças que desempenhassem papéis relevantes na

(10)- Alice Yatiyo ASARI e Magda Madalena TUMA. Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina, p. 92.

(11)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Ata de assembléia geral extraordinária, 1971, p. 32.

sociedade, como, o de transmitir a ideologia liberal, através de suas escolas(12).

Em Londrina, o protestantismo se fez presente no início de sua colonização e já começou a instalação de seus templos. Em 1944, chegou à cidade o professor Zaqueu de Melo que era Ministro da Igreja Presbiteriana no Brasil, na cidade de São João da Boa Vista, em São Paulo. Zaqueu foi convidado para lecionar a disciplina de português no Ginásio Londrinense, de propriedade do Dr. Jonas de Faria Castro e Ruy Ferraz de Carvalho. Ministrou aulas da mesma disciplina, também no Ginásio Estadual.

Em 1944, Zaqueu de Melo criou uma sociedade, agregando os evangélicos, com o apoio das Igrejas Protestantes de várias denominações. Inicialmente, ele recebeu o nome de Instituto Evangélico Secundário. Posteriormente, em registro oficial, a Instituição passou a denominar-se Instituto Filadélfia de Londrina. Ao agregar sócios nesse empreendimento, o professor visava atender às finalidades explicitadas nos Estatutos da Instituição: formar "obreiros evangélicos" e explorar o ensino formal. Pretendia, ainda, sem fazer proselitismo, realizar a disseminação das idéias protestantes, através do projeto pedagógico. Era o modo mais fácil e mais rápido de se congregar cooperadores para a constituição do capital inicial desta sociedade.

Em 20 de setembro de 1944, o professor Zaqueu de Melo recebeu das mãos dos pastores evangélicos uma carta-
autorização com o seguinte teor:

"nós, abaixo-assinados, pastores Evangélicos das igrejas Metodistas, Presbiteriana Independente e

(12)- Jether Pereira RAMALHO, op.cit., p. 78.

Presbiteriana e os organizadores do Instituto Secundário, autorizamos o Senhor Zaqueu de Melo a colocar quotas da referida organização com os membros professores das Igrejas Evangélicas, receber dinheiro e dar recibos”.

Na carta-autorização, transcrita em ata de reunião da diretoria, também constavam assinaturas dos Reverendos Jonas Dias Martins, Henrique de Oliveira Camargo e Rui Carneiro Giraldes(13).

A iniciativa teve como finalidade levantar capital necessário para o empreendimento educacional evangélico na cidade e concretizar seus objetivos dentro de um pluralismo denominacional. No campo teológico e doutrinário, as instituições religiosas eram independentes, mas, no campo educacional, para a criação de uma escola, juntaram-se na mesma organização.

A Sociedade Civil Instituto Filadélfia de Londrina era constituída por um regime de cotas, conforme se pode deduzir desta citação: “O capital de quinhentos mil cruzeiros, divididos em cotas de quinhentos cruzeiros, o que poderá ser aumentado”(14).

Essas cotas foram subscritas pelos membros evangélicos de várias cidades. Para realizar a tarefa, o professor Zaqueu de Melo viajou, durante os anos de 1944 a 1946, por uma vasta região. No livro de Atas de Reunião da Sociedade, de 1963 consta o relatório do Presidente-fundador, com as seguintes palavras:

“A venda foi iniciada em São João da Boa Vista, São Paulo, onde ainda residia o fundador. O Presidente-

(13)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. *Ata de reunião da Diretoria*, de 07 de fevereiro de 1975. p. 6-7.
(14)- Id., *Estatutos*, 1945.

fundador viajou de segunda classe, a cavalo e até a pé, dormiu em pensões e até em banco de estação, fazendo toda economia para levantar o capital, de cidade em cidade, de porta em porta. De Londrina a Curitiba, de Curitiba a São Paulo; de São Paulo a Rio Preto; de São Paulo a Presidente Prudente; de Londrina a Ponta Grossa; de Ponta Grossa a São Paulo; de Londrina a São Paulo e pelas cidades circunvizinhas de Londrina, as viagens foram feitas sem despesas de ordenado, corretagem ou percentagem"(15).

Durante este período, professor Zaqueu de Melo conseguiu a subscrição de 570 pessoas, na qualidade de cotistas do Instituto. Desses 570 cotistas, 66 desistiram; 46 não integralizaram as cotas, restando 458(16). Na ocasião Zaqueu de Melo respondia pela função de pastor-auxiliar da Igreja Presbiteriana, recebendo ajuda de custo da mesma. Dirigia a Cooperativa de Alimentação Filadélfia para estudantes, que funcionava no primeiro prédio, onde se instalou o Instituto Filadélfia de Londrina, na rua Jacarezinho, esquina com Minas Gerais, hoje Instituto Seminário Bíblico de Londrina.

Através das correspondências enviadas pelos sócios ao Instituto Filadélfia de Londrina, foi possível verificar a abrangência da Sociedade, a nível de espaço geográfico, bem como, o poder aquisitivo dos mesmos. Muitos não possuíam condições econômicas para arcarem com o valor de uma cota, sendo necessário o parcelamento do pagamento; outros solicitaram a devolução das importâncias enviadas, ou seu cancelamento, fazendo doações do pagamento inicial, como oferta à Instituição. Para ilustrar o fato, seguem algumas dessas correspondências"(17)

(15)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 31 de março de 1963, p. 44.

(16)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 10 de dezembro de 1964, p. 55, verso.

(17)- Essas correspondências foram recebidas pela Instituição durante os anos de 1943 a 1958 e localizadas em seus arquivos, por ocasião do levantamento das fontes.

"São José do Rio Pardo, 20 de dezembro de 1945.

*Formulo a presente com o fim de fazer ciente a V.S., quanto ao pagamento, que tenho compromisso com o Instituto Filadélfia.

*Pois quanto ao referido pagamento que fiquei de fazer até o fim deste, proponho que se for possível conceder-me o prazo de mais um mês, sendo o mesmo efetuado no fim de Janeiro próximo.

*Aguardando suas estimadas notícias e certo de que minha proposta será aceita, subscrevo-me com estima e apreço do irmão em Cristo".

"Ibitinga, 03 de janeiro de 1946.

*Infelizmente não posso ficar com uma quota do capital do Instituto. As coisas não correm como se espera, apesar da graça de Deus, correm bem. Enviei hoje uma oferta, em cheque de CR\$50,00. O irmão que a empregue como achar melhor"...

"Santos, 23 de fevereiro de 1946.

*Inúmeras preocupações com mudanças impediram-me responder mais prontamente suas cartas do 10. de dezembro e de 28 de janeiro próximo passado, reclamando o pagamento da quota de CR\$500,00 por mim subscrita.

*Respondendo-as é com pesar que venho restituir o recibo que o Rev. Zaqueu me forneceu em confiança, pois tenho a impressão de que o prazo que pedi para satisfazer o compromisso era maior.

*Na impossibilidade de satisfazê-las de pronto, cumpre-me o dever de restituir o recibo que foi dado em confiança.

*O meu desejo é que a iniciativa seja coroada de pleno êxito, para maior progresso do protestantismo do Brasil".

Pelas correspondências, percebe-se que as vendas das cotas foram realizadas de maneira pouco espontânea aos adquirentes, chegando, o comprador, a receber o recibo de

quitação, em confiança, para, posteriormente, efetuar o pagamento. Era um modo de levar o comprometente a sentir-se na obrigação de assumir o compromisso. A confiança que permeava essa transação comercial era reforçada pela identidade religiosa entre as partes, isto é, entre o vendedor e comprador. Muitos possíveis adquirentes, não possuindo condições para arcarem com esse compromisso, acabaram devolvendo os recibos; outros realizaram doações - "ofertas" espontâneas - para a concretização do objetivo maior que identificava as partes, segundo as correspondências. Tratava-se, na verdade, da expansão do protestantismo no Brasil. Numa região de colonização recente, como Londrina, justificava-se plenamente a necessidade de expansão do protestantismo. Para isso, muitos dos membros das Igrejas evangélicas de várias regiões do país contribuíram com suas parcas economias. Os adquirentes das cotas não mediram esforços, chegando a pedir elasticidade nos prazos de pagamentos. Percebe-se, pelas correspondências, que o ideário protestante exercia um poder de força que embasava a prática ou ação de seus membros.

Era uma forma de cooptar, isto é, de agregar os companheiros evangélicos para uma ação conjunta, constituindo-se, dessa maneira, um investimento social, empresarial, através do qual seriam beneficiados.

No "Livro de Quotas Nominativas" do Instituto Filadélfia de Londrina, registrado em Cartório, encontra-se uma relação de 751 cotas subscritas, para um total de 382 sócios, no ano de 1947(18). Isto vem comprovar a mobilização empreendida pelo grupo dirigente da Sociedade e da comunidade evangélica.

(18)- CARTÓRIO JOSÉ DE OLIVEIRA ROCHA. Livro de quotas nominativas.

3.3 - Os Estatutos do Instituto Filadélfia de Londrina

O Instituto Filadélfia de Londrina, desde sua origem, foi regido por um Estatuto próprio que, com o transcorrer dos anos, sofreu alterações, de acordo com os interesses da Instituição e do grupo dirigente. O Estatuto, como elemento organizacional da Sociedade, muitas vezes foi manipulado pelo grupo dominante, com vistas à consolidação de seus interesses junto à Sociedade. Esta afirmação fundamenta-se nas diversas alterações concretizadas nos Estatutos, cujas consequências serão analisadas neste capítulo.

Em reunião realizada no Templo da Igreja Metodista de Londrina, no dia 14 de maio de 1945, convocada e presidida pelo Reverendo Professor Zaqueu de Melo, presentes os membros da diretoria provisória do Instituto Evangélico Secundário, em Assembléia Geral, foi eleita a diretoria definitiva e aprovado o Estatuto, para assegurar o caráter jurídico, com fins educacionais da Sociedade(19). A diretoria ficou assim constituída: Presidente, Reverendo Professor Zaqueu de Melo; Vice-presidente, Reverendo Jonas Dias Martins; Secretário-diretor, Reverendo Rui Carneiro Giraldes e, Tesoureiro, Sr. Darcírio Egger(20). A Sociedade passou a ser regida pelo sistema de cotas, sendo que cada cota daria direito a um voto.

(19)- O Instituto Filadélfia de Londrina, constitui-se como pessoa jurídica, de direito privado, como tal definida no artigo 16, inciso I do Código Civil que define:

"I - São pessoas jurídicas de direito privado: As sociedades civis, religiosas, morais, científicas ou literárias, as associações de utilidade pública e as fundações" (Theotônio NEGRÃO. *Código Civil e legislação em vigor*).

(20)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. *Ata de assembléia geral ordinária*, de 14 de maio de 1945, p. 3, verso.

De acordo com o seu Estatuto (Anexo I) artigo 2o., a finalidade precípua da Sociedade, era a de desenvolver um projeto evangelizador, promovendo a formação religiosa de seus membros e, em segundo lugar, preocupar-se com um sistema de educação de natureza formal, com a criação dos cursos primário, admissão, ginásial e comercial. Por mais paradoxal que pareça, a segunda finalidade acabou prevalecendo de imediato, com a compra do prédio e da escola, o Ginásio Londrinense, de propriedade do Dr. Jonas de Faria Castro e do Dr. Ruy Ferraz de Carvalho, em 1946(21).

Para a aquisição dessa propriedade, que compreendia uma área de 14.058 m2, mais um prédio escolar onde funcionava o Ginásio Londrinense desde 1941, reuniu-se, em Assembléia Geral Extraordinária, o Instituto Filadélfia, em 11 de novembro de 1946, com a finalidade de decidir sobre um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal do Paraná, no valor de CR\$600.000,00 (Seiscentos mil cruzeiros). O empréstimo destinava-se à compra do imóvel, avaliado em CR\$625.000,00 (Seiscentos e vinte e cinco mil cruzeiros) e, ainda, à compra do Curso de Madureza, pertencente ao Professor Zaqueu de Melo, no valor de CR\$15.000,00 (Quinze mil cruzeiros).

Após a autorização da Assembléia, concretizou-se o empréstimo hipotecário do valor deliberado, pelo prazo de 15 anos, a juros de 10% ao ano, mediante a garantia do mesmo imóvel(22).

Como se pôde constatar, a Sociedade não lançou mão de seus recursos financeiros para a aquisição do imóvel. Tais recursos, tiveram origem pública, mediante empréstimo, e

(21)- Id., Estatutos, 1945.

(22)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 11 de novembro de 1946, p. 6, verso.

foram destinados ao processo de acumulação patrimonial de uma Sociedade de natureza particular, preocupada em investir na educação. A partir deste momento, a prioridade da Instituição foi o ensino formal, de orientação oficial, com sua estrutura física, administrativa e pedagógica organizadas; funcionando, no estabelecimento, os cursos primário, admissão e ginasial.

As conseqüências da compra do Ginásio Londrinense foram além das expectativas, já que a demanda de matrícula foi bastante acentuada. Em 1945 a escola contava com 243 alunos matriculados e, em 1955 ela atingia a cifra de 1011 alunos(23). O progresso da Instituição é marcante, justamente por ser, a cidade de Londrina, um centro polarizador, muito procurado para investimentos, não só no setor primário, como, também, no terciário e no de prestação de serviços pela população que nele se fixava.

Além da preocupação com investimentos, as famílias não descuravam a educação dos filhos. De início, as escolas que mais marcaram presença foram as de natureza particular. O Ginásio Londrinense atendia a uma clientela de alunos procedentes de várias cidades circunvizinhas.

Nessa época, fins da década de 40, não existia, ainda, curso colegial, na cidade. O primeiro a ser criado na Instituição foi reconhecido pelo Decreto N. 25.134, de 30 de julho de 1948.

Com o desenvolvimento da cidade, com o aumento da população e com a demanda de matrículas, o Instituto Filadélfia de Londrina resolveu alterar seus Estatutos, objetivando a criação de cursos superiores, para atender os alunos egressos do 2o. grau, que não tinham outra alternativa

(23)- Id., Relatório de matrículas, 1945-1955.

senão deslocarem-se para Curitiba ou para São Paulo, onde havia o 3o. grau. Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 1950, tais Estatutos foram alterados, recebendo em sua redação, a organização do ensino superior (Anexo I).

Em Assembléia Geral realizada no dia 31 de março de 1951, o Presidente, Reverendo Professor Zaqueu de Melo, justificou a necessidade do ensino superior em Londrina. Segundo ele, a criação da Faculdade de Filosofia, na cidade, beneficiaria o futuro surgimento da Faculdade de Teologia, na Instituição. Apesar das gestões do Reverendo Professor Zaqueu de Melo junto aos órgãos competentes com o objetivo de trazer para a Instituição cursos superiores, seus esforços foram em vão, devido a problemas burocráticos, políticos e religiosos(24). Esta questão será tratada no capítulo referente ao Projeto Pedagógico da Instituição.

Ao mesmo tempo, o Instituto Filadélfia de Londrina expandia-se nas décadas de 50 a 70, quando se verificou a instalação de diversos cursos, além dos existentes: primário, ginásial e colegial.

01 - Colégio Comercial Filadélfia:

Portaria Ministerial N. 705, de 04/08/52.
Publicação no e mentário da Legislação Federal no Brasil - MEC - parte II, 1o. volume - p. 443.

02 - Colegial Normal Filadélfia:

Criado pelo Decreto N. 12.278, de 06/09/57.

(24)- Id., Ata de assembléia geral ordinária, de 31 de março de 1951, p. 17.

03 - Ginásial e Colegial Vocacional:

Teve seu funcionamento, a partir do ano de 1964.

04 - Colegial Secretariado:

Autorizado em março de 1968, através da Inspetoria Regional de Ensino.

05 - Ginásio Erasmo Braga:

Reconhecido pelo Decreto N. 10.342, de 25/05/68, do Governo do Estado do Paraná.

06 - Colégio Industrial Filadélfia:

Criado pelo Decreto N. 10.443, de 03/06/1968, Governo do Estado do Paraná.

07 Conservatório Musical Filadélfia

Processo N. 20.139/69, de 28/08/69, aprovado pela Inspetoria Seccional do Ensino de Londrina.

Esses cursos foram reunidos e organizados com o nome de Colégio Londrinense e ofereciam cursos de: Jardim da Infância, Ensino Regular e Supletivo I e II graus, conforme Resoluções 86/73 e 649/74 e Decreto N. 6.542 do Diário Oficial, de 29 de fevereiro de 1975(25). Essa alteração foi decorrente da implantação da Lei 5.692/71, que exigia a reorganização da escola, em conformidade com a nova legislação.

(25)- Id., Relatórios, 1952-1972.

Pelos Estatutos do Instituto Filadélfia de Londrina, Sociedade mantenedora do Colégio Londrinense, tinha-se, como finalidade primeira, a "formação de pregadores". Contudo, no contexto, com a expansão de cursos e da acumulação patrimonial, através da construção de prédios escolares, essa finalidade passou para um segundo plano. Em relatório apresentado pelo diretor-fundador, Professor Zaqueu de Melo, em reunião de Assembléia Geral da Sociedade, consta a seguinte posição da Instituição:

"01) 1946-1947 - 1o. prédio ou Patrimônio da Instituição Internato Filadélfia (Hoje ISBL);

"02) 1946 - Aquisição do terreno (com 14.058m²) e do prédio do Ginásio Londrinense;

"03) 1948-1949 - Construção do prédio para o Curso Colegial, no mesmo terreno do Ginásio;

"04) 1950-1951 - Construção da casa do diretor, anexa ao terreno da escola Colégio Londrinense;

"05) 1953-1954 - Aquisição do terreno de 40.260m² e construção do prédio do Internato Masculino, no bairro Shangri-lá, decorrente da venda do 1o. imóvel da Instituição;

"06) 1956 - Construção de um prédio destinado à Escola Normal Filadélfia" (26).

Após a compra do prédio onde se encontrava instalado o Ginásio Londrinense, a Sociedade passou a acumular um patrimônio respeitável, mediante a criação e exploração dos diversos cursos do sistema oficial. Não estaria a Sociedade,

(26)- Id., Ata de assembléia geral ordinária, de 31 de maio de 1963, p. 44.

naquele momento, capacitada para organizar os cursos para a formação de pregadores?

é fundamental ressaltar a organização da Sociedade, quanto à constituição, ao seu regime de participação e ao processo desenvolvido para levantar o capital social. O Estatuto, no artigo N. 5 diz: "o capital social é de quinhentos mil cruzeiros, divididos em cotas de 500 cruzeiros, o qual poderá ser aumentado"(27).

As cotas somente foram vendidas a evangélicos de várias denominações, residentes em cidades do Estado de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Muitos deles manifestaram, inicialmente, o interesse de contribuírem com a causa religiosa, enquanto outros aguardavam recompensas financeiras futuras, como é possível constatar através de correspondências enviadas pelos cotistas à Instituição. A título de esclarecimento, seguem-se algumas, transcritas sem alterações:

"Ribeirão Preto, 25 de abril de 1946.

"Em virtude de me achar sobrecarregado com enormes despesas decorrentes do meu próximo casamento, não me é possível completar o pagamento da ação, que subscrevi, do Instituto Filadélfia, embora reconheça o real valor e utilidade dessa Casa de Ensino.

"Desse modo, peço considerar como oferta o meu pagamento inicial de CR\$150,00 e inexistente o meu nome entre os cotistas do Instituto Filadélfia"(28).

A carta mostra o desejo do cotista de contribuir com a causa evangélica da Sociedade, declinando da importância

(27)- Id., Estatuto, 1945.

(28)- Id., Correspondências recebidas dos sócios cotistas; 1953-1958.

Inicial em favor da mesma. Por outro lado, uma outra correspondência mostra uma situação inversa:

"Arapongas, 24 de janeiro de 1952.

"...o fim desta é para pedir ao bom amigo e irmão o favor de envidar os esforços necessários a fim de que seja liquidado o pagamento das seis cotas que tenho com o Instituto Filadélfia, desde o dia 18 de outubro de 1946, indo portanto para seis anos. Assim, solicito do amigo que me mande uma resposta favorável e mesmo creio que já esperei bastante tempo, pois uma pessoa em minhas condições, pobre e que sempre luta com dificuldades, pensa que já cumpriu com seus deveres, nada mais podendo fazer"(29).

A intenção deste cotista era de recuperar o valor aplicado, alegando que já havia contribuído o suficiente e, ao mesmo tempo, receber de volta a importância aplicada, devido às suas condições econômicas, pois o Estatuto da Sociedade (Anexo I) deixou bem claro, no artigo 25, que não haveria distribuição de dividendos durante os três primeiros anos, após a constituição da Sociedade. Todavia, esse tempo já havia transcorrido. Havia passado seis anos. Nota-se a intenção desse cotista, como a de muitos outros que, ao aplicarem seus recursos na aquisição de cotas da Sociedade, visavam, na realidade, ao "lucro" que adviria da distribuição de dividendos, conforme propunham os Estatutos.

A Diretoria não procedeu à distribuição de tais dividendos, muito embora o patrimônio continuasse aumentando. O que se observa é, justamente, que houve captação de recursos

(29)- Id. ibid.

com a finalidade de desenvolver o processo de acumulação de capital da Sociedade.

Numa outra correspondência ficou demonstrado que alguns cotistas não conheciam o Estatuto e estavam desinformados sobre a vida da Sociedade, mas tinham interesse de saber a respeito dos dividendos:

"Presidente Prudente, aos 25 de Janeiro de 1955.

"Há anos, na cidade de Pirajú, subscrevi para a constituição do capital desse Instituto, a importância de CR\$1.000.00. Estou informada de que o Instituto, felizmente, está em plena atividade e contribuindo em grande escala para o progresso dessa próspera cidade.

"Venho pois, pela presente, solicitar-lhe a fineza de informar-me se tenho direito a algum dividendo; e, em caso positivo, a fineza de enviá-lo a mim, através do Banco do Brasil.

"Também, caso houver interesse, poderei vender essas ações, aguardando nesse sentido uma proposta sobre o respectivo valor e a forma de agir"(30).

Este cotista estava informado sobre as atividades e crescimento do Instituto Filadélfia. Por outro lado, desejava saber sobre seus direitos, quanto aos dividendos. Isso faz concluir que havia muitos sócios cotistas que, ao aplicarem seus recursos na compra de cotas, desejavam obter retorno de capital, e não, apenas contribuir para a causa evangélica.

Verificando o Livro de Registro de cotas nominativas, registrado no 1o. Tabelião de Notas da Comarca de Londrina em 25 de janeiro de 1947, percebe-se que existia um total de 382 sócios cotistas, para 751 cotas nominativas. Nas

(30)- Id. *ibid.*

Assembléias, cada cota dava direito a um voto. Assim, o sócio possuidor de maior número de cotas detinha maior número de votos, bem como, tinha o direito de maior participação nos dividendos da Sociedade.

O Estatuto da Instituição estabelecia um prazo de carência para distribuição de dividendos. Isto prova o caráter empresarial da Sociedade. Os sócios precisavam aguardar o retorno do capital investido. Na Assembléia Geral Extraordinária de 18 de março de 1952, decidiu-se o seguinte: "a título de distribuição de dividendos, conferir aos quotistas quinhentos cruzeiros, em quotas, por cada integralização até esta data"(31).

O capital passou de quinhentos mil cruzeiros para um milhão de cruzeiros; e o número de cotas, de 1000 para 2000.

Ao conferir, na forma de bonificação, o aumento do número de cotas aos sócios, num momento em que já se esperavam distribuições de dividendos, arranjou-se uma forma de neutralizar qualquer possibilidade de reivindicações, ou de conflitos, na Sociedade. Os direitos passaram a ser concedidos, oferecidos e não usufruídos. Esta atitude evidencia a intenção da Sociedade de não desembolsar o lucro do investimento acumulado, o que não era interessante para ela. Entretanto, revertia-o aos sócios, através da concessão de cotas. Por outro lado, todo sócio que desejasse sair da Sociedade, deixava-lhe a preferência de compra das cotas pelo valor nominal. A não distribuição de dividendos, por longo espaço de tempo, levou à aplicação dos recursos de capital levantados mediante a subscrição das cotas e de sua aplicação, desenvolvendo-se um

(31)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 18 de março de 1952, p. 18, verso.

processo de acumulação capitalista. Isto fundamentava a diretoria da Instituição a justificar o não pagamento dos dividendos por um espaço ainda maior, como de fato aconteceu. Enquanto isso, os sócios continuavam aguardando algum retorno, ou simplesmente, observando a acumulação de capital. A falta de cobrança por parte dos cotistas justifica-se em decorrência da ausência de informações sobre o andamento dos negócios da Sociedade.

O parágrafo único do artigo 25 do Estatuto (Anexo I) estabelecia que a Sociedade, ao adquirir cotas de seus sócios, deveria fazê-lo mediante o pagamento nominal, sem nenhuma vantagem. Este parágrafo se completava com o artigo 60. (Anexo I) no qual se acrescentava que as cotas, além de nominativas, só podiam ser transferíveis por sucessão universal, legado e venda, com prioridade da própria Sociedade. Os dois artigos tratam da centralização do capital da Sociedade nas mãos da Instituição. É bom lembrar que, para o levantamento do capital social, buscaram-se cotistas por toda a parte. Isto deixa claro que, se algum cotista se afastasse da Sociedade, não resgataria o rendimento do capital investido, cabendo-lhe apenas o valor nominal de compra das cotas. Nem todos aceitavam isso. Havia aqueles que esperavam pelo retorno do capital aplicado, como fica demonstrado pelas cartas que se seguem:

"São Paulo, 14 de Janeiro de 1947.

* Acuso em meu poder sua carta de 10 de Janeiro, acompanhando prospectos e impressos do Instituto Filadélfia, esclarecimentos de sua vida financeira que respondo.

* Não era meu intento inverter mais dinheiro nessa obra si bem que reconheço a sua elevada finalidade e o seu grande esforço.

"Parece-me que, com a base já atingida o esperar mais alguns anos, crescendo lentamente em prática e experiência, seriam medida prudente e aconselhável.

Em reconhecimento a seu grande esforço e entusiasmo tranziço desta vez, enviando-lhe um cheque do Banco de São Paulo S/A de no. 438696 no valor de CR\$2.000,00 (Dois mil cruzeiros), pedindo ao amigo que para regularidade comercial deste assunto sirva-se enviar-me o documento comprovatório de minha cota, na importância de CR\$7.000,00 (sete mil cruzeiros).

"Ademais peço que este documento venha em nome do Seminário Presbiteriano de Campinas, a quem pretendo doar todos os direitos, vantagens e benefícios dessas quotas"(32).

Outra correspondência vem confirmar o desejo dos contribuintes em receber o que foi aplicado e participar dos dividendos, seja a título de sócio-participante, ou, como mero contribuinte da causa do evangelismo e da educação:

"Pirajú, 12 de setembro de 1949.

"Quero por meio desta, pedir-lhe o obséquio de mandar-me aquela importância de CR\$500,00 que lhe arranjer para o emprego do seu colégio. Tendo passado alguns anos, creio que poderei recebê-lo. Faço isso porque estou precisando e creio que já está no tempo de se receber. Peço pois fazer a conta do juro se tiver, e mandar-me a importância pelo Banco ou pelo correio, o que desde já fico muito grato"(33).

O cotista contribuiu para a constituição do capital da Sociedade, sem nenhum direito de receber ou de reclamar vantagens financeiras. No entanto, esperava algum retorno sob a forma de juros.

(32)- Id., Correspondências recebidas dos sócios cotistas, 1943-1958.

(33)- Id. ibid.

Apesar da existência de Estatutos registrados, a Sociedade, após alterações no contrato social, necessitava tomar algumas providências. Por isso, a Assembléia Geral Extraordinária do dia 25 de abril de 1953, deliberou o seguinte:

- "a) regularização da situação jurídica da Sociedade, mandando lavrar e registrar o Contrato Social;
- "b) informações gerais aos quotistas sobre a situação financeira da casa, por ocasião da assinatura do referido Contrato;
- "c) sugerir a transferência das quotas à Sociedade, caso não esteja resolvido acompanhá-la nos seus planos de ampliação em estudos;
- "d) alteração do capital, de quinhentos mil cruzeiros (inicial 1945) para um milhão de cruzeiros;
- "e) pagar mediante a devolução de recibo aos quotistas que não integralizarem seu capital, a quantia exata de suas prestações pagas;
- "f) entrega das cotas aos quotistas cujo capital foi integralizado"(34).

A Sociedade assume, cada vez mais, um poder centralizador, ao receber a transferência das cotas, acumulando mais capital em poder das Igrejas. O próprio Estatuto (Anexo I), na parte administrativa, artigos 9 e 12, adotou uma filosofia centralizadora.

Apenas quatro pessoas constituíam a Diretoria. A elas competia o poder decisório sobre os negócios da Sociedade. Cabia-lhes a responsabilidade de convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, embora cada cota respondesse por um voto, nas mesmas. Todo o poder ficava em suas mãos. As

(34)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 25 de abril de 1953, p. 20.

reuniões eram convocadas através dos jornais evangélicos, do jornal local e dos órgãos oficiais, com antecedência de 15 dias. De fato, elas eram realizadas, mas, como os sócios cotistas residiam em lugares distantes, dificilmente compareciam. Muitas vezes, nem tomavam conhecimento delas. Segundo o Estatuto (Anexo I), artigo 23, parágrafo único, a exigência para a instalação da Assembléia Geral Extraordinária, em primeira ou em segunda convocação, era necessário o comparecimento de dois terços do capital social. Mas, em terceira convocação, com qualquer número de sócios cotistas.

Na prática, era quase impossível reunir os sócios cotistas em primeira ou em segunda convocação, conforme se constatou no registro das Atas das Assembléias. As reuniões foram realizadas, freqüentemente, em terceira convocação, com a presença de qualquer número de cotistas. O grupo dirigente e mais alguns sócios tinham o poder decisório da Sociedade como um todo e em conformidade com seus Estatutos.

É comum, na organização das instituições da sociedade capitalista, a utilização dos expedientes legais que burlam a participação da maioria de seus membros. É compreensível esse mecanismo de participação em Assembléia, uma vez que seria impossível alcançar o quórum absoluto. No entanto, a participação ativa da minoria impulsiona a formação de oligarquias que monopolizam as decisões da própria sociedade(35). Evidencia-se, nesse caso, a manipulação das minorias, no sentido da perpetuação do poder pelo grupo hegemônico. Não resta dúvida de que se formou um grupo detentor do poder hegemônico da Sociedade, pois a Assembléia Geral Extraordinária, de acordo com o Estatuto (Anexo I), artigo 21,

(35)- Pedro DEMO. *Pobreza política*, p. 50-51.

decidia também sobre assuntos de maior importância e interesse para ela, como:

- "a) alterar ou reformar estatutos;
- "b) autorizar empréstimos;
- "c) deliberar sobre assunto do capital social;
- "d) resolver dissolução e liquidação da Sociedade; nomear e destituir liquidantes e julgar as contas;
- "e) deliberar e resolver sobre negócios e assuntos não expressos nestes e que interessam à sociedade, com as faculdades e amplitudes que lhe outorgam os Estatutos e a lei".

A minoria detentora do poder, traçava de forma legal, os destinos da Sociedade, de acordo com seus interesses, sem a participação da maioria dos sócios cotistas. Os membros da diretoria, mais alguns cotistas justificavam a necessidade de alterações nos Estatutos em função da continuidade e agilização dos negócios da Sociedade. Será que esses negócios interessavam a todos os associados?

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 16 de julho de 1955 em terceira convocação, novamente os Estatutos foram alterados na parte que dispunha sobre a liquidação da Sociedade, caso viesse acontecer.

De comum acordo, os presentes a esta assembléia aprovaram que, em caso de liquidação da Sociedade, seus bens, exceto o de capital, seriam revertidos em benefícios das Igrejas Evangélicas de Londrina, de acordo com o número de cotas representadas pelos respectivos sócios, a título de doação, após a liquidação das contas passivas, inclusive as de capital(36).

(36)- Cf. Estatuto. (Redação dada pela alteração estatutária de 1955).

A alegação do Presidente, Professor Zaqueu de Melo, sobre essa alteração nos Estatutos, registrado em Ata da mesma Assembléia em que os sócios presentes foram informados, foi a seguinte:

"Os Estatutos da Instituição, nos termos em que se encontram, não lhe dariam direito certo e líquido de isenção de impostos de renda de que podem ficar isentas as Instituições de Ensino, uma vez que se enquadrem dentro dos dispositivos legais que lhes asseguram a referida isenção de impostos"(37).

Era necessário ajustar os Estatutos à legislação tributária, garantindo aos sócios isenção de impostos sobre os lucros. Esta justificativa foi que o grupo dirigente encontrou para solucionar a questão.

Em decorrência dessa situação, foi proposta a alteração dos Estatutos. Não se pode esquecer o Artigo 60. do Estatuto inicial (1945), que estabelecia: "As cotas serão nominativas e transferíveis por motivo de sucessão universal, legado ou venda, tendo neste caso preferência a Sociedade".

Os Estatutos já previam, há muitos anos, o "legado ou venda" das cotas à Sociedade. Entretanto, somente em 1955 é que essa questão se tornou clara, através das alterações neles processadas. A partir de então, tornou-se evidente a preferência da Sociedade pelo capital social dos cotistas, com a concentração das cotas nas Igrejas. Isto demonstrou que a Sociedade Instituto Filadélfia de Londrina foi a coletora de recursos dos sócios contribuintes, pela subscrição às suas cotas e exerceu um papel fundamental ao constituir o capital inicial. Mais tarde, ao receber as cotas, como doação ou venda,

(37)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Ata de assembléia geral extraordinária, de 16 de julho de 1955, p. 26.

pelo valor nominal, em benefício do fundo de capital da própria Instituição, ou das Igrejas Evangélicas, facilitou a continuidade do processo de acumulação capitalista nas mãos do Instituto e das próprias Igrejas. A partir desse momento, a Sociedade passa a se constituir de sócios cotistas individuais e de Igrejas Cotistas, como se segue:

"Cotas entregues aos respectivos sócios, um total de 1261.

Depositadas com as Igrejas locais:

Igreja Presbiteriana.....	288 cotas
Igreja Presbiteriana Independente..	180 cotas
Igreja Metodista.....	78 cotas
Igreja Batista.....	52 cotas
Soma das Igrejas.....	598 cotas
Sócios não identificados.....	141 cotas"

A soma total das cotas da Sociedade era de 2.000(38).

é importante notar que essas Igrejas iriam adquirir as respectivas cotas, mediante doação ou venda, através de seus membros e, ainda, caso a Sociedade viesse a ser dissolvida, receberiam, proporcionalmente ao número de cotas, os bens do Instituto Filadélfia de Londrina, enquanto os sócios individuais receberiam apenas pelo valor nominal, isto é, pelo valor da subscrição da cota. Isto é constatado também, por Marx, especialmente quando observa:

"Temos a centralização por mudar simplesmente a distribuição dos capitais já existentes, por alterar-se apenas o agrupamento quantitativo dos elementos componentes do capital social. O capital pode acumular-se numa só mão em proporções imensas, por ter escapado a muitas outras mãos que o detinham"(39).

(38)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 31 de maio de 1963, p. 47, verso.

(39)- Karl MARX, O Capital, p. 728.

Com as alterações acima a Sociedade se transformou em "Fundação das Igrejas Evangélicas". Na ocasião, em 1956, em carta aberta aos sócios, a diretoria comunicou-lhes as seguintes decisões da Assembléia:

- "a necessidade de evitar o interesse comercial de lucros numa casa de ensino com finalidades cristãs;
- "a conveniência de garantir a continuidade da Instituição como patrimônio do evangelismo;
- "que as diversas denominações evangélicas possuem Igrejas em Londrina e que a Assembléia Geral Extraordinária, de 16 de julho de 1955, transformaram o Instituto Filadélfia em uma Fundação das Igrejas Evangélicas de Londrina;
- "e, ainda, de que os quotistas poderão em qualquer tempo, retirar-se da Sociedade, sendo reembolsados em dobro da quantia com que contribuíram para fundar a referida Instituição e, caso desejassem, deveriam dirigir-se aos pastores das suas respectivas Igrejas, de Londrina, pois as mesmas se acham aparelhadas para adquirir suas cotas"(40).

As decisões tomadas nessa assembléia e levadas, posteriormente ao conhecimento dos sócios cotistas, representaram, de fato, a intenção do grupo dirigente, de transferir o capital individual para as mãos das Igrejas integrantes do grupo que apoiaram a iniciativa, por ocasião da constituição da Sociedade. Por que os dirigentes do grupo não demonstraram no passado interesse na aquisição de um número maior de cotas, uma vez que priorizavam a "formação de obreiros evangélicos"? Agora, após sedimentado o plano do grupo, as Igrejas passam a ter interesse em adquirir cotas dos sócios

(40)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Correspondências expedidas aos sócios cotistas, 1956.

individuais, declarando-se em condições financeiras de adquiri-las de quem quisesse vendê-las.

O lucro auferido do investimento do capital social, constituído em patrimônio da Sociedade, era evidente para os sócios individuais. Esse lucro acumulado pelas Igrejas cotistas tornou-se a garantia da continuidade dos interesses evangélicos, sob uma forma velada de acumulação patrimonial. O impedimento de lucro individual justificava-se na manutenção do empreendimento nas mãos das Igrejas evangélicas.

Por que reverter a situação contratual em favor das Igrejas? Por que não distribuir dividendos aos cotistas? Na correspondência enviada aos senhores cotistas, considera-se a necessidade de evitar interesse comercial de lucros numa casa de ensino evangélico.

Não se pode deixar de lembrar que o "cargo de diretor-presidente era privativo de ministro evangélico cotista, de qualquer denominação", conforme o Artigo 11 dos Estatutos. A primeira diretoria foi constituída em 1945, por quatro elementos, sendo que três deles eram reverendos das Igrejas que apoiavam a iniciativa. Isso significa que as Igrejas incentivadoras passaram a ser as proprietárias do patrimônio da Sociedade. A hegemonia, na Sociedade, pertencia, anteriormente, aos pastores evangélicos e, posteriormente, com as alterações estatutárias, ela passou a pertencer às Igrejas cotistas e a seus respectivos pastores, muito embora, ainda houvesse sócios cotistas individuais. Eles, aliás, ainda existem e não abriram mão, até hoje de suas cotas e direitos em favor de suas Igrejas.

Apesar das alterações nos Estatutos, visando à doação ou venda das cotas para as respectivas Igrejas, no ano

de 1960 a situação continuava pendente, com um grande número de cotas nas mãos de sócios individuais. Foi então que, em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 19 de março de 1960, decidiu-se isto:

"designar o Dr. Olavo Garcia Ferreira da Silva para estudar a situação do Instituto Filadélfia de Londrina, com referência às cotas não reclamadas e às transferências a serem realizadas"(41).

Segundo registro em Ata da Assembléia de 02 de abril de 1960, havia interesse em regularizar a transferência de cotas e a aquisição daquelas que se encontravam em poder dos sócios individuais(42). Uma vez que não haveria distribuição de dividendos, quais os interesses para a transformação das Igrejas sócio-majoritárias? Não havia interesse na distribuição de dividendos; mas, no processo de concentração de capital nas mãos de uma minoria, que eram as Igrejas, sim. Por outro lado, o grupo dirigente era o mesmo do início da sua fundação. Apesar da pressão recebida, nem todos fizeram a doação ou a venda de suas cotas às Igrejas.

Segundo informação de um sócio entrevistado, muitos cotistas não foram localizados; outros pensaram em vantagens pessoais, como: bolsas de estudo para os filhos, na Instituição ou, mesmo, em descontos nas mensalidades. Era uma forma de garantirem escolaridade aos membros da família. Passando suas cotas, às Igrejas, teriam os direitos subjugados aos interesses das mesmas. Permanecendo com elas, teriam espaço político mediante o voto, nas decisões das Assembléias.

(41)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 19 de março de 1960, p. 39, verso.

(42)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 02 de abril de 1960, p. 40.

A segunda parte da cláusula 6a. da alteração estatutária de 1955 confirma a não distribuição de lucros, sob nenhum pretexto. Eles deveriam ser aplicados na manutenção e progresso da Sociedade. Como a lógica de toda Sociedade capitalista é a obtenção de lucros, sem distribuição de dividendos, conforme determina o Estatuto, ficou bem claro que os lucros, doravante, teriam destino explícito, ou seja: a ampliação e manutenção da Sociedade, sob o processo de acumulação patrimonial, sem retorno aos sócios individuais.

Dois anos após essas alterações, novamente em Assembléia Geral Extraordinária que se realizou em 27 de fevereiro de 1957, aconteceu nova alteração nos Estatutos, em seu artigo 11, referente ao cargo do diretor-presidente. Segundo as explicações do diretor-presidente, professor Zaqueu de Melo, as alterações faziam-se necessárias em decorrência:

"da maior amplitude nas qualificações do diretor-presidente, de vez que a Instituição se limita quase à cidade de Londrina, onde o elemento eclesiástico evangélico é diminuto"(43).

O referido artigo estabelecia que "o cargo de diretor-presidente é privativo de ministro evangélico cotista, de qualquer denominação".

Nas alterações ocorridas em 1955, esse artigo permaneceu, não havendo interesse em alterá-lo naquela ocasião.

Uma justificativa para sua alteração era esta:

"a vantagem no aproveitamento de elementos leigos, cultos, na direção de uma sociedade desta natureza e a dificuldade que o elemento eclesiástico local teria em assumir a direção da Sociedade, de vez que os compromissos eclesiásticos são de tal forma que, dificilmente, qualquer pastor evangélico pudesse

(43)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 27 de fevereiro de 1957, p. 34.

assumir tal responsabilidade, sem primeiro conseguir licença de autoridade superior eclesiástica a que se acha jurisdicionado”(44).

O que, de fato, pretendia-se era dar oportunidade para ocuparem o cargo de diretor-presidente, a membros das Igrejas associadas que fossem portadores de diploma de curso superior e não, apenas, dos ministros evangélicos. A proposta foi aprovada em assembléia, por unanimidade. E os Estatutos da Instituição foram alterados mais uma vez(45). Mas, apesar disso, o cargo de diretor-presidente continuou nas mãos do professor e reverendo Zaqueu de Melo.

Havia uma preocupação constante em fazer ajustes nos Estatutos da Sociedade. Isso se verificou através de várias reuniões de Assembléia Geral, como aconteceu no dia 19 de março de 1963, em que foi nomeada uma comissão para elaborar a Reforma nos Estatutos para, num prazo de 45 dias, apresentar os resultados.

Outra preocupação do grupo era quanto à transferência das cotas. Em Assembléia do dia 31 de maio de 1963, a Sociedade apresentou a relação dos sócios cotistas desistentes, num total de 66; os cotistas que transferiram seus direitos ao Instituto Filadélfia de Londrina, um total de 150; e os cotistas que transferiram às Igrejas Evangélicas, de acordo com o seguinte quadro:

Igreja Presbiteriana.....	301 cotas
Igreja Presbiteriana Independente.....	284 cotas
Igreja Metodista.....	46 cotas
Igreja Presbiteriana da Vila Nova.....	02 cotas

(44)- Id. ibid.

(45)- Id. ibid.

Foram apresentados também os cotistas que transferiram seus direitos a terceiros e, ainda, os que confiaram suas cotas às Igrejas Evangélicas locais(46).

É importante estabelecer uma relação entre este momento (em que as Igrejas estavam recebendo as cotas de capital, por doação ou venda) com o início da organização da Sociedade, quando elas apoiaram a iniciativa e subscreveram apenas quatro cotas para a Fundação Instituto Filadélfia de Londrina. A Igreja Presbiteriana inscreveu duas; a Presbiteriana Independente uma; e a Metodista, também uma cota. A Igreja Batista negou-se a cooperar, conforme a carta do pastor Enoque Medrado, mencionada pelo presidente fundador Zaqueu de Melo, em reunião de 10 de novembro de 1964(47).

Os assuntos sobre as alterações estatutárias constituíam-se em temas de discussões e propostas em quase todas as reuniões de assembléia dos sócios cotistas. Em Assembléia Geral Extraordinária de 10 de novembro de 1964, foi apresentado e votado o ante-Projeto do Novo Estatuto, com alterações, atendendo aos interesses da Sociedade.

O Artigo 4o. do Estatuto (Anexo I) retoma a questão da dissolução da Sociedade, mas mantém a situação anterior, apenas acrescentando, no Parágrafo 2o., que "os cotistas que discordarem desta modalidade de dissolução ou liquidação poderão, em qualquer tempo, resgatar suas cotas pelo valor nominal"(48).

Convém lembrar que, no caso de dissolução ou de liquidação da Sociedade, uma vez liquidadas as suas contas

(46)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 31 de maio de 1963, p. 44-52 verso.

(47)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 10 de novembro de 1964, p. 56.

(48)- Id., Estatuto. (Redação dada pela alteração estatutária de 1964).

passivas, os bens de direito da mesma serão doadas às Igrejas Evangélicas de Londrina, proporcionalmente ao número de cotas de cada uma. Outra alteração aconteceu em relação à compra das cotas, cuja preferência cabia à Sociedade. Observe-se, entretanto, a questão colocada no Artigo 6o. dos Estatutos: "As cotas são nominativas e transferíveis por motivo de sucessão universal, legado ou venda, tendo neste caso preferência os outros cotistas"(49).

Todos são cotistas; inclusive as Igrejas. Assim, tanto as Igrejas, como os cotistas individuais, passaram a ter direito de venda de suas respectivas cotas e de compra de cotas de qualquer sócio cotista. O direito de propriedade transitava entre os próprios cotistas. Constituíam-se numa estratégia que poderia beneficiar o grupo hegemônico ou majoritário, a cujos cotistas simpatizantes poderiam, eventualmente, sensibilizar, vendendo-lhes ou doando-lhes suas cotas.

As alterações estatutárias realizadas em 1964 deixaram explícito, no artigo 11, o poder deliberativo das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias para a tomada de decisões dos sócios, durante o seu transcurso: em primeira e segunda convocação, com a presença mínima dos sócios que representam dois terços do capital social e, em terceira convocação, com qualquer número de sócios; exceto para a reforma de Estatutos ou dissolução da Sociedade. Completava, ainda, o seu parágrafo único, que as assembléias, quando convocadas para reforma de Estatutos ou dissolução da Sociedade, poderiam funcionar com os representantes de dois terços do capital social e deliberar somente com 51% (cinquenta e um por cento) do capital social.

(49)- Id. ibid.

O Estatuto anterior não fazia tal exigência. As reformas estatutárias de 1964, introduziram mecanismos para resguardar os direitos da maioria. Convinha que o processo decisório da Sociedade se tornasse mais democrático, com a participação dos sócios que representassem 51% do capital, principalmente nas decisões consideradas importantes, como as alterações estatutárias e aquelas relativas à dissolução da Sociedade. Ficou evidente que, no passado essas alterações foram realizadas segundo os interesses do grupo dirigente, detentor do poder decisório. Por que foi pensada somente em 1964 essa situação? É que, nesse momento, o capital social estava concentrado nas mãos das Igrejas associadas e não nas dos cotistas particulares.

Nas alterações estatutárias de 1964, no artigo 19 (Anexo I), ficou clara a participação das Igrejas perante a Sociedade. O artigo em questão determinava que a Diretoria do Instituto Filadélfia deveria ser assistida por um Conselho Consultivo composto de 14 membros e as primeiras vagas, ocupadas pelos pastores das Igrejas cotistas, da cidade de Londrina; as vagas restantes, por pessoas credenciadas pelas respectivas Igrejas, de acordo com o capital denominacional junto à Sociedade. Os pastores e demais membros do Conselho Consultivo não recebiam ordenados, gratificações ou vantagens; cabendo-lhes apenas o direito de participação e não de voto.

O que se vê é a representatividade da figura do pastor, quer como elemento disponível para o exercício da função de diretor-presidente da Instituição, quer como membro nato do Conselho Consultivo. É evidente a prioridade de participação dele no grupo dirigente, por ser pastor evangélico. É sempre bom lembrar que a Instituição surgiu por

iniciativa de um pastor evangélico, com o apoio de outros, que acabaram por fazer parte da primeira diretoria da Instituição.

Na composição do Conselho Consultivo, priorizava-se a detentora de capital majoritário. Essa situação acabou por gerar lutas internas pelo poder hegemônico na Instituição, entre os diferentes segmentos religiosos que constituíam a Sociedade.

Para esconder essas situações de luta pelo poder e conservar o domínio nas mãos dos pastores, o grupo hegemônico passou a permitir a participação de outros membros na diretoria, representando suas respectivas igrejas. Tratava-se de uma estratégia em que a participação não foi conquistada, mas concedida.

Segundo Demo, "participação existe, se e enquanto for conquistada. Porque é processo; não produto acabado". O mesmo autor afirma: "o poder trabalha com disfarces", isto é, "usa a capa" da participação para se reproduzir enquanto poder(50).

A luta pelo poder ficou evidenciada após as alterações estatutárias ocorridas em 1964, oficializadas com a publicação no Diário Oficial de 26 de dezembro de 1964.

As alterações estatutárias realizadas contemplavam o tema Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, porém não estabeleceram normas reguladoras referentes ao mandato transitório do grupo dirigente em exercício.

O professor Zaqueu de Melo manifestou-se sobre a situação do mandato já vencido, sendo assunto amplamente debatido em reunião de Assembléia Geral Extraordinária de 29 de abril de 1965. Para resolver a situação, foi proposta a

(50)- Pedro DEMO, op.cit, p. 101.

convocação, de urgência, de uma nova Assembléia Extraordinária, para implantação, no Estatuto, das medidas "Das Disposições Transitórias", como forma de conciliar mandato e eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal(51).

Com a finalidade de solucionar a questão, ficou estabelecida em reunião de Assembléia Geral Extraordinária do dia 28 de maio de 1965, uma nova data para a eleição e posse de uma nova Diretoria e do Conselho Fiscal, de mandato transitório, até a próxima eleição, que deveria ocorrer em novembro de 1965. A Assembléia foi convocada para o dia 28 de junho de 1965 e foi presidida pelo professor Galdino Moreira Filho. Pela primeira vez na história da Instituição e após 20 (vinte) anos consecutivos de mandato, o professor Zaqueu de Melo enfrentou um adversário nessa eleição. Sempre concorreu com chapa única, mas, desta vez, apresentaram-se 2 (duas) chapas. A de número 01, constituída de:

Diretor presidente	- Zaqueu de Melo
1o.Vice-Presidente	- Rev. Jonas Dias Martins
2o.Vice-Presidente	- Norival Trindade
3o.Vice-Presidente	- Prof.Nestor Fernandes da Silva
1o.Secretário	- Calvino Fernandes Franco
2o.Secretário	- Dr. Dermeval Frossard
3o.Secretário	- Luiz Pradal
1o.Tesoureiro	- Francisco de Paula Vieira
2o.Tesoureiro	- Dr. Moisés de Godoy
3o.Tesoureiro	- Ronan Ferreira dos Reis
Conselho Fiscal	- Aldevir N.Borges,
	- Samuel Moura,
	- Seitiro Hayashi.

(51)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Ata de reunião de Diretoria, de 22 de março de 1965, p. 67.

Pela chapa número 02, concorreram:

Diretor-Presidente - Dr. Dalton Fonseca Paranaguá

1o.Vice-Presidente - Dr. João Henrique Steffen Jr.

2o.Vice-Presidente - Rev. Gerson Moraes de Araújo

3o.Vice-Presidente - Ademar Gomes

1o.Secretário - Dermeval Frossard

2o.Secretário - Américo Lima

3o.Secretário - Elias Montosa

1o.Tesoureiro - Álvaro Brasiliense Fernandes

2o.Tesoureiro - Jacy Boechat

3o.Tesoureiro - Pedro Martins Fernandes

Conselho Fiscal - Ronan Ferreira dos Reis,

- Ederval Miranda,

- Waldir Glória.

Realizada a votação, com a participação de 1.447 cotas representando o mesmo número de votos, obteve-se o seguinte resultado: 34 votos brancos; 591, conferidos a Dr. Dalton Fonseca Paranaguá e 822 ao professor Zaqueu de Melo.

O presidente da Assembléia declarou vencedora a chapa número 01. A seguir, o Reverendo Hélio Vieira leu o capítulo 6o., 8-15, de Mateus. Depois,

"fez um apelo para que os presentes, em nome do convívio cristão, interpretassem o texto lido e um representante de cada Igreja dirigisse uma oração a Deus para a solução dos problemas de nossa Instituição"(52).

Pelo relato acima, ficou claro que essa Assembléia transcorreu num clima de conflito entre os grupos que disputavam a eleição para o mandato transitório da

(52)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 28 de junho de 1965, p. 2, verso.

Diretoria e Conselho Fiscal da Instituição. Essa situação nunca havia sido constatada antes na história da Instituição.

A disputa ocorrida nessa eleição veio comprovar a existência de forças antagônicas no seio da Sociedade. Na medida em que a Sociedade se desenvolvia, aumentava também o prestígio do grupo dirigente. Por outro lado, nem todos estavam satisfeitos com o encaminhamento dos negócios. Novamente, o professor Zaqueu de Melo e os colegas de chapa conseguiram garantir o controle da Instituição, para um mandato transitório. Isso facilitaria também uma nova disputa, no final daquele ano. Esse mandato transcorreu de maneira tranqüila. Ao final do ano de 1965, realizou-se nova eleição. Em Assembléia Geral Ordinária, no dia 10. de novembro de 1965, foram conferidas as assinaturas dos presentes, em livro próprio, somado 1510 cotas, com seus respectivos representantes. Nessa mesma Assembléia, foi apresentada a chapa que concorreria à eleição para o período de 66/67, sendo assim constituída:

Diretor-Presidente	- Zaqueu de Melo
1o.Vice-Presidente	- Rev. Jonas Dias Martins
2o.Vice-Presidente	- Norival Trindade
3o.Vice-Presidente	- Gerson Gonçalves
1o.Secretário	- Calvino Fernandes Franco
2o.Secretário	- Dermeval Frossard
3o.Secretário	- Luiz Pradal
1o.Tesoureiro	- Francisco de Paula Vieira
2o.Tesoureiro	- Reducino Valim
3o.Tesoureiro	- M. Teixeira
Conselho Fiscal	- Aldemar H. Gomes,
	- Seitiro Hayashi,
	- Rev. Hélio Vieira.

Na mesma oportunidade, o Sr. Dídimo Daudt apresentou uma 2a. chapa com a mesma composição da chapa número 01, substituindo, apenas, o nome do professor Zaqueu de Melo, pelo do Dr. Dalton Fonseca Paranaguá. As duas chapas foram submetidas à votação. O resultado foi favorável ao professor Zaqueu de Melo, com 900 votos; enquanto o Dr. Dalton Fonseca Paranaguá, obteve 586 votos(53).

Esse episódio comprovou que a administração dos negócios da Sociedade estava centralizada nas mãos do Diretor-Presidente, professor e reverendo Zaqueu de Melo. Uma administração centralizada, personalizada e autoritária, uma vez que a única figura sujeita à oposição foi a do diretor-presidente. A diretoria tomou posse em 31 de janeiro de 1966.

Novamente, na reunião de 15 de abril de 1966, em Assembléia Geral Extraordinária, voltou-se a discutir a alteração dos Estatutos da Sociedade. Agora, com a pretensão de se criar a TV Educativa na Instituição. Para que isso se concretizasse, era necessário o ajustamento dos Estatutos à legislação vigente. Com este objetivo, Dr. Enoch Vieira dos Santos chegou a frequentar o Curso sobre TV Educativa, promovido pelo CONTEL. Caso o sonho se concretizasse ele poderia ser diretor da TV, no estabelecimento. Concluído o curso, Dr. Enoch relatou a eficiência de um sistema dessa natureza num estabelecimento de ensino e, ainda, suas vantagens e lucratividade já comprovados em outros países - "havendo possibilidades de se cobrar as referidas aulas"(54). O interesse que permeou esta proposta repousava nas vantagens que a mesma oferecia.

(53)- Id., Ata de reunião de Assembléia Geral Extraordinária, de 01 de novembro de 1965, p. 4.

(54)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 15 de abril de 1966, p. 14.

Constituiu-se, então, uma comissão para o estudo da proposta. Até o momento, o assunto não voltou a ser objeto de discussão em novas reuniões. As alterações estatutárias, sim, voltaram a ocupar a pauta da reunião de 06 de maio de 1966, ocasião em que foi proposta e aceita a indicação de dois membros de cada Igreja cotista, para apresentarem um estudo sobre a reforma dos Estatutos. Marcou-se a data de 29 de junho, do mesmo ano, para as discussões finais, que não chegaram a acontecer.

Transcorridos os dois anos de mandato dessa diretoria, no dia 18 de novembro de 1967, realizaram-se as eleições para o período de 68/69, elegendo-se, novamente, o professor Zaqueu de Melo. O pleito foi realizado sem disputas.

Observando os registros de Atas, percebe-se uma frequência significativa às reuniões, a partir do ano de 1967. Os assuntos de pauta, nas Assembléias, eram eleições para diretoria e Conselho Fiscal; alterações estatutárias; prestação de contas e orçamentos; enquanto os assuntos de natureza educacional eram considerados apenas na medida das vantagens que poderiam oferecer economicamente.

Em reunião de 15 de janeiro de 1969, após a apresentação do Balanço Financeiro de 1968, aprovado por unanimidade, verificou-se uma sensível melhora nas finanças da Instituição, com boas perspectivas para o futuro da Casa. O Reverendo Jonas Dias Martins, que havia assumido a presidência da Assembléia nessa ocasião, mencionou que o professor Zaqueu de Melo:

"sempre desejou entregar a Instituição aos seus herdeiros, nunca encontrando condições ideais, mas que agora seria um momento de se estudar a

descentralização do colégio quanto à orientação ou então divisão entre as Igrejas"(55).

O desejo do professor Zaqueu de Melo, de entregar a Instituição a seus herdeiros, deve ser interpretado segundo dois aspectos:

a) Partindo-se do princípio de que os sócios individuais contribuíram para a constituição do capital social, quais seriam os legítimos herdeiros? Se tais sócios doaram ou venderam sua cotas às Igrejas, não seriam eles os legítimos herdeiros? Tendo em vista que os sócios individuais fizeram doações ou venderam sua cotas às respectivas Igrejas, perderam, dessa forma, o direito de propriedade sobre as mesmas.

As três Igrejas (Presbiteriana, Presbiteriana Independente e Metodista), no início da organização da Sociedade, contribuíram com apenas quatro cotas de capital social.

b) Por outro lado, a grande contradição apresentada na década de 50, foi a idéia de centralização de poder hegemônico e de capital, nas mãos das Igrejas sócias, tornando-as majoritárias na constituição do capital social, sob a proposta de transferência do capital das mãos dos sócios cotistas individuais para as respectivas Igrejas. Considerando que as Igrejas, na ocasião, fins da década de 60, já eram sócias majoritárias da Sociedade, a intenção do diretor-presidente, em descentralizar a administração e o capital institucional, levaria, sem dúvida, à inevitável fragmentação do poder da Sociedade. Será que era, verdadeiramente, desejo do professor Zaqueu de Melo transferir o poder que exerceu por

(55)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 15 de janeiro de 1969, p.23, verso.

mais de duas décadas? Ou seria uma estratégia dele que redundaria em seu próprio fortalecimento?

A proposta do professor Zaqueu de Melo, depois de analisada em reunião, foi adiada por necessitar de aprofundamento, sobretudo por causa dos recursos externos recebidos pela Instituição, em sua presidência, oriundos da Central Evangélica Alemã, através de convênios(56).

Outro aspecto levantado nos Estatutos foi o cargo de diretor-presidente que não era remunerado.

Após 24 anos de serviços prestados à Instituição, o professor Zaqueu de Melo apresentou uma carta-proposta(57), orientando o procedimento para o acerto de contas pelos serviços prestados. Em reunião de 14/11/69, o Reverendo Jonas Dias Martins, que a presidiu, elogiou o trabalho do professor Zaqueu de Melo, frente à Sociedade; suas lutas, glórias e dificuldades, ao longo desses anos, sempre empenhado na construção do patrimônio da Sociedade. Após as discussões realizadas pela Assembléia, decidiu-se pelo acerto de contas de todos os itens apresentados na proposta, inclusive pela rescisão de contrato de trabalho do professor Zaqueu de Melo. Nessa reunião, foi aceito, também, o seu pedido de renúncia do cargo de diretor-presidente, ficando estabelecida a data de entrega do cargo - 06/12/69. Na ocasião, o professor declarou-se licenciado até essa data.

Um dos itens da carta-proposta foi discutido e aceito: tratava-se da contratação do professor Zaqueu de Melo para ministrar 6 (seis) aulas diárias, a partir do ano de 70, mediante um novo contrato de trabalho, sem vinculação com a

(56)- Id. ibid.

(57)- Não localizamos essa correspondência e, na Ata da assembléia de 14/11/69, ela é apenas mencionada em parte, sem explicitação do conteúdo.

situação anterior. Nessa oportunidade, o professor Zaqueu de Melo fez doação, à Sociedade Instituto Filadélfia de Londrina, de 150 cotas de sua propriedade. A Assembléia aceitou-as e, ao mesmo tempo, estabeleceu o acerto contábil das mesmas, reduzindo o número de cotas da Sociedade, sem, no entanto, condicioná-lo a acerto de contas(58).

Em reunião de Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade, realizada em 10 de novembro de 1964, isto é, cinco anos antes da decisão acima, o professor Zaqueu de Melo fez um relato histórico de seus vinte anos na presidência da Instituição, demonstrando seu trabalho realizado no decorrer de todos esses anos, da seguinte maneira:

"Senhores cotistas! Fazer um relatório dessa Instituição, seria fazer um relato de minha própria vida nestes últimos anos de minha tumultuada existência no Norte do Paraná, porque o Filadélfia foi uma paixão que até hoje vivi apaixonadamente. E isso não farei, porque os lances e facetas de uma paixão só têm colorido e significado para quem viveu e, mesmo assim, são indescritíveis. Basta dizer que dezenas de pessoas tiveram seu destino mudado, porque essa paixão Filadélfia nos plantou a muitos de nós no Norte do Paraná e nos identificou com o destino desta Terra e dessa gente. O Filadélfia foi, antes de ser Instituição, uma bandeira de liberdade e de fraternidade cristã, desfraldada nas terras promissoras do Norte do Paraná" (59).

Foi, de fato, por obra do professor Zaqueu de Melo, frente à Instituição, que a mesma teve um significado importante, quer no campo do ensino, atendendo a uma clientela local e regional; quer, também, nas suas lutas no âmbito da política do Estado. Por outro lado, professor Zaqueu conseguiu acumular um patrimônio significativo para a Sociedade. No

(58)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Ata de assembléia geral extraordinária, de 14 de novembro de 1969, p. 24, 24 verso, 25.

(59)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 10 de novembro de 1964, p.54, verso.

entanto, particularmente, desligou-se da mesma, dando-lhe suas quotas individuais, que representavam um valor material elevado, e, numa assembléia, o peso de 150 votos. Com essa decisão caracterizou-se o seu rompimento com a Sociedade, não, porém, com a escola; pois continuaria ligado a ela, como professor contratado.

Em dezembro de 1969, reuniram-se os sócios em Assembléia Geral Ordinária com a finalidade de realizarem a eleição da diretoria e do Conselho Fiscal, para o período de 70/71. A reunião foi presidida pelo Sr. Norival Trindade, que após verificadas as assinaturas dos presentes, no livro próprio, constatou o comparecimento das quatro Igrejas associadas e dos cotistas particulares. Foi apresentada chapa única, encabeçada pelo reverendo Sabatini Lalli, para concorrer ao pleito. Realizada a votação ela obteve 1.119 votos. Na ocasião, foi lida e aceita a carta-renúncia da Diretoria em exercício. Posteriormente, o pastor da Igreja Metodista foi convidado para assumir a função de diretor e dar posse à nova diretoria, eleita nessa Assembléia (60).

O fato que mais chamou a atenção foi a transferência da cota N. 778, pertencente ao Professor Zaqueu de Melo à Igreja Luterana de Londrina e, a de N. 286, pertencente a Carmen Lúcia de Melo Barroso, ao Professor Zaqueu de Melo. Essas transferências foram realizadas com a aprovação da Assembléia (61).

A partir desse momento, a Igreja Luterana de Londrina e o professor Zaqueu de Melo passaram a ter assento nas Assembléias da Sociedade, com direito a voto. Não se pode

(60)- Id., Ata de assembléia geral ordinária, de 08 de dezembro de 1969, p.27-28.

(61)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 13 de fevereiro de 1971, p.32.

esquecer que, a partir do ano de 1965, a Central Evangélica Alemã realizou um convênio de cooperação com o Instituto Filadélfia de Londrina. Por isso, era interessante que essa Igreja participasse da Sociedade.

A gestão de Sabatini Lalli (70-71) estava enfrentando vários problemas de ordem econômico-financeira, sem poder arcar com seus compromissos. Por esse fato, o presidente solicitou a autorização da Assembléia dos sócios, para promover a venda de máquinas e implementos adquiridos com a ajuda da Central Evangélica Alemã (62).

Em correspondência enviada à Central Evangélica da Alemanha, datada de 10 de novembro de 1970, (uma carta-consulta), Sabatini Lalli solicitava autorização para vender os equipamentos pesados, adquiridos de acordo com o determinado pelo projeto Instituto Filadélfia de Londrina. Na mesma correspondência, apresentava-se o destino do produto apurado. Caso fosse autorizado, seria aplicado na reforma e readaptação do prédio principal, que fora construído com o auxílio da Central Evangélica. Ele mencionou, ainda, os equipamentos que desejava vender, alegando que eles

"não têm utilidade para o trabalho, já que se tratava de aparelhos de grande porte (trator, motor estacionário, debulhadores de milho, etc.), não próprios para o ensino" (63).

Essa correspondência foi enviada à Alemanha e aguardava uma resposta o mais breve possível.

A crise financeira mencionada continuava sem solução. Na Assembléia Geral Extraordinária instalada em

(62)- Id. *ibid*, verso.

(63)- Id., Correspondência expedidas à Central Evangélica Alemã, 10 de novembro de 1970.

03/06/1971, presidida pelo reverendo Sabatini Lalli, foi apresentado um documento, através da professora Dolli Torresin, assinado por inúmeros professores da Instituição. O documento relatava a situação do atraso do pagamento dos docentes e solicitava uma solução urgente. O professor Zaqueu de Melo, sócio-cotista presente à Assembléia, propôs a nomeação de uma comissão com a finalidade de solucionar essa crise e sugeriu que se contraísse um empréstimo de cinquenta mil cruzeiros, com o objetivo de pagar os salários dos professores. A proposta foi aceita, ficando o professor Zaqueu de Melo para acompanhar os trabalhos. Finalmente, para equilíbrio da situação financeira, foi proposta a emissão e venda de novas cotas patrimoniais da Sociedade (64)..

Os problemas de ordem financeira continuavam nas pautas das reuniões, enquanto que a comissão designada para buscar soluções dava cumprimento a sua tarefa. Algumas propostas foram apresentadas à Assembléia Geral Extraordinária de 28/06/1971. Uma delas foi o convênio de cessão de uso de salas de aula, firmado entre a Universidade Estadual de Londrina e o Instituto Filadélfia de Londrina.

Essa prática já havia sido realizada anteriormente, através de um compromisso firmado - "Instrumento Particular de Empréstimo de Uso ou Comodato" - datado de 19/10/1967.

Constituída a comissão proposta pelo professor Zaqueu de Melo, com a finalidade de estudar e propor medidas que pudessem contornar a crise financeira da Instituição, ele passou a fazer parte integrante da mesma, assumindo, inclusive, a função de assessorar administrativamente a diretoria da

(64)- Id., Ata de assembléia geral extraordinária, de 03 de junho de 1971, p.34 e 34 verso.

Instituição. Essa comissão estava incumbida de elaborar um Ante-Projeto de Reforma nos Estatutos da Sociedade.

Nota-se que o professor Zaquieu de Melo aceitou colaborar com uma diretoria que havia concorrido para o seu afastamento do grupo dirigente da Instituição.

Em setembro de 1971, nova Assembléia Geral Extraordinária foi instalada, sendo presidida pelo presidente Sabatini Lalli. Deu-se início aos trabalhos com a leitura do Ante-Projeto de Reforma dos Estatutos da Instituição. Uma das alterações ocorridas consta no artigo 1o. (Anexo I) estabelecendo a sigla da Instituição - I.F.L. - e o seu caráter filantrópico.

Como se percebe, só nesse momento a Instituição procurou dar um caráter filantrópico à Sociedade.

No tocante às suas finalidades, foram acrescentados alguns itens no artigo 3o. (Anexo I), mantendo-se as anteriores, relativas ao ensino em todos os níveis - do maternal ao superior.

O que se observa nas alterações havidas é a reafirmação da criação de curso superior na Instituição, o que constituía uma finalidade que estava sendo perseguida desde o ano de 1950. A partir desse momento, além do Curso Superior e de Pós-Graduação, verifica-se também o interesse em criar a Faculdade de Teologia e de Pós-Graduação em Teologia.

Iniciava-se a década de 1970. Era o momento de proliferação dos cursos superiores particulares no país. A reforma de Ensino de 1o. e 2o. graus, com a Lei 5.692/71 e a Reforma do Ensino Superior, aliadas à situação financeira da Instituição, provocavam a implementação de novos cursos, com o objetivo de produção de recursos financeiros. Visto que o

Estado não cobria toda a demanda, em razão das exigências das leis, proliferaram os cursos superiores de natureza particular, em todo o país. A Instituição também acabou por implantar os seus.

O Artigo 4o. dos Estatutos (Anexo I) deixou claro que, para a realização de seus fins, o Instituto Filadélfia de Londrina dispunha do "Colégio Londrinense, da Escola Normal Filadélfia, do Ginásio Intensivo Erasmo Braga, dos Pensionatos Masculino e Feminino"(65). Nele é reafirmada a proibição de lucros, dividendos, honorários e vantagens aos sócios ou membros da diretoria e do Conselho Fiscal. O artigo 4o. mantinha a mesma decisão quanto aos bens líquidos da Sociedade: após atendidos os credores, no caso de dissolução, esses bens seriam destinados às Igrejas Evangélicas cotistas de Londrina(66).

O artigo 8o., referente à procedência das receitas da Sociedade, estabelecia o seguinte:

"A receita do Instituto Filadélfia de Londrina, destinada totalmente à cobertura das despesas necessárias à realização de seus fins sociais, se constituirá da contribuição de seus alunos, de doações, subvenções, convênios, legados, promoções, auxílios eventualmente recebidos dos associados e de aluguéis e renda dos seus bens sociais"(67).

O mesmo artigo aponta, ainda, as diversas formas de obtenção de receitas para o cumprimento dos fins sociais da Instituição. Ela estava atravessando uma crise financeira e não podia saldar os compromissos assumidos. Entretanto, convém que se reflita nisto: estabelecia que, eventualmente, ela poderia

(65)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Ata de assembléia geral extraordinária, de 25 de setembro de 1971, p.36, verso.

(66)- Id., Estatuto. (Redação dada pela alteração estatutária de 1971).

(67)- Id. ibid., p.37 e 37 verso.

receber "auxílio" dos associados. As Igrejas constituíam-se em cotistas majoritárias, possuindo, dessa forma, um patrimônio significativo. Seria oportuno que elas, poderosas, lançassem mão de algum expediente que viesse socorrer a Instituição nessa hora de crise. No entanto, não se encontra, nenhum documento que comprove que essas Igrejas fizeram doações ou empréstimos à Sociedade.

Nas alterações estatutárias percebe-se uma contradição: o Instituto Filadélfia de Londrina poderia receber doações, subvenções, auxílios, etc; porém, o sócio cotista que reivindicasse o recebimento de dividendos estaria cerceado, quer pela ética religiosa, quer pela estrutura jurídica, articulada nos Estatutos.

No Artigo 10 dos Estatutos, encontram-se relacionados os sócios do Instituto Filadélfia de Londrina, em 1971. São associados do I.F.L.:

"Igreja Presbiteriana de Londrina, a Primeira Igreja Presbiteriana Independente de Londrina, a Igreja Metodista do Brasil, paróquia de Londrina, a Primeira Igreja Batista de Londrina, a Igreja Presbiteriana da Vila Nova, a Igreja de Confissão Luterana de Londrina, pessoas físicas; todos denominados "cotistas" pelo estatuto anterior, com direito, na Assembléia, a um voto por "cota" de contribuição social que detiverem"(68).

Da sua origem até a situação presente, ocorreram alterações na composição do quadro de sócios da Instituição. O controle social estava vinculado ao número de cotas que cada grupo possuísse, com poder de voto junto às Assembléias da Sociedade. Naquele momento, a situação apresentada na Assembléias de 25/09/71 foi a seguinte:

(68)- Id. ibid., p.37, verso.

Igreja Presbiteriana de Londrina.....	634 cotas
Igreja Presbiteriana Ind.de Londrina.....	328 cotas
Igreja Metodista de Londrina.....	152 cotas
Igreja Evangélica Confissão Luterana.....	01 cota
Total.....	1115 cotas

A igreja Presbiteriana da Vila Nova não constou da lista de assinaturas dessa Assembléia, enquanto que assinaram como cotistas individuais os portadores de 363 cotas. A Igreja Presbiteriana de Londrina era portadora de maior número de cotas.

O processo de acumulação e de centralização observado no Instituto Filadélfia de Londrina, já foi muito bem explicado por Marx, quando afirmou que, numa sociedade capitalista industrial,

"a centralização completa a tarefa da acumulação, capacitando o capitalista industrial a ampliar a escolha de suas operações. É o mesmo efeito econômico dessa ampliação, decorra ele da acumulação ou da centralização. E tanto faz que a centralização se realize pela via compulsória da anexação, quando certos capitais se tornam centros de gravitação tão poderosos que quebram a coesão individual de outros capitais, absorvendo seus fragmentos, ou mediante a fusão de capitais já formados ou em formação, obtidos por meio de processo mais suave de constituição de sociedades anônimas"(69).

O mesmo Artigo em que se encontravam relacionados nominalmente os sócios majoritários, em seu parágrafo único estabelecia:

"Entende-se por 'cota de contribuição Social' o valor financeiro da cota originária, inscrito no I.F.L. e hoje incorporado ao patrimônio Social, para as finalidades filantrópicas da associação"(70).

(69)- Karl MARX, op.cit., p.728-729.

(70)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Ata de reunião de assembléia geral extraordinária, de 25 de setembro de 1971, p.37-38.

Preservou-se o valor nominal de origem da cota, isto é, CR\$500,00 (quinhentos cruzeiros), que, desde o início, esteve vinculado ao processo de acumulação de capital da Sociedade. Em quais situações as Sociedades Comerciais realizam a atualização do valor do seu capital social? Quais os interesses do I.F.L. em não reavaliar o valor de suas cotas patrimoniais? Eis alguns questionamentos que parecem pertinentes!

Quanto à representação nas Assembléias, o Artigo 14 (Anexo I) estabelece que, para representar as Igrejas nas Assembléias, deviam ser credenciados os membros das Igrejas associadas, podendo estes indicar como seus representantes, membros de outras Igrejas evangélicas. O parágrafo segundo do mesmo artigo determina que os representantes, de preferência, sejam portadores de instrução superior.

Desde o início da Sociedade, sempre existiu, na composição da diretoria e do Conselho Fiscal, a participação de membros das diversas Igrejas sócias. Participavam das Assembléias membros de uma determinada Igreja, representando outra, diversa da sua. Cerceava-se, apenas, a participação daqueles que não fossem portadores de instrução superior, nessa representatividade, o que leva a acreditar que o poder devia ser apanágio de uma elite.

Para completar a questão da representatividade a nível de Assembléia, o parágrafo 5o. do Estatuto (Anexo I) estabelece que as Igrejas associadas podem contar, nas Assembléias, com mais de um representante, durante o período de mandato, desde que cada um fosse representante do número de cotas de que era portador. Cada cota valia um voto.

Por aí se vê que a Igreja sócia, desejando aumentar o número de participantes nas Assembléias, poderia fazê-lo. Isso não traria alteração em termos de número de votos. Apenas tornaria a participação mais democrática. Cresceria, isto sim, a capacidade de articulação e voz nas Assembléias, possibilitando a cooptação de outros votos em favor de seus interesses. Na prática, não foi ainda possível comprovar isso, pois, em algumas atas, ficou verificada a participação de um número significativo de pessoas, que assinaram, mas sem especificarem o número de cotas que possuíam, nem mesmo as pessoas que representavam. Mas a tendência sempre foi a acumulação de votos em mãos de poucos representantes.

Após as alterações dos Estatutos de 1971, não houve mais acesso ao livro de registro de presença.

Pelo artigo 21 do Estatuto (Anexo I), ficou estabelecido que a diretoria poderia contratar um diretor pedagógico, um diretor-administrativo e coordenadores técnicos, como também, estabelecer a remuneração do pessoal da escola. Nesse mesmo artigo foram inseridas outras questões consideradas relevantes, como, elaboração e aprovação do Regimento Interno do estabelecimento de ensino, mantido pela Sociedade. No Regimento, clarearam-se as áreas de atuação de cada membro do órgão executivo e também os princípios norteadores do seu funcionamento, devendo pautar-se pela eficiência, harmonia funcional e respeito à autonomia de cada elemento.

A normatização das questões pedagógicas e administrativas da escola ficou explicitada nos Estatutos, através de documento legal próprio e reflete determinações externas, como acentuou Paro:

"A atividade administrativa não se dá no vazio, mas em condições históricas determinadas para atender as necessidades e interesses de pessoas e grupos. Da mesma forma, a educação escolar não se faz separada dos interesses e forças sociais presentes numa determinada situação histórica"(71).

Essa situação estatutária visava imprimir na escola mantida pela Sociedade uma visão progressista de administração em que a divisão técnica do trabalho se fez presente. A introdução de mecanismo racional na escola, com vistas à realização de seus fins, teve, como preocupação, aumento da eficiência; produtividade e controle dos trabalhadores e do alunado, interligados ao processo de gerenciamento instituído pela Sociedade, através do seu Regimento Escolar.

Os interesses dos sócios individuais conflitavam com os das Igrejas sócias. Para o fortalecimento da posição das Igrejas sócias, convinha harmonizar esses interesses. Daí, a inserção de um artigo nas Disposições Transitórias e Finais, aprovado em reunião de Assembléia Geral Extraordinária de 31/07/72, para estabelecer que,

"no caso de venda de parte do patrimônio do Instituto Filadélfia de Londrina, a Assembléia resgatará as cotas das pessoas físicas por valor que ela fixar"(72).

Com a criação deste artigo, surgiu a possibilidade de negociar o valor das cotas. Na mesma Assembléia, no entanto, foi decidida a venda do imóvel situado na quadra N.144, no quarteirão entre as Ruas Antonina, Quintino

(71)- Vitor Henrique PARO. *Administração escolar; introdução e crítica*, p.13.

(72)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. *Ata de assembléia geral extraordinária*, de 31 de julho de 1972. p.48, verso.

Bocaiúva e Mossoró, pelo valor de CR\$2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), à firma J.Alves Veríssimo - Comércio e Importação. As decisões tomadas oportunizaram à Sociedade agilizar seus negócios, em atenção aos próprios interesses. Outra decisão unânime da Assembléia diz respeito ao destino do produto da venda desse imóvel, devendo ser aplicado como segue:

- "a) resgate das cotas dos cotistas individuais pelo valor unitário de CR\$1.000,00 (Um mil cruzeiros) e a ser pago proporcionalmente à medida em que for recebendo a importância da venda;
- "b) na aquisição de um terreno de 400 metros quadrados, contíguo ao prédio onde funcionava o Internato feminino, ficando, desde já, a Diretoria, por seu Presidente e Tesoureiro, autorizada a efetivar o negócio pelo preço de até CR\$40.000,00 (Quarenta mil cruzeiros).
- "c) em pagamentos de dívidas bancárias, fiscais e previdenciárias, na medida de sua exigibilidade;
- "d) indenizações diversas a funcionários da Casa, como se fizer necessário, a critério da Diretoria;
- "e) na construção de um edifício, de instalações para o funcionamento do Curso de Educação Física, com capacidade para até 30 salas de aula"(73).

Nas Assembléias, eram tomadas decisões com objetivo de serem resolvidos problemas de natureza econômico-financeira e de serem feitos ajustes na composição da Sociedade.

O encaminhamento dos negócios da Sociedade, desde o final do ano anterior, tinha a finalidade de procurar soluções para os problemas de ordem financeira. A venda desse imóvel, por exemplo, permitiu-lhe pôr em dia os compromissos,

(73)- Id. ibid.

como: saldar os débitos com o INPS; fazer acertos de contas com professores e funcionários e a comprar cotas individuais.

No tocante à aquisição de cotas, a intenção do grupo dirigente era centralizá-las nas mãos das Igrejas cotistas. Dessa maneira, as Igrejas tornaram-se detentoras da maior parcela do capital social, estratégia insita ao capitalismo.

Segundo afirma Paro,

"no processo de produção capitalista, o comando está nas mãos dos proprietários dos meios de produção. Esse comando se reflete na superestrutura política, jurídica e ideológica, que se organiza com vistas ao domínio da classe capitalista, detentora do poder econômico, sobre o restante da população. A administração, ou a utilização racional de recursos para a realização de fins, adquire, na Sociedade capitalista, como não podia deixar de ser, características próprias, advindas dessa situação de domínio"(74).

No momento em que ocorria esse acerto, uma nova situação, que parecia resolvida, voltou a ser motivo de discussão. Tratava-se da devolução, ao Professor Zaqueu de Melo, das 150 cotas que eram de sua propriedade, mas que, em 14 de novembro de 1969, haviam sido doadas por ele, à Sociedade, e aceitas, na ocasião, pela Assembléia, sem nenhum encargo. De repente, foi proposta a devolução das cotas porque elas não alterariam o patrimônio da Sociedade e nem o das Igrejas. Essa proposta fundamentava-se nos trabalhos que o professor Zaqueu de Melo realizou na Instituição. Por isso, foi aceita pela Assembléia.

Justamente no momento em que estavam sendo realizados os acertos de contas e a compra de cotas

(74)- Vitor Henrique PARO, op.cit., p.45.

individuais, o professor Zaqueu de Melo recebia a devolução de suas 150 cotas que, anteriormente, havia doado ao Instituto Filadélfia de Londrina e não à Igreja.

Não era justo que tantos sócios que cooperaram com a Sociedade na aquisição de cotas patrimoniais recuperassem o capital aplicado e justamente o Professor Zaqueu de Melo, fundador da Sociedade, permanecesse como doador do seu investimento.

Nessa assembléia, o Diretor do Departamento de Orientação Pedagógica do Colégio Londrinense apresentou o Planejamento da Escola para o ensino de 1o. e 2o. graus, dentro do espírito da reforma do ensino. Uma nova fase começava a se desenvolver na Instituição, com a implantação da Lei 5.692/71 e do ensino superior.

As regras estabelecidas nos Estatutos cerceavam a participação efetiva da comunidade cotista. E a representatividade dos dirigentes da Instituição assumia um caráter particularista e personalista, o que, em suma, descaracterizou a dinâmica do jogo democrático.

A fragilidade das normas estatutárias era decorrente da necessidade da própria Sociedade de acompanhar as mudanças da conjuntura nacional e local, resguardando, ao mesmo tempo, os interesses do grupo dominante. Foi a partir dos anos 50 que surgiram inúmeras preocupações de ajustes nos seus Estatutos. Tais preocupações continuaram durante todo o processo histórico da Instituição. Seus Estatutos foram objeto de constantes alterações. Isto vem demonstrar a falta de consistência interna da Sociedade, vista como um todo. Todavia, essas alterações ocorriam em função dos interesses do grupo hegemônico da Sociedade.

CAPÍTULO 4

A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DA INSTITUIÇÃO

4.1 - Breve Histórico das Origens dos Cursos Instalados na Instituição

A primeira iniciativa do Instituto Filadélfia de Londrina, aprovada em reunião dos sócios, a 19 de julho de 1945, foi a instalação de um internato na Rua Minas Gerais (hoje Av. J.K., com Senador Souza Naves). Nesse local, desenvolveram-se as atividades educativas e religiosas de caráter informal, sob a orientação do professor Zaqueu de Melo. O objetivo da Instituição, com esse internato, era o de receber internos para estudarem na cidade de Londrina.

Em fins de 1946, o grupo evangélico adquiriu o Ginásio Londrinense, já organizado e em funcionamento, com 203 alunos matriculados. O Ginásio Londrinense havia sido criado em 1941, por iniciativa particular do médico Jonas de Farias de Castro e do advogado Ruy Ferraz de Carvalho, constituindo-se na primeira escola a oferecer o ensino ginasial, na cidade e região.

O ginásio, adquirido pelo Instituto Filadélfia de Londrina, a partir de 1947 passou a ser dirigido pelo professor Zaqueu de Melo, funcionando paralelamente ao Internato até o ano de 1954, quando foi vendido à Ocidental

Missionary Society. Apesar de a escola pública oferecer o curso ginásial desde 1946, essa escola particular crescia, a cada ano que passava. Convém lembrar que, tanto a população local como a regional, sofreram aumento acelerado.

Além do Curso Ginásial, funcionavam na escola o Curso Comercial Básico e o Técnico de Contabilidade, sob o regime da Inspeção Federal. Esses cursos, embora filiados ao Instituto Filadélfia de Londrina, não pertenciam à Instituição. Anteriormente, eles funcionavam no porão do Edifício da Associação Comercial, da cidade de Londrina. O "Relatório para Inspeção Preliminar da Escola Técnica de Comércio Londrinense", apresentado pelo Inspetor Federal, Otávio Teles Rudge Maia, esclarece bem a situação desses cursos. De acordo com esse relatório, o Inspetor recebeu ordens da Diretoria de Ensino Comercial para fiscalizar a Escola Técnica de Comércio Londrinense, solicitando ao diretor da escola que atendesse a algumas exigências decorrentes de irregularidades verificadas em seus arquivos. Não atendida a solicitação, houve, como consequência o lacramento dos arquivos da escola e a notificação à Diretoria de Ensino Comercial. Percebendo que a medida prejudicava os alunos, o Inspetor, após contato telefônico com o diretor do Ensino Comercial, expondo-lhe a situação, conseguiu a transferência desses cursos para o então Ginásio Londrinense que, na ocasião, ainda pertencia a Dr. Jonas de Faria Castro e a Ruy Ferraz de Carvalho(1). Os Cursos Comercial Básico e Técnico de Contabilidade funcionaram filiados ao Instituto Filadélfia de Londrina, de 1946 a 1951. A partir de 1949 iniciou-se o processo de desativação do Curso

(1) - INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Relatórios - 1946-1951.

Comercial Básico, sendo extinto em 1951, após atender a 210 alunos. Desde 1952, o Curso Técnico de Contabilidade passou a fazer parte da Instituição, sob a designação de "Colégio Comercial Filadélfia", pela Portaria Ministerial número 705, de 04 de agosto de 1952. De 1946 a 1951, atendeu a 316 alunos matriculados. Era o único curso da cidade, no gênero. Por mais de duas décadas, ele manteve um número significativo de alunos. O curso visava à formação do "contador", destinado a prestar serviços no comércio emergente, em franco desenvolvimento. Seu caráter profissionalizante, além de conferir um diploma de Técnico em Contabilidade, possibilitava o ingresso ao ensino superior.

Nos fins da década de 40, o Instituto Filadélfia de Londrina propôs a criação de um curso colegial, uma vez que não existia nenhum na região, construindo para isso, um prédio especial. Em Assembléia Geral Extraordinária do dia 15 de abril de 1948, foi exposto o plano de construção do prédio a ser erigido no mesmo terreno onde já se encontrava o Ginásio Londrinense(2). A Instituição contou com o apoio de doações de materiais de construção, como foi possível constatar pelo depoimento do Sr. Rubens de Almeida, ex-aluno da escola e filho do Sr. Carlos de Almeida (falecido), afirmando que, seu pai, proprietário de uma serraria na cidade de Londrina, doou à Instituição todas as telhas destinadas à construção do prédio do Colégio Londrinense(3). Para concluir a obra, a Instituição precisou contrair um empréstimo hipotecário no valor de CR\$340.000,00 (trezentos e quarenta mil cruzeiros), conforme registro em ata de Assembléia Geral Extraordinária dos Sócios,

(2) - Id., Ata de Assembléia Geral Extraordinária, em 29/05/1948, p.10 verso, 11.

(3) - Rubens de ALMEIDA. Depoimento, ex-aluno do Instituto Filadélfia de Londrina.

de 18 de março de 1950. Como garantia à hipoteca, foi oferecido o prédio que se encontrava em fase final de construção. O edifício continha dois pavimentos, com uma área de 1529m² em alvenaria.

O Curso Colegial, reconhecido pelo Governo Federal pelo Decreto número 25.134 de 30 de Junho de 1948, foi o primeiro da região. Suas atividades iniciaram-se no ano de 1949, com 32 alunos matriculados na primeira série do período diurno. No ano seguinte, funcionou também o período noturno, nas modalidades Clássico e Científico, até o surgimento da nova lei do ensino, Lei 5.692/71.

Havia uma preocupação, por parte do diretor-presidente, professor Zaqueu de Melo, em instalar o ensino superior na Instituição. Na reunião do dia 28 de novembro de 1950, tomou-se a iniciativa de alterar os Estatutos da Sociedade, com o intuito de pleitear junto ao Ministério da Educação a criação do ensino superior. Dessa maneira, foi incluída, na letra "b" do artigo 10. do Estatuto a organização do ensino superior (Anexo I).

O projeto apresentado foi denominado de "Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Instituto Filadélfia de Londrina", cujo processo recebeu o número 65052/50. Os cursos apresentados nessa proposta foram quatro: Pedagogia, Letras Clássicas, Geografia e História. Constava do projeto o espaço físico útil e temporário que deveria ser utilizado. O edifício do Colégio Londrinense, destinado ao funcionamento do Curso Colegial, foi inaugurado em 1949. Em seu pavimento térreo, o prédio continha oito salas de aula, com área de 48,00m² por unidade; duas outras, com área de 12,00m², cada uma para uso da diretoria e da secretaria. No segundo

pavimento, quatro salas de aula, com 48,00m²; um salão nobre, com 243,72m²; uma sala para a biblioteca, contendo 26,60m²; a sala de Música; um Gabinete Médico (12,65m²); e uma sala de 12,65m², sem especificação, construída numa área de terra com 14.058m², ao lado do edifício do Ginásio Londrinense. Após análise do projeto, foi emitido o Parecer número 433/51, da Divisão de Ensino Superior do Ministério da Educação, com algumas considerações, tais como: a Faculdade proposta não possuía prédio próprio para a sua instalação e a Instituição contava com aproximadamente 1440 alunos matriculados, distribuídos nos Cursos Colegial (científico), Ginásial e Técnico de Contabilidade; os alunos já ocupavam o espaço físico existente, impossibilitando, dessa maneira, o uso do prédio para a instalação do ensino superior. Embora a proposta visasse ao aproveitamento desse espaço físico apenas temporariamente, mesmo assim, a situação não foi aceita, pois vinha remeter a uma improvisação de instalações. Era o que se pretendia. Outro problema levantado: a capacidade financeira da Instituição para arcar com as despesas decorrentes de sua instalação e funcionamento. Justificou-se que a receita apresentada era proveniente das anuidades escolares dos cursos já existentes a nível de primeiro e de segundo ciclos(4). Seria possível desviar recursos para outra finalidade? Todo seu ativo financeiro estava representado pelos bens imóveis e móveis. O que pesou mais para a não aceitação do projeto, entretanto, foi a situação apresentada no tocante à formação de recursos humanos destinados à Instituição. Os docentes não atendiam às suas exigências. Esta situação fica evidenciada através das cópias dos telegramas enviados pela Divisão do Ensino Superior

(4) - RIO DE JANEIRO. Comissão do Ensino Superior. Parecer no. 433/51 de 11/02/1952.

do Rio de Janeiro, emitidos por Nair Fortes, nos quais se solicita complementação de informações e dados nos currículos dos docentes apresentados(5). Constavam nomes de docentes indicados para ministrarem disciplinas cuja formação era insuficiente ou alheia a sua própria formação.

O professor Zaqueu de Melo aproveitou, primeiramente, os elementos disponíveis, existentes na cidade. Essa prática era constante no ensino de primeiro e segundo ciclos: professores ministrando aulas diferentes da área de sua formação. Existia, de fato, carência de recursos humanos para atuarem no ensino de primeiro e segundo ciclos, na cidade e região. O ensino superior viria beneficiar e cobrir a lacuna. Essa era uma das justificativas, de sua implantação, mas, pelo Parecer apresentado, esse argumento foi insuficiente. Existia a contra-argumentação: se isso acontecesse, estariam "contribuindo para fazer descer o nível do ensino superior brasileiro". Pelo Parecer conclusivo, ficou clara a posição da Divisão do Ensino Superior, não autorizando o funcionamento da Faculdade de Filosofia do Instituto Filadélfia de Londrina, cujo relator foi A. Almeida Júnior, em 11 de fevereiro de 1952 (6).

Essa iniciativa constituiu-se na tentativa pioneira de instalação do ensino superior na cidade de Londrina, que deveria beneficiar toda a região do norte do Paraná. Seus esforços, porém, não receberam a resposta almejada, segundo depoimento gravado pelo professor Zaqueu de Melo, que se encontra no Museu "Pe. Carlos Weiss" da Universidade Estadual de Londrina, no qual o professor relata os problemas

(5) - INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Cópias de Telegramas, 1951.

(6) - RIO DE JANEIRO. Comissão de Ensino Superior, op. cit.

de ordem burocrática, econômica, política e religiosa que teve que enfrentar. No tocante às questões burocráticas, estão relacionadas as exigências de natureza técnica do projeto e as decorrentes da legislação norteadora para o ensino superior. Exemplificando: a própria apresentação do projeto, com seus elementos constitutivos, em especial, o "curriculum vitae" dos docentes, que foi encaminhado com falta de dados e de informações mais detalhadas. No mesmo depoimento, o professor Zaqueu de Melo relata que, quando chegou ao Rio de Janeiro, teve a oportunidade de ver o projeto de uma escola semelhante, da cidade de Ribeirão Preto, com o mesmo objetivo, e observou o seguinte:

"olhei o curriculum vitae daquela gente, em relação aos nossos professores, e achei que não vou conseguir porque há muita exigência e não havia possibilidade docente, quando vi a posição de Nair Fortes e Paulo Dutra".

Outra questão levantada pelo Parecer 433/51 foi a ordem econômico-financeira. Os recursos estavam vinculados ao orçamento geral da Instituição, não havendo uma dotação orçamentária específica e necessária para bancar esse empreendimento. Chegou-se, inclusive, a colocar em dúvida a situação financeira da Instituição.

Encontra-se, ainda, no depoimento do professor Zaqueu de Melo, a informação de que ele, "só conseguiria a sua Faculdade se tivesse do seu lado a batina ou o dinheiro".

Visto que o professor não dispunha de nenhum deles, não teve a sua Faculdade autorizada, como de fato aconteceu.

Em 1956, com o objetivo de criar o curso Normal Secundário, iniciou-se a construção de mais um prédio escolar,

com área construída de 1.207,83m², na quadra 144. No edifício, além de funcionar o curso de formação de magistério, funcionava também o Internato Feminino. Pelo Decreto N. 12.278, de 06 de setembro de 1957, o governador do Paraná, Moysés Lupion, autorizou o funcionamento da Escola Normal Filadélfia (7). Esse curso foi instalado em solenidade oficial presidida pelo diretor-presidente, professor Zaqueu de Melo, no salão nobre da Instituição, em 13 de abril de 1957. Para exercer o cargo de diretora, foi designada a professora Clarinha Brilmann, licenciada em Pedagogia. As atividades foram iniciadas em 1957, com uma turma de 18 alunos, na primeira série. A Escola Normal Filadélfia funcionou no período diurno até 1974. Ela iniciou as atividades no período noturno, em 1969, apenas com a segunda e terceira séries, em decorrência da não autorização por parte do Conselho Estadual de Educação(8).

Funcionava, também, no estabelecimento, desde sua fundação, o curso primário. Embora faltem detalhes, este curso esteve vinculado ao Curso Normal, onde as normalistas realizavam parte dos estágios.

No início da década de 60, a diretoria do Instituto Filadélfia de Londrina estava interessada em instalar um novo Departamento de Ensino, o Colégio Vocacional, em regime de tempo integral. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em maio de 1963, foi ratificada a proposta da diretoria para a construção de um novo prédio, na rua Antonina (atual JK), para a instalação dessa modalidade de ensino(9). Iniciou-se a construção do prédio, com recursos próprios, mas, para a concretização dos objetivos do projeto, havia

(7) - PARANÁ. Decreto no. 12.278, de 06/09/1957.

(8) - INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Relatórios, 1969-1970.

(9) - Id., Ata de Assembleia Geral Extraordinária, de 31 de maio de 1963, p.47-48.

necessidade de recursos externos. Nas correspondências da Instituição, encontram-se cópia do "Formulário para Apresentação de Projeto da Confederação Evangélica do Brasil", tendo como finalidade a implantação do Colégio Vocacional.

Com a finalidade de buscar recursos, a Instituição enviou resposta ao "Formulário para Apresentação de Projeto da Confederação Evangélica do Brasil", em 05 de outubro de 1963, descrevendo a intenção (do Instituto Filadélfia de Londrina) de criar o Curso Secundário Vocacional, mediante a construção de prédios destinados à sua instalação. Segundo a mesma correspondência, esse plano foi lançado em novembro de 1962 e, em outubro do ano seguinte, um prédio de tijolos com 1.660m² encontrava-se em fase de acabamento. Parte dele destinava-se a semi-internato e outra parte, a salas de aula. Ninguém pode esquecer que já havia sido vendido, anteriormente, o Internato, situado no bairro Shangri-lá.

A informação dada à Confederação Evangélica do Brasil mencionava que o Plano Global da Instituição compreendia a construção de um prédio principal para administração, biblioteca, salas de estudo, auditório e salas de anfiteatro para as aulas especiais. Além disso, um prédio para a Casa do Estudante, com restaurante, quartos e outros aposentos, além do prédio das oficinas. Havia ainda outras informações relativas à situação jurídica da Sociedade, os orçamentos da obra, e aos bens patrimoniais existentes: um pequeno histórico da Instituição(10).

Encontram-se, também, nos arquivos da Instituição, correspondências que falam sobre a iniciativa da instalação dos Cursos Profissionalizantes. Essas

(10)- Id., Correspondência Expedida, em 05 de outubro de 1963.

correspondências foram traduzidas para a língua alemã e fizeram parte da documentação anexa ao Projeto de solicitação de recursos à Central Evangélica Alemã(11).

Em correspondência datada de 21 de janeiro de 1964, assinada pelo Sr. Gilberto Soares Santos, na época, presidente da Câmara Municipal de Londrina, o signatário parabenizava a iniciativa, afirmando: "a instalação dos cursos práticos ajudará a nossa juventude na formação profissional para a vida". O Prefeito Municipal, Dr. José Hosken de Novaes, também externou sua posição sobre o novo plano de ensino da Instituição: "Essa valiosa idéia é prova de que o Instituto Filadélfia está empenhado no permanente desenvolvimento de Londrina" - disse. Outro parecer foi apresentado pelo Sr. Renato das Neves, Chefe da Regional de Londrina da Secretaria da Agricultura do Estado:

"...O Estado tenta, com o auxílio de instituições privadas, melhorar a formação agrícola e, portanto, reconhece o valor da iniciativa do Instituto Filadélfia em construir uma escola agrícola..."

Conclui, dizendo estar ciente das atividades da Instituição e do sucesso do projeto planejado. Os pastores das Igrejas cotistas aprovaram esse plano e o recomendaram através do abaixo-assinados dos Reverendos Argemiro de Oliveira Souza, da Igreja Presbiteriana, Jonas Dias Martins, da Igreja Presbiteriana Independente e Angelin Rodrigues Brianezzi, da Igreja Metodista de Londrina. Nessa correspondência, reconhecem a validade do Plano e o recomendam "como garantia para o

(11)- Central Evangélica Alemã - órgão existente na República Federal da Alemanha, congregando evangélicos de várias denominações. Esse órgão recebe verbas provenientes dos impostos pagos ao Estado pelos evangélicos, das contribuições das Igrejas e as repassa aos países do Terceiro Mundo, mediante doações, para execução de Projetos na área de Educação e Saúde.

auxílio". Foi solicitado Parecer sobre o Plano do economista Dr. Paulo Yokoto, membro do Comitê Interestadual da Bacia Paraná - Uruguai, que externou:

"... enfatizamos com veemência as iniciativas do Instituto Filadélfia, já que, desta forma, seria possível formar técnicos que pudessem encontrar emprego na região, no setor industrial, que está sendo preparado pelo nosso Comitê (12).

Todas essas correspondências foram enviadas à Central Evangélica Alemã, com o objetivo de justificar e avaliar a proposta encaminhada e comprovar a credibilidade da Instituição junto à Sociedade. O projeto foi enviado em 15 de fevereiro de 1964 à Central Evangélica Alemã para Auxílio a Países Subdesenvolvidos, tendo como proponente o Instituto Filadélfia de Londrina. No primeiro item desse projeto, consta o relato da situação da Instituição naquele momento: possuía 2.800 alunos matriculados; a escola não fazia distinção de religião ou raça e os alunos "talentosos, sem condições financeiras, recebiam formação gratuita". A escola atendia alunos no período noturno, com a finalidade de atender à clientela que trabalhava. Os cursos mantidos eram todos recomendados pelo Ministério da Educação e Cultura e os diplomas fornecidos, válidos para o Território Nacional.

Mencionava, ainda, o referido projeto, o crescimento da cidade, fundada em 1934, com 1.346 habitantes e, em 1964, com 152.000 habitantes. O projeto apresentava a situação do ensino profissionalizante como insuficiente para "instruir a quantidade de profissionais necessários para tal desenvolvimento", e a necessidade de se implantar um ensino

(12)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Correspondência Expedida. Parecer, de 1964, enviado a Central Evangélica Alemã.

mais prático. Pelo projeto, a única opção para os alunos era o Estudo Mercantil, isto é, o Técnico de Contabilidade.

Relativamente à economia brasileira, o projeto afirmava a necessidade de se "transformar a monocultura do café para a policultura e pecuária, o reflorestamento intensivo e a necessidade de abandonar a forma de exploração do solo, transformando imensas áreas em "terras queimadas"". Ao mesmo tempo em que descrevia essa situação, justificava a intenção de se instalarem na Instituição os cursos de Agricultura, Mecânica e Eletrotécnica.

O projeto mencionava, ainda, que a estabilidade financeira da Instituição estava garantida, conforme demonstrativo dos Balanços Financeiros que acompanharam os documentos enviados.

De fato, os balancetes da Instituição dos anos de 1961, 1962, 1963 e 1968, registraram subvenções do poder público e superavit dos Exercícios(13). Isso significa que a escola sempre apresentou lucro. Assim, era possível pleitear recursos externos, pois existia credibilidade social e financeira. Assim, sendo, qualquer importância concedida seria bem administrada. Por outro lado, o projeto, chamava a atenção no tocante à oscilação da moeda brasileira, às geadas, às secas e queimadas, prejudiciais à economia. Outra questão levantada no projeto dizia respeito aos encargos sociais que a Instituição tinha que assumir (décimo terceiro salário e auxílio família), que acabaram por deixá-la em situação difícil. Informava, ainda, o projeto, que a situação econômica do país impossibilitava aumentos das anuidades escolares e que as subvenções do Estado, a cada ano se tornavam mais reduzidas.

(13)- Id., Balanços, 1961, 1962, 1963, 1968.

Ainda de acordo com o projeto, a Escola Vocacional, em construção, não possuía condições financeiras para a sua conclusão e funcionamento. Na tentativa de justificar a situação, foram enviadas fotografias da mesma (14).

Na proposta enviada à Alemanha, com a finalidade de obtenção de recursos financeiros, informou-se a tomada de algumas providências, até aquele momento: a aquisição do terreno para a escola profissionalizante, já quitado; a construção de um prédio de 1.660m², com salas de aula e professores prontos e à disposição. Na supradita proposta, declarava-se que as dívidas dessa construção seriam pagas pela Instituição. Mencionava-se ainda, na tal proposta, a existência de uma área de 150 ha., com energia elétrica e um curso de água para uso das práticas experimentais do Curso de Agricultura.

Dentre outras providências que deveriam ser tomadas, salientou-se "a construção de um prédio principal para administração, auditório e biblioteca; construção e instalação de oficinas; construção da casa do estudante, com dormitórios, salas para refeições; aquisição de material e mobília"(15). O projeto era amplo e necessitava de recursos para a sua efetivação.

O projeto apresentado à Alemanha visa à obtenção de recursos para a implantação do Curso Vocacional Profissionalizante e de Cursos Adicionais paralelos ao ginásial: de Mecânica Geral, de Assistência Social e, especificamente, de Agricultura, destinado ao sexo feminino.

(14)- Id., Correspondência expedida, em 15/02/1964.

(15)- Id. ibid.

A Instituição incumbiu-se de adquirir material de baixo custo, para funcionamento dos Cursos Adicionais no prédio já existente, ainda no ano de 1964.

De acordo com o projeto, a Instituição utilizaria, nesse empreendimento, o pessoal disponível, mas solicitava à Alemanha dois professores para o "Departamento Feminino" dos Cursos de Agricultura e Mecânica.

Afirmava-se que a Instituição não possuía caráter lucrativo e que toda a sua rentabilidade se reverteria em benefício da própria Instituição. O montante do auxílio solicitado foi de DM 1.004.177,60 (um milhão, quatro mil, cento e setenta e sete marcos alemães e sessenta pfenninge) (16). Além da documentação acima citada, enviada à Alemanha, fizeram parte do projeto enviado: Curriculum Vitae do Diretor-Presidente e o Estatuto da Sociedade.

Em 12 de junho de 1965, foi realizado o Convênio para a execução do Projeto número 64-8-18, estabelecendo o compromisso de concessão de auxílio ao Instituto Filadélfia de Londrina, com a EVANGELISCHE ZENTRALSTELLE FÜR ENTWICKLUNGSSILFE, objetivando vários projetos educacionais. Em 02 de agosto de 1965 teve início a liberação dos auxílios destinados à operacionalização do plano do "Colégio Vocacional Filadélfia, no valor de DM 1.076.852,77, destinados a atender à instalação dos Cursos de Agricultura, Mecânica e Eletrotécnica. (17)

A liberação dos recursos se deu durante os anos de 1965 e 1966, da seguinte maneira:

(16)- Id. ibid.

(17)- Id., Projeto de ampliação e obtenção de recursos.

DATA	VALOR RECEBIDO
10/08/1965	405.513,75 D.M.
30/10/1965	185.000,00 D.M.
11/11/1965	185.000,00 D.M.
19/05/1966	100.000,00 D.M.
31/05/1966	100.000,00 D.M.
25/11/1966	115.000,00 D.M.
Mais os débitos de juros	1.079,00 D.M.
e os débitos de despesas	2.260,02 D.M. (18)

Nessa pesquisa foi encontrada correspondência remetida à Central Evangélica Alemã, em data de 10 de setembro de 1965, assinada pelo Diretor-Presidente, Zaqueu de Melo, com o seguinte agradecimento:

"A Diretoria do Instituto Filadélfia de Londrina, pela presente vem externar-lhe a sua sincera gratidão pela substancial contribuição da Central Evangélica Alemã a esta Casa de Ensino.

"Crescem, dia a dia, nesta cidade a admiração e o respeito ao exemplo de heroísmo e fraternidade que o povo da R.F.A. vem dando ao Brasil e ao mundo.

"Tudo faremos, na aplicação dos recursos concedidos, para corresponder à confiança e à boa vontade da Central Evangélica"(19).

Os recursos foram enviados durante dois anos" 1965 e 1966. O Plano de construção foi executado e as atividades didático-pedagógicas tiveram início.

No ano de 1968, teve início o Curso de Química, autorizado pelo Governo do Estado do Paraná, Dr. Paulo Cruz Pimentel, em caráter condicional, para um período de dois anos, sob o Decreto número 10.443, de 03 de junho de 1968(20).

(18)- Id. ibid.

(19)- Id. ibid.

(20)- PARANÁ. Decreto número 10.443, de 04/06/1968.

A primeira turma de Química foi constituída de 45 alunos matriculados e funcionou no período noturno. O professor Jurgen Jacobs Puls foi o responsável pelo funcionamento do Curso, que durou até 1975. Durante esse período, foram atendidos, no total, 639 alunos (21).

Com a implantação da reforma de ensino, decorrente da Lei 5.692/71, esse curso foi adaptado à nova legislação, pois a exigência do ensino profissionalizante já se fazia presente na Instituição.

Em correspondência enviada ao professor Manoel Gonçalves, Inspetor do Ensino Comercial, datada de 15 de agosto de 1968, foram verificadas as considerações apresentadas para o funcionamento do Curso de Secretariado. Como proposta às necessidades de sua implantação, apresentava-se o sensível desenvolvimento comercial e o início do processo industrial da região. A correspondência fazia alusão à necessidade de "pessoas categorizadas na técnica de organização de empresas e firmas para atuarem no comércio e na indústria". Assim sendo, constituía-se no motivo suficiente para a instalação do Curso, o objetivo de se prepararem secretárias executivas. Além dos motivos apresentados, o Curso Técnico de Contabilidade possuía meios e instalações adequadas para atender também ao Curso de Secretariado. Esse curso iniciou-se em maio de 1968, com 11 alunos matriculados. Foi autorizado pelo Inspetor Regional de Ensino e funcionou de 1968 a 1974.

No mesmo ano de 1968, mais um curso foi instalado na Instituição. Trata-se do Curso Ginásial, de calendário especial, também denominado de Ginásio Erasmo Braga. Foi criado pelo Governo do Estado do Paraná, através do Decreto

(21)- Id., Relatórios, 1968-1975.

número 10.342, de 27 de maio de 1968. As suas atividades iniciaram-se em 1969, com 203 alunos matriculados. Funcionou até junho de 1975 (22).

As aulas de educação musical sempre foram oferecidas de forma optativa aos seus alunos, desde a década de 50. Mas a instalação do Conservatório Musical, na Instituição, realizou-se oficialmente em 1969, pelo Processo número 20.139/69, de 28 de agosto de 1969, aprovado pela Inspeção Seccional do Ensino de Londrina(23). Não se encontrou, na documentação consultada, nenhuma menção ao seu funcionamento, aos alunos atendidos e à estrutura dos cursos oferecidos.

A nível de primeiro e segundo graus, a escola demonstrou pioneirismo, sendo a primeira do Paraná a apresentar à Secretaria de Educação um projeto de Reforma de Ensino em conformidade com a Lei 5.692/71. Ela recebeu aprovação do Conselho Estadual da Educação do Paraná e implantou, em 1972, o ensino de primeiro grau e o ensino de segundo grau Profissionalizante, com um leque de treze cursos profissionalizantes aprovados, oferecendo aos jovens da comunidade londrinense a possibilidade de opção profissional(24).

No início da década de 70, as reformas do ensino de 3o. grau, como, também, as de primeiro e segundo graus, estavam na sua fase de implantação, tanto na rede pública, como na particular. Essas reformas vieram favorecer o atendimento à demanda escolar existente, principalmente no ensino de terceiro grau, a nível de iniciativa particular. Em 04 de outubro de 1971, o professor Zaquiel de Melo, diretor-presidente da

(22)- Id. *ibid.*, 1969-1975.

(23)- Id., *Regimento Interno*, 1972.

(24)- Id., *Relatório*, 1972.

Instituição, encaminhou requerimento ao Excelentíssimo Sr. Diretor de Assuntos Universitários do MEC, solicitando autorização de funcionamento, para o ano seguinte, do Centro Universitário de Londrina, designado com o nome de CESULON, com os cursos de Pedagogia, Psicologia, Ciências Sociais, Matemática e Comunicação.

Nessa mesma ocasião, foram indicados os nomes para a composição da diretoria do ensino superior. Tornou-se diretor o professor reverendo Antonio de Godoy Sobrinho e vice-diretor Sabatini Lalli, ambos bacharéis em Teologia e Licenciados em Filosofia. Além das atribuições inerentes aos cargos, cabia aos dois diretores a supervisão dos trabalhos da Faculdade de Teologia. Em relação a essa Faculdade, constava que ela "funcionará de igual modo, como mais um dos cursos do CESULON, que será oportunamente implantada" (25).

Em reunião de diretoria da Instituição (19/03/1972), o diretor-presidente, professor Zaqueu de Melo, informou aos presentes que o processo de criação do ensino superior já se encontrava no Conselho Federal de Educação, devendo entrar em pauta para deliberação, no próximo mês. Concorreram para a sua aprovação a colaboração do senador Ney Amintas de Barros Braga e do professor Alfredo Moacyr Uchoa, segundo registro de agradecimento em Ata da Diretoria, de 12/06/1972. Finalmente, foi assinado o Decreto número 70.939, em 04 de agosto de 1972, com o nome de Centro de Estudos Superiores de Londrina - CESULON, (26) iniciando suas atividades com 560 alunos matriculados nos diversos cursos.

(25)- Id., Ata de Diretoria, 24 de outubro de 1971, p.60 verso.

(26)- BRASIL. Decreto número 70.939, de 04/08/1972.

Uma nova fase, com maior ênfase ao ensino superior, iniciou-se na Instituição. No ano de 1975, foi firmado um contrato com o Grupo Educacional Universitário Sociedade Civil Ltda., com o objetivo de passar a este a administração do Curso Colegial matutino e do Curso Preparatório ao ensino superior. Esse contrato foi ampliado no decorrer dos anos, até sua extinção, em 1989(27). A partir dessa data (1975), o ensino de 1o. e 2o. graus ficou sob o comando do Grupo Educacional Universitário, cabendo ao Instituto Filadélfia gerir o ensino superior.

4.2 - O Projeto Pedagógico

As mudanças profundas e significativas na escola só poderiam acontecer mediante uma nova concepção do processo educativo: o currículo. Mudanças apenas na organização administrativa ou no aparelho da escola, seriam medidas paliativas se não fossem acompanhadas de uma transformação curricular. Como dizia Hilda Taba: "mudar o currículo, significa, de algum modo, mudar a Instituição" (28).

A organização curricular dos cursos mantidos pelo Instituto Filadélfia tinha como preocupação a manutenção das grades curriculares, do número de aulas, das disciplinas obrigatórias, conforme os dispositivos legais do órgão competente, no caso, o Ministério da Educação e Saúde Pública.

(27)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Ata reunião da diretoria, 11/11/1975, p.12-15.

(28)- HILDA TABA. *Elaboración del currículo*, p.588.

Por se tratar de uma Instituição particular, com conotação empresarial, esperava-se encontrar ofertas diferenciadas de atividades curriculares que oportunizassem à clientela um acúmulo muito grande de experiência e de vivência. Na realidade, isto não aconteceu. Segundo depoimento de ex-professora da Instituição, não havia reunião com os professores com a finalidade de se estabelecerem objetivos gerais e de como materializá-los nas práticas educativas. Os professores recebiam diretamente das mãos do diretor-presidente, professor Zaqueu de Melo, o programa e a indicação do livro didático a ser desenvolvido. Por outro lado, não se encontrou, nos documentos consultados, nenhum livro-de-ata de reunião dos professores, com essa finalidade.

A Instituição escolar, ao planejar o seu currículo, deve levar em consideração o tipo e a qualidade de experiências; a seleção e a organização dos conteúdos; os relacionamentos que se estabelece entre eles; as formas como a aprendizagem é orientada e a maneira como é feita a avaliação. Transformar o currículo é transformar todos esses aspectos à luz de determinados posicionamentos em relação ao homem, à sociedade e à educação. Transformar o currículo é evitar que ele seja estático e inflexível, é estabelecer os pressupostos psicológicos, sociológicos e filosóficos. Deve ficar claro, para a escola, o posicionamento filosófico. Qual o tipo de homem que se quer formar? Como o homem se situa na sociedade? Quais são os valores fundamentais? Como educar? Eis algumas questões que devem fazer parte da organização curricular. Muitas vezes, pela falta de explicitação de uma filosofia, ou pela dicotomia que se faz entre ação e reflexão, os professores, a direção e os serviços da escola não assumem

convictamente a filosofia explicitada na prática pedagógica e regida por uma visão de homem, de mundo e de sociedade (29). A qualidade e a riqueza das experiências desenvolvidas pela prática pedagógica é que vão contribuir no tipo de formação do homem que se pretende: acomodado ou competitivo; crítico ou passivo; adaptado na sociedade como sujeito e agente de transformação, ou indiferente.

Analisando o projeto pedagógico da escola Instituto Filadélfia, pelas grades curriculares, programas, formação de professores, livros didáticos, organização das turmas, avaliação da aprendizagem, recursos físicos materiais, financeiros e humanos, percebe-se que, na implementação dos modelos curriculares, existe a predominância, de uma lado, do tipo acadêmico, visando à continuidade nos estudos; do outro, dos cursos profissionalizantes. Em ambos, as práticas educativas são fundamentalmente verticais, reproduzindo as relações de dominação da sociedade, relações autoritárias, de dominação intelectual. O currículo estava centrado na matéria a ser transmitida de uma cultura acumulada, procurando dar condições de situar o educando em posição vantajosa na pirâmide social. Era uma forma de se estimular o desenvolvimento do indivíduo e da competitividade, critérios esses presentes na sociedade capitalista, ou, numa concepção de educação liberal.

O professor, intermediário ou repassador dessa cultura acumulada, concentrada principalmente nos livros

(29)- As linhas norteadoras estabelecidas pelo Regimento Interno de 1948, da Instituição, previam nas suas finalidades:

- "a) Proporcionar aos seus educandos uma sólida instituição moral, intelectual e física, objetivando uma formação aprimorada da discência às escolas superiores do país, e principalmente, a formação que habilite o homem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras.
- "b) Cooperar zelosamente em prol de um nacionalismo verdadeiro e sadio, incutindo o espírito cívico que deve prevalecer nas ações de cada cidadão".

didáticos, tinha a responsabilidade, através dessa mediação, de garantir a eficiência. O aluno, enquanto receptor das informações transmitidas, procurava demonstrar sua eficiência, com bons resultados nas provas e exames, rigorosamente fiscalizados pelo Inspetor de Ensino. Os alunos com melhor desempenho eram os mais valorizados.

As práticas adotadas pelo modelo educacional implementado pela escola revelavam uma visão individualista de homem, de uma sociedade que estimulava valores competitivos, voltados também à formação do trabalhador e não do cidadão. Os mecanismos adotados funcionavam como forma de sustentação do sistema sócio-cultural, privilegiando a classe dominante.

A organização escolar também estava ligada às condições materiais existentes na escola. Era uma forma de legitimar, perante a sociedade, a sua eficiência, a sua modernidade(30), através da sofisticação de equipamentos, laboratórios, escritório-modelo e outros. Não era dada ênfase ao processo, mas, sim, ao produto.

A posição filosófica assumida pelo grupo dirigente da Instituição influenciou os elementos que se materializaram no modelo pedagógico adotado. A falta de explicitação clara dos princípios ou finalidades norteadoras, muitas vezes não coerentes com os valores manifestos na própria ação, deixa transparecer a existência de um "Projeto Oculto" a serviço dos interesses do grupo dirigente e também a serviço dos valores e aspirações do modelo de sociedade.

(30)- Depois de analisar o pensamento de Max Weber, Rubem Alves afirma que o autor "concorda que existe uma grande afinidade entre o espírito do Protestantismo e o espírito de modernidade. Mas a modernidade, representada pela lógica capitalista e pelas tendências no sentido da racionalização do comportamento e da burocratização, longe de ser uma expressão de liberdade e dos ideais democráticos, representa exatamente o oposto" (Rubem A. ALVES, *Protestantismo e repressão*, p.44).

Ao organizar e ou implementar o seu currículo escolar, o Instituto Filadélfia legitimou a sua linha de ação, que passaremos a analisar a seguir.

4.2.1 - Organização curricular

Analisar a prática pedagógica do Instituto Filadélfia de Londrina é sempre uma tarefa difícil, pois os seus significados aparecem dentro de um marco de referência mais amplo do que o da prática pedagógica, isto é, na visão ideológica que representam o liberalismo(31) e o protestantismo (32), no momento histórico estudado. Só é possível entender a prática educativa na sua totalidade, quando relacionada com a teoria global da sociedade da qual faz parte.

Nos documentos examinados, especificamente os Estatutos, conforme análise no capítulo anterior, aparece claramente a fundamentação cristã, que dever ser interpretada à luz do protestantismo. A educação foi utilizada como elemento auxiliar de evangelização, para a aquisição de responsabilidade, sem quebra da coerência ideológica liberal. A intenção do grupo não é fazer proselitismo no interior da escola, mas aproveitar a religião como fundamento de uma vida útil, digna e patriótica. Conforme seus fins educacionais

(31)- A ideologia liberal apresenta as seguintes categorias básicas: individualismo, liberdade, idéia de propriedade, democracia liberal, estabelecimento do êxito mediante metas a serem alcançadas pelo indivíduo. (Jether Pereira RAMALHO, p.45)

(32)- O Protestantismo, na sua doutrina básica, fundamenta-se nos princípios de liberdade, individualidade, democracia, trabalho, êxito (como vocação), progresso (constante do liberalismo) (Jether Pereira RAMALHO, Prática educativa e sociedade, p.45)

expressos nos Regimentos já citados, o princípio da liberdade deve fundamentar toda educação.

Como decorrência do conceito de liberdade, a educação deve ser centralizada no indivíduo. Os destaques na escola e na vida são obtidos por aqueles que mais se esforçam. A sociedade vai se aperfeiçoando na medida em que tem indivíduos úteis e livres. Eis a tônica constante da Instituição.

Nas suas práticas, a escola ressalta a visão individualista, a formação de homens livres e independentes, aptos para atuarem na sociedade, como cidadãos e profissionais eficientes. O individualismo se constitui em um dos princípios básicos da educação protestante e, portanto, do Instituto Filadélfia de Londrina. Liberalismo e protestantismo estão em perfeita sintonia como sistemas de idéias presentes na história desta Instituição.

Para que esses princípios de liberdade, de individualidade e de democracia fossem aceitos, houve necessidade de sua comprovação pela verificação dos resultados. A Instituição utilizou métodos que lhe asseguraram eficiência, preocupando-se com o desenvolvimento do "indivíduo todo", nos seus aspectos físico, moral e intelectual. A eficiência era medida através do desempenho pessoal dos alunos. Aqueles que alcançavam o sucesso pelo trabalho, pelo bom desempenho constituíam-se na elite do país. A eficiência do ensino resultava do progresso individual alcançado pelos alunos, por meio de bons empregos, altos postos na administração do Estado, aprovação nos vestibulares e sucesso no mundo dos negócios. Sob este aspecto pragmático, desenvolveu-se a educação na Instituição.

As grades curriculares obedeciam a determinações legais, não fugindo às características do ensino secundário brasileiro e objetivando a formação de caráter propedêutico e profissional. As disciplinas de cultura geral do currículo recebiam orientação humanística(33) e cristã, visando ao desenvolvimento das letras e das artes e proporcionando conhecimento geral, para o prosseguimento nos estudos. Os cursos de orientação profissionalizante objetivam a formação do trabalhador. Esta foi a tônica que prevaleceu na escola durante todo o período estudado, refletindo os modelos determinados pela sociedade capitalista, com o objetivo de formar um determinado tipo humano. Nada mais fez do que reproduzir a ordem social existente. A educação ofertada de maneira diferenciada vinha, justamente, atender à divisão de classe existente na sociedade. A Instituição, no entanto, configurava-se como uma "escola-de-classe". Essa Instituição educacional reforçou a ideologia de reproduzir as classes diferenciadas da sociedade. Ao conceder espaço à formação propedêutica e profissional, nada mais fez do que acentuar as desigualdades sociais já reinantes.

O CURSO GINASIAL

O curso ginasial dirigido pelo grupo

(33)- "O humanismo consiste em impor uma certa qualidade e uma grande densidade às relações humanas, não só porque a tarefa que o homem assume necessita o apoio do outro, mas, sobretudo, porque o humanismo é uma busca real de fraternidade, de liberdade e de igualdade, de uma maneira absoluta e global" (Pierre FURTER, Educação e vida, p.166).

protestante a partir de 1947, já existia desde 1941. Foi o primeiro curso ginasial oferecido na cidade e região. Iniciou suas atividades com 39 alunos. No ano de 1946, já havia atendido a 916 alunos.

Analisando os relatórios desta Instituição, foi possível constatar as exigências da Diretoria do Ensino Secundário, feitas pelo Inspetor Federal, onde constava a listagem dos livros adotados, o conteúdo programático desenvolvido mensalmente, as aulas previstas e dadas, bem como a lista de pontos relacionados para as provas parciais e os respectivos critérios de avaliação. A legislação norteadora do sistema para o Ensino Secundário era o Decreto número 21.241, de 04 de abril de 1932, publicado no Diário Oficial de 09/04/1932, da Reforma de Francisco Campos. O capítulo IV do regime escolar, em seu artigo 36, estabelecia o seguinte:

"Haverá durante o ano letivo arguições, trabalhos práticos e ainda provas escritas parciais, com atribuições da nota, que será graduada de cinco em cinco pontos, de zero a cem";

O artigo número 38 completava:

"Haverá anualmente em cada classe e para cada disciplina quatro provas escritas parciais, nos meses de maio, julho, setembro e novembro, constituindo a média aritmética dessas quatro notas, a nota final de provas parciais" (34).

Ao lado dessa forma autoritária e cerceadora, havia um controle por parte do Inspetor Federal local, que observava o número de aulas previstas e dadas; conteúdos ministrados em todas as disciplinas do currículo. Tudo isso era

(34)- Vandick L. da Nóbrega Enciclopédia de legislação do ensino, p.81-82.

exigido em relatório mensal, enviado à Divisão do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde Pública. Não se pode esquecer que, nessa época, o Brasil vivia sob o regime ditatorial do governo de Getúlio Vargas.

O Governo, de posse do dispositivo legal, a Constituição de 1937, introduziu no país o regime autoritário. O autoritarismo se fez sentir em todos os setores e, em especial, na educação, como afirma Paiva:

"Com o Estado Novo, a Política educacional se transforma, pois o novo regime autoritário tinha diretrizes definidas e ideologia própria a ser difundida pela Educação" (35).

Com a constante presença do Inspetor Federal na escola, controlando e avaliando o desempenho, fica confirmada a tendência da tecnocracia que se implantou durante a vigência do Estado Novo. A figura do Inspetor Federal nada mais era que o "tecnocrata" que representava o Estado, o controlador e fiscalizador de todo o processo administrativo, mantendo vigilância para o cumprimento das normas legais.

A tecnocracia, defendendo leis e normas, representava o conservadorismo. Assim sendo, a visão da escola era de harmonia. Era cumpridora dos estatutos legais, enquanto seus problemas vinham sendo resolvidos, nesse âmbito. Segundo Freitag,

"... a jurisdição estatal passa a regulamentar a organização e o funcionamento do sistema educacional, submetendo-o, assim, ao seu controle direto" (36).

(35)- Vanilda Pereira PAIVA, op. cit., p.130.

(36)- Bárbara FREITAG. Escola, estado e sociedade, p.51-52.

No entanto, no ano de 1943, começaram a aparecer alterações ocorridas no sistema escolar, em decorrência da Reforma Gustavo Capanema, pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, em conformidade com o Decreto-Lei número 4.244, de 09 de abril de 1942.

Na exposição de motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Gustavo Capanema (1942) deixou claros os objetivos desse grau de ensino:

"O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, e bem assim de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística" (37).

Para análise das grades curriculares(38) da Instituição e dos objetivos estabelecidos na Lei Orgânica de Gustavo Capanema para o Ensino Secundário, bem como nos Regimentos Internos, nota-se que a sua organização esteve voltada à cultura humanística, de caráter conservador, elitista. Os seus componentes básicos expressaram uma educação voltada aos ideais cívicos e religiosos, conjugando o modo de produzir na mente e no corpo dos alunos, não somente os conteúdos de uma cultura geral e humanística, mas também a maneira de ser útil a si e à Pátria.

Apesar da existência da escola pública, oferecendo o ensino ginásial, essa escola particular crescia a cada ano que passava. Por outro lado, a cidade e a região sofriam também um grande aumento populacional. No final da

(37)- BRASIL. Decreto-Lei número 4.244, de 09/04/1942.

(38)- Até o advento da Lei 4.024 não houve alterações nas grades adotadas, apenas no número de aulas semanais.

década de 40, a Instituição apresentava o seguinte quadro de matrícula:

QUADRO - DEMONSTRATIVO DE ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO GINASIAL, DE 1947 A 1950.

ANO	No. DE ALUNOS
1947	274
1948	313
1949	375
1950	497

Fonte: INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Relatórios, 1947-1950.

Como se vê pelo quadro acima, essa Instituição, em quatro anos, sob a direção do grupo protestante, quase dobrou o número da clientela escolar. Nas décadas de 50 a 60 a demanda de matrículas continuou de forma acelerada. O maior atendimento ocorreu no período diurno, pois se tratava de uma escola de "elite" que atendia às camadas média e alta da sociedade londrinense, porém não deixou de atender, também, a um número significativo de alunos no período noturno (Anexo II). Tratava-se de uma Instituição que oferecia seus serviços à comunidade, isto é, desenvolvia o processo de comercialização do ensino.

O elenco das disciplinas constantes das grades curriculares da escola, durante toda a década de 50, continuou sendo a mesma. Houve alterações apenas no número de aulas, cuja carga horária semanal das quatro séries do primeiro ciclo do turno diurno variava de 24 a 26 aulas, enquanto que, para o

período noturno, a carga horária variava entre 20 a 23 aulas semanais.

Pelos registros da escola, verificou-se que não houve enriquecimento do currículo, apenas cumprimento das exigências de lei. Mas, paralelamente às atividades em sala de aula, a escola realizava uma série de promoções extraclasse.

O Instituto Filadélfia de Londrina ajustou o seu sistema à L.D.B., na década de 60. Além dos cursos Ginásial, Colegial e Técnico de Contabilidade, a Instituição criou o Ginásio e o Colégio Vocacional. Essa dualidade de oferta de ensino alterou a distribuição da clientela escolar nos cursos oferecidos e, ao mesmo tempo, ampliou o número de alunos no início da sua implantação. Pelo demonstrativo de matrículas do curso ginásial diurno e noturno foi possível verificar que, a partir da implantação do Ginásio Vocacional, houve redução nas matrículas do curso regular (Anexo II).

Como vimos acima, havia diferença entre o número de aulas dos cursos diurno e noturno, privilegiando-se o primeiro. Duas grades curriculares foram destacadas para servir de análise: uma, correspondente à orientação de Gustavo Capanema (Anexo III); a outra, à Lei 4.024/61 (Anexo IV).

Convém observar que, em relação à década anterior, houve diminuição de aulas ofertadas, significando redução do custo do curso e também prejuízo para o aluno.

O artigo 38 da Lei 4.024/61 estabelecia, no item I, "vinte quatro horas semanais de aulas para o ensino de disciplinas e práticas educativas", para o turno diurno. Para o período noturno, o artigo 40, letra "c", determinava:

"dar aos cursos que funcionam à noite, a partir das 18 horas, estruturação própria, inclusive a fixação

do número de dias de trabalho escolar efetivo, segundo a peculiaridade de cada curso".

A grade curricular proposta para o curso ginásial, em obediências às determinações legais foi uma grade que não fugiu às características do ensino secundário brasileiro, cujo objetivo primordial sempre teve caráter propedêutico, em seu desenrolar histórico. As disciplinas envolviam cultura geral. Era um currículo humanístico, que visava o desenvolvimento das letras e das artes, proporcionando conhecimento geral, para prosseguimento dos estudos. Esta tônica prevaleceu até a Lei 5.692/71.

Com a Lei 4.024/61, houve um elenco menor de disciplinas. O currículo não era tão enciclopédico como o anterior, proposto por Gustavo Capanema. As escolas passaram a ter mais autonomia e liberdade na programação curricular e didático-pedagógico, mas o enfoque de cultura geral ainda prevalecia. O currículo proporcionava aos alunos a possibilidade de prosseguimento nos estudos. O curso ginásial do Instituto Filadélfia de Londrina limitou-se ao cumprimento da legislação, quanto ao número de aulas semanais e nas práticas educativas: Educação Física, Cívica e Artística. Buscavam nas atividades extracurriculares uma forma de destacar-se junto à comunidade estudantil da cidade e da região.

CURSO COMERCIAL BÁSICO

Além do curso ginasial, funcionavam na escola os cursos Comercial Básico e Técnico de Contabilidade. A legislação norteadora desse curso foi o Decreto-Lei no. 6.141, de 28 de dezembro de 1943, do ministro Gustavo Capanema, Lei Orgânica do Ensino Comercial, que estabelecia o seguinte, no artigo 4o.: "O primeiro ciclo do ensino comercial compreenderá um só curso de formação: o curso comercial básico". Parágrafo único: "O curso comercial básico, que terá duração de quatro anos, destinar-se-á a ministrar elementos gerais e fundamentais do ensino comercial" (39).

O curso Comercial Básico estava organizado em quatro séries, correspondendo ao primeiro ciclo. O ingresso nesse curso era realizado mediante processo seletivo em que se exigia

"prova de não ser portador de doenças contagiosas e estar vacinado, ter onze anos completos ou por completar até o dia 30 de junho, ter recebido satisfatória educação primária e ter revelado em exame de admissão, aptidão intelectual para os estudos a serem feitos" (40).

Pelo estabelecimento na legislação, ficou evidente o interesse do governo em profissionalizar o trabalhador o mais cedo possível, ao estabelecer a idade mínima de 11 anos para ingresso num curso profissionalizante. Nessa idade, a criança ou pré-adolescente já procurava uma opção de trabalho, buscando o curso Comercial Básico. Era uma forma de

(39)- BRASIL. Decreto-Lei número 6.141, de 28/12/1943.

(40)- Id. *ibid.*

atender às necessidades imediatas do comércio local e, ao mesmo tempo, garantir a continuidade nos estudos do segundo ciclo, no Curso Técnico de Contabilidade, especificamente. Os cursos Comercial Básico e Técnico de Contabilidade funcionaram filiados ao Instituto Filadélfia de Londrina, de 1946 a 1951. A partir do ano de 1949 iniciou-se a desativação do Curso Comercial Básico, sendo extinto em 1951. Durante a sua existência atendeu a 210 alunos (41).

CURSO TÉCNICO DE COMÉRCIO LONDRINENSE

Esse curso funcionou filiado ao Instituto Filadélfia, de 1948 a 1951, e atendeu a uma clientela escolar de 316 alunos, durante esse período. A partir do ano de 1952, o curso passou a pertencer à Instituição. As matrículas aumentaram e a Instituição procurou melhorar os recursos físicos, através da construção de um prédio com a finalidade de abrigar os cursos Técnico de Comércio e o Científico, totalizando uma área de construção de 1.294,64m² (42).

Em entrevista à Folha de Londrina, o professor Galdino Moreira Filho, diretor-técnico do Instituto Filadélfia, afirmou:

"O Colégio cresceu, com novos cursos e novos empreendimentos, chegando a matrícula em 1958 a atingir 2.200 alunos. Face a esse crescimento, a direção do I.F.L. viu-se obrigada a erigir novos prédios, para atender ao número cada vez mais

(41)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA Relatórios, 1946-1951.

(42)- LONDRINA... Alvará de licença número 468.

elevado de estudantes da cidade e até fora do Estado. Foi, então, que se construiu o edifício da Escola Normal e o Internato Feminino. Presentemente, estão em andamento as obras da Escola Técnica de Comércio e do Curso Científico, ao lado do Londrinense, que funcionará já para o ano" (43).

Através das construções edificadas na década de 50, foi possível constatar o quanto essa Instituição foi procurada por uma clientela abrangente. A construção do prédio destinado ao curso Técnico de Comércio visava a um plano de crescimento para atender a uma clientela no período noturno. Pretendia, ainda, a acumulação patrimonial via plano de ação pedagógica, de construção executada e de salas ambientes (Laboratórios de Química, Física, Biologia e Escritório Modelo). A Instituição ao oferecer instalações e recursos visava também atrair uma clientela escolar.

A Instituição atendia a uma clientela local e regional que aumentava gradativamente. O crescimento da cidade de Londrina e da região está ligado ao desenvolvimento das atividades econômicas, nos setores primário, secundário e terciário. Aos poucos, a cidade firmou-se como um pólo regional dessas atividades. O seu crescimento físico e populacional esteve sempre vinculado às atividades de prestação de serviços do comércio, à assistência médica, à educação, ao transporte, etc. Foi a agricultura que proporcionou o crescimento populacional à cidade, aliado à cultura do café e ao plano de ocupação do solo. O setor terciário, estimulado pelo primário e secundário, serviu de elemento impulsionador na instalação de novas formas de mercado e de prestação de serviços à comunidade.

(43)- O INSTITUTO Filadélfia e os planos para o novo ano, p.4.

Isso vem comprovar o interesse pelo Curso Técnico de Comércio oferecido pela Instituição. Constituíam-se numa clientela cuja maioria já era absorvida pelo mercado de mão-de-obra existente.

Era o único curso do gênero na cidade. A Instituição mantinha o seu monopólio e, quem desejasse estudar contabilidade a nível de segundo ciclo, não tinha outra possibilidade, a não ser arcar com o custo da escola particular.

Segundo relatórios da escola enviados ao Inspetor Federal, foi possível verificar o custo das anuidades escolares durante alguns anos. O pagamento das mesmas era efetuado em quatro prestações iguais, no decorrer do ano letivo, como se pode verificar no quadro abaixo:

QUADRO - ANUIDADE ESCOLAR - 1952-1966.

ANO	SÉRIE	VALOR DA ANUIDADE
1952	1o.	2.600,00
	2o.	2.800,00
	3o.	3.000,00
1954	1o., 2o., 3o.	4.000,00
1956	1o., 2o., 3o.	4.000,00
1957	1o., 2o., 3o.	5.000,00
1957	1o., 2o., 3o.	5.500,00
1960	1o., 2o., 3o.	11.000,00
1962	1o., 2o., 3o.	22.000,00
1963	1o., 2o., 3o.	38.000,00
1964	1o., 2o., 3o.	76.000,00
1965	1o., 2o., 3o.	153.000,00
1966	1o., 2o., 3o.	228.000,00

Fonte: INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Relatórios, 1952-1966.

Para melhor compreensão do problema do custo do curso para o aluno da rede particular, considerado elevadíssimo, tomou-se, como base, o valor do salário mínimo da região, em 1962, que era de CR\$ 668,03. O custo anual do Curso Técnico de Contabilidade era de CR\$ 22.000,00. Dividindo-se o valor da anuidade escolar por 12 meses, chega-se à conclusão de que um aluno, para estudar nessa escola, precisaria ganhar acima de dois salários mínimos por mês. Era um curso destinado à classe trabalhadora, porém altamente seletivo, pois só podia cursá-lo quem dispusesse de recursos.

A partir da década de 60, o aumento da anuidade escolar foi de 100%. Muitos alunos que já haviam concluído o primeiro ciclo viam-se impossibilitados de cursar contabilidade nessa Instituição. Todavia era a única na cidade. Começava a surgir, através da União Londrinense de Estudantes, um movimento reivindicatório em prol da instalação do curso Técnico de Contabilidade na rede pública. Uma notícia publicada no jornal Folha de Londrina em 02 de fevereiro de 1960, mencionava um ofício com mais de 300 assinaturas, enviado à Secretaria da Educação e Cultura, solicitando a criação da Escola Técnica, pelo Estado. O jornal mencionava, ainda, que a ULE (União Londrinense dos Estudantes), através de seu presidente, Otássio Pereira da Silva, vinha mantendo constantes contatos com as autoridades educacionais, para que se concretizasse a instalação da escola pretendida "que beneficiaria especialmente os alunos menos providos de recursos, que desejassem frequentar o Curso Técnico de Contabilidade"(44). O surgimento da Escola Técnica pública deu-se em 1963.

Durante mais de duas décadas, o curso do Instituto Filadélfia teve uma demanda elevada de alunos. Do ano de 1952, quando da sua instalação, a 1972, a Instituição atendeu a 5.015 alunos(45). A Instituição visava à formação do "contador" destinado a prestar serviços no comércio emergente, em franco desenvolvimento. Funcionava no período noturno, com caráter profissionalizante.

A partir do ano de 1964 ocorreu uma redução acentuada no seu quadro de matrículas, por causa da criação da

(44)- FUNCIONARÁ a partir de março a Escola Técnica de Comércio no Colégio Estadual, p.4.

(45)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA Relatórios, 1952-1972.

escola pública. Na realidade, esse curso cumpriu o papel, para o qual foi criado, pois contava com uma clientela sempre crescente e apresentou lucratividade, sem dúvida, para a Instituição. Também representou mão-de-obra qualificada para o comércio local. Foi possível verificar, nos ternos de Inspeção e Verificação Geral do Curso Técnico de Comércio, realizado em 20 de setembro de 1958, que Sebastião Nunes Vianna, Inspetor Federal, foi designado pela Portaria número 428, de 11 de agosto de 1958, para realizar Verificação Geral em estabelecimentos da região, inclusive nessa escola. Ao chegar à Instituição, foi recebido pelo diretor-técnico, professor Galdino Moreira Filho, pelo diretor-presidente, professor Zaqueu de Melo, e pelas secretárias Cely Cesar e Acely de Melo. Primeiramente, foi convidado a visitar o prédio escolar. Esteve nas salas de laboratório de Física, Química e Ciências Naturais, que pareciam "uma verdadeira Farmácia". Visitou as demais dependências, o Salão Nobre, onde constatou "que é o educandário um estabelecimento modelar, com todos os requisitos essenciais". Passou, posteriormente, à Verificação dos Documentos da Secretaria. Nos livros oficiais, a escrituração encontrava-se em perfeita ordem, os diários de classe, com registro de aulas dadas em conformidade com orientação ministerial. No período noturno visitou as salas de aula, entrando em contato com alunos e professores e constatando que o corpo docente era, na maioria, portador de formação universitária, satisfazendo plenamente o Decreto no. 27.848 de 02/03/1950. Encerrando a verificação, deixou registradas congratulações ao Diretor-Técnico, ao Diretor-Presidente, às Secretárias e aos professores, "pelo método de ensino

ministrado e achou a Escola um centro modelar de nosso Ensino Técnico" (46).

Pelos termos dessa Verificação e Inspeção ficou bem claro que a preocupação primordial da Instituição era o controle no sentido burocrático do ensino. Era importante verificar se os registros nos livros oficiais estavam feitos corretamente. A Instituição buscava oferecer um alto padrão de qualidade, representado pelas instalações, equipamentos e materiais didáticos. Dava-se mais ênfase aos meios do que aos fins.

Outras informações foram obtidas dos Relatórios enviados ao Diretor de Ensino Comercial, Dr. Lafayette Belfort Garcia, em 1961. Os relatórios afirmam que o curso Técnico de Comércio contava com o trabalho de um Diretor-Técnico, o professor Odésio Franciscan e que as salas de aula possuíam carteiras individuais, num total de 50 em cada uma. O curso possuía Oficina Tipográfica, onde eram impressos os "modelos" para uso nas aulas práticas, bem como, o jornal "O Filadélfia", órgão cultural noticioso da Instituição (47).

Esse curso estava regulamentado pelo Decreto-Lei no.6.161, de 28 de dezembro de 1943, a Lei Orgânica do Ensino Comercial. Essa legislação fez parte das Reformas do Ensino, promovidas pelo Ministro Gustavo Capanema, no período do Estado Novo. Na estrutura do curso, as disciplinas possuíam o caráter de cultura geral e de cultura técnica, sendo que as disciplinas de cultura geral se constituíam em maior número de horas-aula na série inicial e com predomínio da cultura técnica nas duas últimas séries. O Curso cumpria sua finalidade, que era a de

(46)- Id., Relatório de verificação e inspeção federal, de 20 de setembro de 1958.

(47)- Id., Relatório, 1961.

"Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados" (48).

Além de conferir um Diploma de Técnico em Contabilidade, o curso possibilitava o ingresso no ensino superior.

Como se pode observar, a eficiência do curso explica-se pelas altas mensalidades (que por si só já realizavam a seletividade social da clientela), o que permitia oferecer toda infra-estrutura necessária ao ensino de boa qualidade. Embora com o caráter de terminalidade, o ensino direcionava sua clientela para o terceiro grau.

CURSO COLEGIAL

O professor Zaqueu de Melo deu início ao plano de implantação do Curso Colegial. Era uma aspiração da comunidade londrinense, pois não havia, na cidade e região, o segundo ciclo.

O prédio destinado a sua instalação foi construído com a ajuda do comércio local, mediante doações de materiais de construção, bem como, facilidade na forma de pagamento. Para a conclusão do prédio, foi necessário contrair empréstimo hipotecário junto à Caixa Econômica Federal.

(48)- BRASIL. Decreto-Lei no. 6.141, de 28/12/1943.

ficando, como garantia o mesmo prédio que estava sendo concluído, com uma área de 1.529m².

O funcionamento do curso colegial teve início em 1949, com 32 alunos matriculados no período diurno. A clientela escolar crescia a cada ano. Desde o início de sua implantação, até o advento da L.D.B., esse curso atendeu a 2.604 alunos (49).

No período de 1949 a 1961, funcionaram, na escola, os Cursos Científico e Clássico, sendo que esse último foi criado em 1956. Durante esses treze anos, não ocorreram alterações nas grades curriculares adotadas pela escola, apenas modificações no número de aulas nas diversas disciplinas. O elenco das disciplinas do currículo escolar estava prefixado pela Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei número 4.244 de 09/04/1942). A escola seguia a orientação legal e a harmonia institucional era mantida.

A seleção do conteúdo programático, desenvolvido em sala de aula, não contava com a participação do docente na sua escolha. Cabia ao Ministério da Educação expedir as diretrizes, conforme o artigo 18 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, que diz: "os programas das disciplinas serão simples, claros e flexíveis, devendo indicar, para cada uma delas, o sumário da matéria e as diretrizes". A orientação completa-se com o parágrafo único do mesmo artigo: "os programas de que trata o presente artigo serão sempre organizados por uma comissão geral ou por comissões especiais, designadas pelo Ministério da Educação que os expedirá"(50). Logo, havia uma centralização do poder decisório sobre os

(49)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA *Relatórios*, 1949-1961.

(50)- Vandick L. da NÓBREGA, op. cit., t.1, p.64.

conteúdos desenvolvidos em sala de aula. O professor era um executor de programas e, pelo seu desempenho satisfatório, era considerado um "bom professor".

Em 1961, com a aprovação da L.D.B. da Educação Nacional, Lei número 4.024/61, o segundo ciclo da escola foi ajustado às novas medidas. Por essa legislação, admitia-se a variedade curricular, prefixando o número de aulas semanais, conforme o artigo 38, letra "b", desta lei: "vinte e quatro horas semanais para o ensino de disciplinas e práticas educativas". Quanto às disciplinas do currículo, a legislação estabelecia o seguinte, no artigo 44: "o ensino secundário admite variedade de currículo, segundo as matérias optativas que foram preferidas pelos estabelecimentos". Completando, o artigo 46 acrescenta:

"Nas duas primeiras séries do ciclo colegial, além das práticas educativas serão ensinadas oito disciplinas, das quais uma ou duas optativas, de livre escolha pelo estabelecimento, sendo, no mínimo, cinco e máximo sete em cada série".

Parágrafo Primeiro: "Deverá merecer atenção o ensino do Português, nos seus aspectos lingüístico, histórico e literário".

Parágrafo Segundo: "A terceira série do ciclo colegial será organizada com currículo diversificado, que vise ao preparo dos alunos para os cursos superiores e compreenderá, no mínimo, quatro e, no máximo, seis disciplinas, podendo ser ministrada em colégios universitários" (51)

O plano curricular adotado pelo estabelecimento seguia rigorosamente as normas da lei, não indo além delas, embora, sob a nova orientação da L.D.B., fosse permitido um currículo diversificado (Anexo V).

(51)- Id. ibid. p.44.

A partir do ano de 1964, tanto no turno diurno, como no período noturno, ocorreram alterações na oferta das disciplinas curriculares, direcionando-se aos interesses da clientela escolar, com vistas ao ingresso no ensino do terceiro grau.

Convém observar que o Curso Clássico atendia a uma clientela diminuta, do período diurno.

Na década de 60, a escola continuou a oferecer o ensino do segundo ciclo, mas, a partir de 1964, começou a funcionar o Novo Departamento da escola, situado na rua Antonina e denominado "Colégio Vocacional".

A partir de 1965, o Colégio Vocacional acabou atraindo a clientela do curso Científico e Clássico regular do período diurno. No antigo prédio, permaneceu apenas o curso noturno, que perdurou até o ano de 1972, quando o imóvel foi adquirido pela firma J. Alves Veríssimo e, posteriormente, demolido.

O fato revela que, deslocado para a nova construção, o ensino "Vocacional" representava, evidentemente, maiores dividendos, não só financeiramente mas em prestígio também. Era uma maneira de oferecer serviços inovadores para a cidade e região. Enquanto isso, o ensino noturno foi colocado em segundo plano. Embora o ensino regular noturno, que era oferecido, representasse o atendimento a uma clientela específica, ocupava posição desfavorável.

Mas uma vez, essas questões vêm reforçar a tese de que a Instituição agia como forter mecanismo confirmador da estratificação social.

GINÁSIO E COLÉGIO VOCACIONAL

A oferta do Curso Vocacional no início de 1964, com funcionamento de três turmas de primeira série, atendeu a 86 alunos. Esse curso funcionou até 1969, e atendeu a 808 alunos (52).

O Curso Colegial Vocacional também foi implantado em 1964, mas, com todas as séries do curso, como se pôde verificar através do levantamento de matrículas. Durante a sua vigência, até o ano de 1969, ele, atendeu a 1.818 alunos(53).

Durante os três primeiros anos de funcionamento, verificou-se aumento da população escolar. Mas, a partir do ano de 1968, começou a evasão de matrículas na escola, que funcionou apenas até 1969.

O Ensino Médio, na cidade de Londrina, apresenta a seguinte situação educacional, comparando-se Ensino Público e Ensino Particular:

(52)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA, Relatórios, 1964 - 1969.

(53)- Id. ibid.

QUADRO: - DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE ALUNOS E ESTABELECIMENTOS DA CIDADE DE LONDRINA - 1963-1966

ANO	ESTAB. PARTICULAR	ESTABEL. PÚBLICO	COL. EST. V. RIJO	COL. PART. INSTITUTO FILADÉLFIA
1963	2.966	3.189	2.754	1.986
1964	3.405	4.271	2.054	2.355
1965	3.340	5.650	2.645	2.234
1966	3.394	6.903	3.642	2.254

Fonte: LONDRINA. Prefeitura Municipal de Londrina. Secretaria de Planejamento.

Como se pode verificar pelos dados acima, houve um crescimento do ensino médio no Instituto Filadélfia de Londrina, em 1963 e 1964, chegando-se, nesse último ano, a possuir maior número de matrículas em relação ao ensino público. Justamente no ano de 1964, a escola oferecida a nova modalidade de ensino em seu estabelecimento, a "vocacional". Mas, como se pode também verificar, houve uma tendência em procurar a rede pública, no atendimento do primeiro e segundo ciclos.

A proposta curricular do Instituto Filadélfia de Londrina, para essa nova modalidade de ensino, seguia a orientação da Lei número 4.024/61. No seu artigo 44, a Lei estabelecia: "O ensino secundário admite variedade de currículo, segundo as matérias optativas que foram preferidas pelos estabelecimentos."

Parágrafo Segundo:

"Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo no primeiro e segundo ciclos será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais" (54).

A grade curricular do curso ginásial vocacional (Anexo VI), embora levasse a cognominação de 'vocacional', em tese, não é muito diferente do ginásial regular. Foram-lhe acrescentadas as disciplinas de Técnica Comercial, Prática Agrícola e Educação para o Lar. Deu-se, praticamente, um antecipação da Iniciação para o Trabalho, com a sondagem de Aptidão no ensino de primeiro grau, de acordo com a Lei no. 5.692/71. O mesmo ocorreu com relação ao colegial, cujo principal objetivo era a preparação para o vestibular. Não se visava oferecer terminalidade, mas, sim, continuidade.

As grades curriculares adotadas no Colegial (Anexo VII) ofereciam um elenco de disciplinas diferenciadas, com ajuste do número de aulas. De acordo com o interesse do aluno a nível de terceiro grau, buscava-se o que mais convinha a nível de segundo ciclo. Não havia nenhuma preocupação com o ensino vocacional, com vistas à terminalidade, tão bem justificada por ocasião da solicitação dos recursos à Central Evangélica Alemã. As instalações e os recursos materiais estavam sendo utilizados no ensino vocacional do 1o. e 2o. ciclo. Não houve, por parte da Instituição, interesse na instalação do ensino Vocacional Profissionalizante de segundo ciclo, apesar dos recursos recebidos da Alemanha.

Com o advento da lei 5.692/71, a solução foi o aproveitamento do espaço físico do Colégio Vocacional, para a

(54)- BRASIL. Lei n. 4024, de 20/12/1961.

implantação do ensino profissionalizante, conforme preconizava a nova Lei da Reforma do Ensino.

A partir desse movimento, os cursos foram reestruturados de acordo com a nova legislação, e a Instituição passou a interessar-se muito pelo ensino superior.

CURSO NORMAL SECUNDÁRIO FILADÉLFIA

O jornal Folha de Londrina, em edição de 21 de novembro de 1956, veiculou propaganda da Escola Normal Filadélfia, anunciando a construção de seu novo prédio e a contratação de professores licenciados, com especialização em escolas superiores do país e do exterior.

Esses docentes "estão sendo contratados para ministrar ensino eficiente no referido curso". Enquanto os professores passavam por um processo de escolha, por parte da direção da escola, o aluno ingressante estava sujeito ao exame de admissão, conforme legislação do Ensino Normal, que estabelecia "idade mínima de 15 anos e máxima de 25, portador de certificado do Curso Normal Regional ou do Curso Ginásial" (55).

As disciplinas que faziam parte do processo seletivo eram Português, Matemática, História, Geografia e Ciências. Essa seleção não era apenas baseada no critério de avaliação dos resultados dos exames, mas também no critério estabelecido para a faixa etária: idade mínima de 15 anos e

(55)- BRASIL. Decreto-Lei No. 8.530, 02/01/1946.

máxima de 25. Pretendia-se formar "jovens professores". O sistema de ensino apresentava uma forma discriminatória de seleção, quando estabeleceu a idade máxima de 25 anos. Era a maneira de privilegiar um modelo escolar de elite, para a elite.

O resultado desse primeiro exame seletivo foi publicado em 16/12/1956. Na ocasião, participaram 5 candidatas, sendo que apenas 3 foram aprovadas. Assim sendo, foi necessário promover uma segunda chamada, da qual participaram 11 candidatas. Todas foram aprovadas. A primeira turma constituiu-se de 18 alunas matriculadas, incluindo transferências recebidas (56).

Havia um rigoroso controle sobre a escola, por parte da Inspetora Regional, professora Honorat Setúbal. Constumeiramente, ela visitava a escola e acompanhava as atividades desenvolvidas, desde a aplicação das provas seletivas, à escrituração, horário de funcionamento das aulas, com registro dos termos de inspeção (57).

A preocupação nas contratações dos professores da escola foi evidente, conforme se pode perceber através deste quadro demonstrativo:

(56)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRIANA. Relatórios, 1957-1960.

(57)- Id. Relatório; termo de inspeção, 1957.

QUADRO - NOME DE PROFESSORES E RESPECTIVAS DISCIPLINAS
MINISTRADAS - 1957-1960

PROFESSOR	DISCIPLINA	FORMAÇÃO
Joel Martins	Português e Literatura	Letras Neo-Latinas
Manuel B. de Azevedo	Anatomia e Fisiologia Humana	História Natural
Iorlando Beletti	Estudos Brasileiros e Paranaense	Geografia e História
Galdino M. Filho	Prática de Ensino	Geografia e História
Nestor F. da Silva	Física e Química	Engenheiro Agrônomo
Olga Reis	Matemática	Escola Normal
Maria Dirce de Almeida	Música e Canto	Canto Orfeônico
Yoshiko Yoshiasi	Desenho	Escola Técnica Industrial
Maria Apã C. Pacheco	Educação Física	Escola Normal

Fonte: INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Relatórios, 1957-1960.

Quanto à formação profissional, nota-se uma melhoria no quadro docente, com 50% dos professores portando curso superior, embora a situação continuasse ainda deficitária. A disciplina de Prática de Ensino (para as séries iniciais do primário) era ministrada por um professor formado em História e Geografia; portanto, sem formação específica. Isto demonstra a falta de preocupação com os critérios pedagógicos. O recrutamento e qualificação dos professores, com raras exceções, não mostrava coerência entre discurso e prática. A grade curricular adotada pela escola seguia

orientação do Decreto-lei 8.530 de 02/01/1946, apenas com o acréscimo de 2 aulas: uma de Química e outra de Prática de Ensino, com um total de 27 aulas na 1ª série, 30, na 2ª e 26, na 3ª série; vigorando a mesma grade de 1957-1960 (Anexo VIII).

Havia, por parte da diretoria da Escola Normal, uma preocupação constante, quanto ao encaminhamento pedagógico do Curso. Assim sendo, ela realizava reunião com os professores, mensalmente.

É o único curso, dessa natureza, do qual ficaram registros, na década de 50.

Os principais assuntos que foram tratados nessas reuniões, extraídos dos relatórios supracitados, são estes:

- „ troca de impressões entre os docentes;
- „ confecção de material didático para uso em sala de aula;
- „ discussão dos programas, do plano mensal e dos trabalhos práticos, com orientação sobre os mesmos;
- „ entrevistas individuais com a diretoria da escola;
- „ avaliação;
- „ informações gerais;
- „ orientação no sentido de observar as alunas quanto às atividades e iniciativas em sala de aula, para que os professores colaborassem na formação da mentalidade da normalista.

Pelos relatórios, foi possível constatar que a direção da Escola Normal estava preocupada com a qualidade de ensino, buscando resolver as questões de natureza pedagógica,

com a participação democrática dos docentes, muito embora existissem escassez de recursos financeiros.

O curso continuava desenvolvendo-se sem haver a preocupação de aumentar o número de alunos em sala de aula, haja vista que as reprovações no processo de ingresso à escola constituía num modelo seletivo. Embora a Instituição tenha implantado o período noturno, este teve curta duração, pois o seu funcionamento não foi autorizado.

Em correspondência datada de 20 de março de 1963, enviada à Chefia do Serviço do Ensino Normal da Secretaria de Educação e Cultura, o diretor da escola, professor Galdino Moreira Filho, acusou o recebimento "dos programas das diversas disciplinas, bem como os critérios de avaliação do rendimento escolar e orientação para as provas finais"(58).

O conteúdo dessa correspondência deixou claro o quanto o encaminhamento pedagógico da escola se encontrava submisso e dependente. Além de o professor Galdino prestar contas das normas de natureza administrativa-pedagógica, não existia liberdade por parte da Direção-Técnica e dos docentes, em apresentar uma proposta curricular e de avaliação de resultados. Como se vê, a escola era de iniciativa particular, mas toda sua orientação tinha origem estatal. As normas legais eram cumpridas com o maior rigor possível. Seus professores apenas complementavam o estabelecido com as atividades extra-curriculares (59).

Tratando-se de escola particular, pressupunha-se maior autonomia didático-pedagógica. Entretanto, pelos

(58)- Id. Relatório, 1961-1966.

(59)- Id. ibid.

relatórios existentes na escola, constatou-se rigidez na fiscalização e controle do ensino, com predomínio dos aspectos burocráticos. Todo encaminhamento pedagógico passava por esse crivo.

O Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, sobre o Ensino Normal, em seu artigo 13, destaca que

"os programas das disciplinas serão simples, claros e flexíveis, e se comporão segundo as bases e a orientação metodológica que o Ministério da Educação e Saúde expedir" (60).

Verificou-se que os programas e toda a orientação metodológica do Ensino estão centralizados no Ministério da Educação e Saúde, cabendo à escola e aos professores executar, em sala de aula, o que vinha previamente estabelecido.

Os relatórios de 1960, registraram visitas realizadas às Escolas Rurais. Essa iniciativa estava sendo tomada por solicitação da Chefia do Ensino Normal, que objetivava que a Escola Normal Filadélfia prestasse assistência às escolas rurais. Várias visitas foram realizadas pelas alunas voluntárias das três séries em companhia dos professores. Nesses contatos, os visitantes constataram alguns problemas. Entre eles, o excesso dos programas e as inúmeras dificuldades apresentadas nas provas, pelos alunos. Essas provas não eram elaboradas diretamente pelos professores regentes. Depois de analisadas alguns exemplares dessas provas em sala de aula, verificou-se que estavam bem elaboradas esteticamente, mas não condiziam com os aspectos cognitivos das crianças (61).

(60)- BRASIL. Decreto-lei no. 8.530, de 02/01/1946.

(61)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA, Relatório, 1960.

Havia uma preocupação constante, por parte dos docentes e da direção da Escola Normal, em dar direcionamento a atividades pedagógicas do curso, num sentido bem prático. Daí, os constantes encontros, visitas e atividades práticas desenvolvidas pela escola.

Esse curso sempre manteve uma só turma por série, com média sempre baixa de alunos na sala. Praticamente, o curso funcionava em período integral.

Além do Curso Normal, a escola mantinha outros cursos: Jardim da Infância e Primário. As aulas teóricas da Escola Normal eram ministradas no período da manhã e as práticas, no período da tarde, justamente no horário de funcionamento do curso primário. Como se vê, as alunas normalistas realizavam suas práticas, na escola primária, baseadas nas observações, na participação e na direção de classe, exigências necessárias e obrigatórias para a sua formação profissional. A existência do Curso Primário e Jardim da Infância vinha, sem dúvida, favorecer as normalistas e aliar interesses e objetivos presentes no planejamento e na execução das atividades pedagógicas desses cursos, não havendo necessidade de deslocamento das professorandas para outras escolas. O fato constituía-se numa prática de escola particular voltada para si mesma. Mas, as atividades das normalistas não se limitaram a essa escola. Elas desenvolviam intercâmbio, visitas e encontros com outras escolas, com a finalidade de ampliação de experiências. Além disso, realizaram visitas a escolas e a creches da cidade, com o objetivo de verificar o funcionamento das mesmas, levantando necessidades e problemas. Contribuíam com essas escolas e creches, fornecendo material didático confeccionado por elas e desenvolviam inúmeras

campanhas, no sentido de angariar roupas e brinquedos destinados às instituições visitadas. Costumeiramente, recebiam, na escola, visitas de alunas e professores de escolas locais e regionais, que iam buscar apoio e orientação. Todas as datas cívicas e festivas eram comemoradas solenemente pela escola (62).

Com o advento da Lei 4.024/61, o curso normal sofreu transformação curricular para adaptar-se à nova legislação. Se, antes, o Curso Normal enfatizava mais a teoria do que a prática, com oito aulas semanais de Prática de Ensino durante o curso; depois, verificou-se o contrário, com dezesseis aulas. A nova lei deu cunho mais profissionalizante à escola, preocupando-se mais com a Teoria e Prática da Escola Primária; com o objetivo de qualificar melhor a professora, apesar de apresentar redução da carga horária semanal, em relação à anterior (Anexo IX).

CURSO COLEGIAL INDUSTRIAL FILADÉLFIA

No ano de 1968 teve início o Curso de Química Industrial. Na década de 60, acentuou-se pela aplicação de recursos provenientes da cultura do café no setor urbano, com a instalação de indústrias. Os programas de desenvolvimento industrial começam a se desenvolver, aliados ao crescimento populacional e ao êxodo rural.

Durante essa década, o Instituto Filadélfia de Londrina implementou novos cursos na Instituição, sendo, um

(62)- Id. *ibid.*, 1966.

deles, o de Química Industrial, implantado com a preocupação na formação do "técnico" para atuar no setor industrial emergente. A Instituição também vinha atravessando um período de crise financeira, e um curso dessa natureza provavelmente atrairia muitos alunos.

A primeira turma do curso era constituída de 45 alunos matriculados e funcionava no período noturno. Esse curso funcionou até o ano de 1975, apresentando oscilações no seu quadro de matrícula. De 1968 a 1972, o curso atendeu a 425 alunos (63).

Convém destacar que esse curso recebeu muitos alunos possuidores de Certificados de conclusão de segundo ciclo, que tiveram a dispensa de frequência e de avaliação nas disciplinas pertencentes à cultura geral do currículo. Foi possível observar, também, um índice elevado de alguns alunos desistentes e reprovados: no ano de 1969, por exemplo, dos 72 alunos matriculados, 17 desistiram e 11 foram reprovados (64).

A formação profissional dos alunos era oriunda de disciplinas teóricas e práticas do elenco das disciplinas que compunham a grade curricular. As aulas práticas eram desenvolvidas em Laboratório, com número limitado de participantes(65). Pelos documentos consultados, esse foi o curso que teve tratamento diferenciado nos laboratórios, com a participação direta dos alunos nas práticas experimentais, todas elas sob a orientação do professor J.J. Puls, responsável pelo curso.

(63)- Id. Ibid., 1968-1972.

(64)- Id. Ibid., 1969.

(65)- Id. Ibid., 1968-1971.

CURSO TÉCNICO DE SECRETARIADO

A implantação do Curso Técnico de Secretariado foi decorrente do interesse da Instituição em oferecer formação profissional a todos aqueles que desejassem atuar no setor comercial e industrial, como "técnicos" em secretaria de empresas. O curso iniciou-se em 1968, com 11 alunos matriculados e utilizou o espaço físico e os recursos materiais e humanos existentes na Instituição. Foi um curso que não onerou na sua instalação. Seu custo não representou grande investimento. Funcionava no período noturno. Sua procura não atendeu às expectativas do grupo dirigente da Instituição. Ao final do ano de 1968, o curso apresentou o seguinte resultado de aproveitamento: seis alunas aprovadas; quatro desistentes; uma transferida. Esses dados vêm comprovar que, de fato, não houve aceitação do curso. Durante o seu período de duração, de 1968 a 1974, atendeu a 75 alunos (66).

Não consta nos documentos consultados o valor da anuidade escolar correspondente ao curso.

A carga horária adotada era de 20 horas semanais, distribuídas em oito disciplinas, na primeira série, sendo que predominava a cultura geral, para cinco disciplinas; e para três, a formação técnica. Na segunda série, havia equivalência na distribuição, com oito disciplinas na série, correspondendo a 10 horas-aula para a formação geral e 10 para a específica. A terceira série, última do curso, caracterizava-se pelo aprofundamento destinado à formação profissional, com

(66)- Id. *ibid.*, 1968-1974.

oferta apenas de duas disciplinas para a formação geral e cinco para a formação específica, de secretariado. Era um curso com características de terminalidade. Havia preocupação com a formação técnica e de oferecer um curso que não existia até então, na cidade e região. Ao mesmo tempo, pretendia-se atrair clientela significativa, reforçando também o "caixa". Não se pode esquecer que, nesse período, a Instituição estava atravessando uma situação difícil, de natureza econômico-financeira. Esta forma de procurar resolver o problema, não deu certo.

CURSO GINASIAL "ERASMO BRAGA", DE CALENDÁRIO ESPECIAL

O curso denominado Ginásio Intensivo teve início em 10. de agosto de 1969, com o término desse período letivo em 27 de fevereiro de 1970, atendendo a 203 alunos(67) matriculados. Funcionou até o ano de 1975, com uma clientela significativa, considerando a média de alunos em sala de aula. Havia turmas com 17 alunos. Na distribuição de alunos nas diversas turmas e períodos do calendário especial, chegou a haver um número por turma considerado elevadíssimo: 75 alunos (68).

Por se tratar de um curso de calendário especial, que acelerava, o término do curso, ocorreu grande procura, não havia, entretanto, nenhum critério especial para

(67)- Id. ibid., de 01/08/1969 a 27/02/1970.

(68)- Id. ibid., 1970-1971.

garantir um ensino eficiente, no sentido didático-pedagógico. O único critério utilizado era o de atender o máximo de alunos, distribuindo-os no mínimo de turmas e, por conseguinte, obter maior lucratividade, num espaço de tempo reduzido. Como realizar um trabalho sério em turmas tão numerosas de período noturno?

Mais uma vez comprovou-se a lógica empresarial materializada numa escola particular de natureza confessional.

O plano curricular do curso compreendia uma grade curricular (Anexo X), com 22 aulas semanais de cultura geral. Em outubro de 1972, houve alteração na grade curricular, com a retirada da disciplina de Francês, que foi substituída por Prática de Escritório, com três aulas na terceira e quarta séries. Esse curso, por funcionar no período noturno, atendeu a um número elevado de alunos.

O Instituto Filadélfia de Londrina, em sua orientação pedagógica, optou por uma pedagogia tradicional, concedendo maior ênfase ao papel transformador da escola; não optou pela renovação, visto que, na prática, seguia rigorosamente as disposições legais emanadas das reformas de ensino, onde tudo era pré-estabelecido e onde o professor exercia o papel de mero cumpridor das ordens superiores. Mesmo com o advento da Lei 4.024/61, que deu maior liberdade e autonomia às escolas, a estrutura do sistema escolar permaneceu a mesma. A saída do Instituto Filadélfia foi a criação de cursos vocacionais que também não surtiram os efeitos esperados, apesar da ajuda externa da Alemanha, oferecendo recursos físicos e materiais. A prática pedagógica ficou a nível do discurso e os objetivos expressos ficaram apenas nos documentos.

A partir de 1964, com a instalação do Regime Militar surgiram novas exigências na área educacional, tais como, respeito, ordem e civismo. Essa nova orientação não mudou a postura da Instituição. As inovações foram adequadas ao ensino de 1o. e de 2o. graus, com a instalação dos cursos profissionalizantes exigidos pela Lei 5.692/71. As necessidades de ordem financeira continuavam sendo a preocupação básica. Um projeto educacional, fundamentado numa prática pedagógica renovadora que impulsionasse a escola a uma função social transformadora inexistia.

4.2.2 - Atividades extracurriculares

Em sentido abrangente, currículo pode ser considerado como a soma total das situações de aprendizagem oferecidas pela escola e relacionadas no processo de transmissão, apropriação e ampliação do saber. Nesse sentido, o Instituto Filadélfia realizou inúmeras atividades extracurriculares, que não podem ser consideradas como integrantes de um planejamento global. Na realidade, o que ocorreu no interior da escola, foram práticas fragmentadas e desvinculadas do currículo. A proposta pedagógica da escola esteve centrada nos programas, nos livros didáticos, no professor, cujo suporte eram as grades curriculares dos diversos cursos. As atividades extracurriculares podem ser consideradas como atividades diferenciadas do currículo. Saviani também diferencia atividades extracurriculares (jogos,

festas juninas, semana da pátria, etc.) de currículo propriamente dito, ao afirmar que "encontra-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados. Isto quer dizer, que se perdeu de vista a atividade nuclear da escola, isto é, a transmissão dos instrumentos de acesso ao saber elaborado"(69). É preciso diferenciar o substancial do acidental, o principal do secundário. Tais atividades só têm sentido na medida em que contribuem efetivamente no enriquecimento das atividades próprias da escola, não quando agem como mecanismos de substituição. No Instituto Filadélfia, constituíram-se em atividades essenciais do Projeto Oculto; a nível de currículo, como proposta pedagógica ligada a um plano global, não funcionaram.

As atividades desenvolvidas pela escola não prejudicaram o calendário, pois a aula ministrada pelo professor era considerada "sagrada", e o programa a ser cumprido integralmente não podia ser prejudicado. Havia uma preocupação por parte do diretor-presidente, professor Zaqueu de Melo, com o modelo de escola como transmissora do saber sistematizado, porém, centrado no livro didático e no programa, exigindo, como condição básica, a disciplina em sala de aula.

O saber sistematizado era transmitido nessas condições: com disciplina, ordem e autoridade interna e externa, nas relações entre o diretor, professores e alunos.

Pelas fontes consultadas, nos relatórios elaborados pela Instituição no jornal da cidade - Folha de Londrina - nas inúmeras publicações realizadas durante os anos

(69)- Dermeval SAVIANI. Sobre a natureza e especificidade da educação, p.3.

de 1954 a 1972, verifica-se o quanto a Instituição utilizou o espaço desse jornal com a finalidade de divulgação dos eventos e atividades extracurriculares.

As divulgações, aparentemente inovadoras, funcionaram sempre como mecanismos para reforçar o seu Projeto Oculto, no sentido de legitimar a Instituição perante a sociedade, como moderna, e eficiente. Apesar do caráter festivo e apologético que se tentava dar às notícias, não se pode considerá-las reformistas, o que de fato acontecia era uma forma de propaganda, tendo como objetivo atrair mais alunos para os seus quadros e buscar a valorização da própria Instituição.

O Ginásio de Esporte, o "Colossinho", famoso na cidade e região, foi o espaço predileto das atividades esportivas, que mereceram muito destaque nos jornais. As atividades ali desenvolvidas foram futebol de salão, voley e basquete. Era o local considerado "palco" das promoções da escola. O "Colossinho" era o chamariz, não só para as atividades esportivas da escola, mas era também alugado a outras associações e escolas, notadamente, para os jogos estudantis. Sua ausência foi sentida quando, impiedosamente, foi destruído pela empresa J.A. Veríssimo, após a aquisição do imóvel.

A piscina, localizada junto ao Internato Masculino, também foi palco das promoções esportivas. Foi a primeira escola de Londrina e da região a possuir esse recurso com a finalidade de implementar as atividades esportivas. Isso representou uma iniciativa pioneira. Era outra forma de atrair clientela escolar.

O Grêmio Estudantil, o Grêmio Literário e o Jornal "O Filadélfia" serviram também para cumprir as finalidades da escola, no tocante ao desenvolvimento individual do educando. Promoveu a competição e ressaltou "os melhores" e os líderes. Como se tratava de atividades discentes que exigiam tempo e dedicação, foram os alunos do turno diurno que tiveram essas oportunidades, pois os do período noturno, na sua maioria, eram trabalhadores. Essas atividades eram desenvolvidas, praticamente, sem custo operacional.

Outras atividades desenvolvidas: concurso de oratória, declamação de poesia, apresentação de recital de música, palestras, desfiles, intercâmbio com outras escolas, visitas e encontros, campanhas para angariar roupas e brinquedos, levados a efeito, principalmente, pelas alunas do curso Normal, em contribuição com as escolas e creches visitadas. Dava-se ênfase às atividades filantrópicas, com relevância aos ideais de fraternidade, solidariedade entre alunos e comunidade londrinense. Era o ideal de "Servir e Bem Servir".

O Curso Normal Secundário, ao completar um ano de atividades, comemorou solenemente a data registrando a efeméride na Folha de Londrina de 16 de abril de 1958: "Comemorou um ano de vida a Escola Normal Filadélfia".

Em sessão solene presidida pela diretora do Curso Normal, professora Clarinha Brilman, foi dada posse à primeira diretoria do grêmio das alunas, denominado "Júlia Vanderlei", em homenagem à primeira professora normalista do Paraná. O Objetivo dessa agremiação era o de

"congregar todas as normalistas, fortalecer o espírito de colaboração e coleguismo e promover reuniões de caráter social e educativo,

especialmente seminário sobre assuntos pedagógicos, referentes ao curriculum do curso" (70).

A escola utilizou-se muito de palestras proferidas, principalmente pelo diretor-presidente, professor e reverendo Zaqueu de Melo, que, como pastor evangélico, professor e político além do conteúdo, tinha o dom da palavra e a capacidade de trabalhar com os sentimentos e emoções dos ouvintes. Os assuntos eram abrangentes, tendo, como pano de fundo, os princípios da ética, da moral e da própria religião, de conteúdo cristão universal, pois o ensino religioso não fazia parte da proposta pedagógica da escola. Desenvolvia-se com caráter não formal, através das palestras realizadas.

A proposta de uma educação com formação integral era entendida numa concepção individualista, dentro dos princípios liberais. A democracia que se pretendia sempre foi a formal e não a real. A compreensão da solidariedade como sinônimo de filantropia, jamais permitia questionamentos e desenvolvimento do espírito crítico por parte dos alunos, para compreenderem as desigualdades na sociedade e injustiças sociais. A ênfase no desenvolvimento do indivíduo, considerado como átomo isolado, permitiu, sempre que o discurso estivesse a serviço da legitimação da ordem social.

(70)- COMEMOROU um ano de vida a Escola Normal-Filadélfia, p. 5.

4.2.3. - As Relações de Trabalho na Instituição e as Exigências Contratuais

Para organizar o seu quadro de pessoal, a Instituição utilizou-se de profissionais da própria comunidade, que exerciam as mais variadas ocupações, como advocacia, medicina, contabilidade e outras. Também fizeram parte do corpo docente, ex-padres.

Segundo depoimento do ex-professor da Instituição, Manoel Barros de Azevedo, o diretor-presidente, Zaqueu de Melo, viajava durante o período de férias de final de ano, procurando recrutar professores para trabalhar na Instituição, com tempo integral e dedicação exclusiva. Essa exclusividade não constava do Contrato de Trabalho, de forma explícita, mas nas relações de trabalho tornava-se implícita; pois alguns destes professores procuravam ministrar aulas em outras instituições; em especial, na escola pública. A direção demonstrava insatisfação, a não ser quando seus professores começaram a trabalhar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, uma vez que isso, representava a valorização do seu corpo docente.

Com a instalação do curso Colegial, em 1949, para atender a essa nova clientela escolar, a direção da Instituição, aproveitou inicialmente o trabalho dos professores que ministravam aulas no curso ginasial; mas, na década seguinte, contratou professores, inclusive muitos deles licenciados, na medida que aumentava o número de alunos. A seguir, a cópia de um modelo de Contrato de Trabalho, realizado em março de 1947, entre o contratante, representando a Instituição, o professor Zaqueu de Melo e o contratado,

professor Renato Mussi. Esse contrato de trabalho faz parte dos documentos apresentados no relatório enviado ao Inspetor Federal, Otávio Teles Rudge Maia, no ano de 1947, onde menciona que contratos semelhantes a esse eram firmados com os professores do estabelecimento.

""CONTRATO""

"ZAQUEU DE MELO, Diretor do Ginásio Londrinense e da Escola Técnica de Comércio Londrinense, ora denominado contratante, e RENATO MUSSI, ora denominado contratado, sendo o último, professor, residente nesta cidade, acordaram o seguinte:"

1. O contratado se compromete a dar 17 aulas semanais na Escola Técnica de Comércio Londrinense noturnas, de acordo com o horário organizado para o presente ano letivo, pelo ordenado de CR\$1.000,00 (hum mil cruzeiros), recebendo pelas aulas excedentes a importância de CR\$13,00 (treze cruzeiros), por aula.
2. O contratado se compromete a estar frente de sua classe desde o momento do sinal convencional e só deixar no término do período de aula.
3. O contratado não poderá, salvo em casos excepcionais, deixar de comparecer à aula que lhe será designada no horário, sofrendo, então, neste caso, o desconto correspondente ao valor e número de aulas perdidas.
4. O contratado não poderá, em hipótese nenhuma impor ao aluno a pena de suspensão das aulas; em caso de falta grave cometida pelo aluno, poderá encaminhá-lo à Diretoria, que tomará as providências que o caso requer.
5. Há um livro-ponto que deverá ser assinado pelo contratado quando estiver em sua respectiva função.
6. O contratado se obriga a executar os programas oficiais de ensino e se compromete a executar as deliberações da Diretoria.
7. Cumpre ainda ao contratado:
 - a. Zelar pelo bom nome do Estabelecimento, mantendo a disciplina e interesse dos alunos;
 - b. Promover o maior aproveitamento possível dos alunos confiados a sua docência;

- c. Tratar os alunos com humanidade e cavalheirismo, respeitando sempre a personalidade em formação dos discentes;
- d. Comparecer às Reuniões dos Professores e às festas cívicas que o estabelecimento promover ou nas quais tenha de tomar parte;
- e. Manter elevado padrão de conduta moral;
- f. Evitar o uso do fumo no recinto ou nas dependências do Ginásio, permitindo-se-lhe, entretanto, fumar na sala reservada aos professores.

8. O contratado se compromete a pagar o vencimento do contratado no último dia útil de cada mês, e no caso de impossibilidade absoluta, até 5 dias após o vencido o mês.

9. A não observância de qualquer das cláusulas deste contrato, implica na possibilidade de caducidade do mesmo.

Estando, contratante e contratado, em perfeito acordo sobre os itens acima, firmam o presente contrato, que dão por firme e valioso.

Londrina, aos 15 de março de 1947.

a) Zaqueu de Melo - Contratante

b) Renato Mussi - Contratado" (71).

Pelo Contrato, percebe-se a visão empresarial da Instituição. O professor era considerado como um simples obreiro (não evangélico). Era obrigado a assinar o livro-ponto, e isso significava vigilância, controle do funcionamento da escola, do início ao término das aulas. O mais importante era a pontualidade, a disciplina, o cumprimento do horário. O professor era obrigado, ainda a participar de todas as atividades, sem estipulação prévia do número delas e sem remuneração, por força do instrumento legal que era o contrato de trabalho. A Instituição não remunerava esse tipo de trabalho, pois participar de determinadas atividades, era obrigação do professor. Era uma forma de escamotear uma situação de exploração. Era uma empresa com objetivos específicos que prestava serviços para obter lucros. Somente

com a integração de todas as partes do organograma da Instituição se conseguirá atingir o grau máximo da performance estratégica: atingir os objetivos. É positivo, na ótica da classe capitalista, quando os recursos humanos de uma empresa estão em total envolvimento subjetivo-participativo, na busca de objetivos. É negativo, quando os recursos humanos só participam na cabeça de seus dirigentes. Infelizmente, esta era a tônica da direção do Instituto Filadélfia em relação a seus professores, que não passavam de meros objetos manipulados por quem detinha a hegemonia do poder. Isto era resultado do grau de dependência e de sobrevivência do próprio professor Marx, analisando a relação no trabalho, diz que

"o modo de produção não deve ser considerado simplesmente como reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, antes, de uma forma definida de atividade destes indivíduos, uma forma definida de expressar suas vidas, um definido modo de vida deles. Assim como os indivíduos expressam suas vidas assim eles são. E o que eles são, portanto, coincide com sua produção, tanto com o que produzem, quanto como produzem. A natureza dos indivíduos, portanto, depende das condições materiais de sua produção" (72).

Nas diferentes sociedades, os homens se relacionam com outros homens e produzem a sua própria sobrevivência. As relações variam conforme o desenvolvimento das forças produtivas e dos instrumentos de trabalho. É nas relações sociais que os homens estabelecem sua própria existência. As relações de trabalho na Instituição configuravam-se dentro da lógica da sociedade capitalista.

De conformidade com os Estatutos da Instituição, (1945), com alterações ocorridas, era da competência da

(72)- Karl MARX. Formações econômicas pré-capitalistas, p.113.

Diretoria "contratar professores e funcionários". Entretanto, novas alterações verificaram-se em 1964, estabelecendo, no seu artigo 15:

"A Diretoria se reunirá ordinariamente uma vez por mês para dentre os assuntos em pauta"

a) contratar o Diretor-Administrativo e os Diretores Técnicos completando com a letra "e" aprovar o quadro e fixar remuneração de funcionários e professores, bem como dos diretores administrativos e técnicos" (73).

Era de competência da diretoria contratar pessoal para trabalhar na escola. A partir de 1964, apareceram as figuras dos Diretores-Administrativos e dos Técnicos. Percebe-se, então, uma forma de divisão técnica de trabalho na escola, estabelecendo regras de boa organização. A contratação baseada na competência, na subordinação e na hierarquia, era atribuição da diretoria, que formava o grupo hegemônico da Instituição. Segundo Félix,

"De fato, na medida em que a prática da administração escolar é tratada do ponto de vista puramente técnico, são omitidas as suas articulações com as estruturas econômicas, política e social, obscurecendo a análise dos condicionantes da educação. As normas técnico-administrativas que são propostas como normas para o funcionamento do sistema escolar constituem um produto desses condicionantes. No entanto, elas são adotadas e implementadas como se fossem autônomas, isentas das determinações econômico-sociais" (74).

A implementação e utilização de mecanismos tecnoburocratas, no seio da escola, era uma forma de negar a dimensão política, mostrando a sua tendência anti-democrática, que busca a legitimação através do saber técnico. Era uma forma

(73)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Estatuto. (Redação dada pela alteração estatutária de 1964).

(74)- Maria de Fátima Costa FÉLIX. Administração Escolar, p.81-82.

de ocultação do poder centralizador nas mãos do diretor-presidente, Zaqueu de Melo.

Os Regimentos Internos da escola de 1948 e de 1969, determinavam sobre os direitos e deveres dos docentes, praticamente os mesmos estabelecidos pelo Contrato de Trabalho, do qual são destacados alguns itens para reflexão:

- "a) manter a disciplina convenientemente ao bom ensino durante a aula;
- "b) dar aulas que lhes forem determinadas pelo horário, iniciando-as e terminando-as com os sinais convencionais;...
- "c) cooperar com o bom nome do estabelecimento;
- "d) assinar livro-ponto antes de cada aula;...
- "e) cooperar nas comemorações cívicas e nos programas literários do estabelecimento" (75).

A disciplina em sala de aula significava bom desempenho discente e principalmente docente. Caracterizava-se pela quietude, silêncio e bom comportamento.

No Regimento Interno da escola, de 1969, algumas alterações foram feitas. Mantiveram-se, porém, as normas acima. O artigo 11 diz:

"A constituição do Corpo Docente, ou seja, a admissão ou a dispensa, a remuneração, horário de trabalho e forma de pagamento, far-se-ão nos termos de legislação própria do Ensino e da Lei Trabalhista" (76).

Mais uma vez, evidencia-se a visão empresarial e a forma de manipulação de oferta de emprego, amparada pela legalidade estabelecida interna e externamente. O professor ou

(75)- INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Regimentos Internos, 1948 e 1969.

(76)- *Ib. ibid.*, 1969.

o funcionário estavam sujeitos a esse controle; caso contrário, podiam perder seus empregos. O artigo deixou bem claro o assunto sobre a dispensa do trabalho, enquanto que, nos regimentos anteriores, ela ficava apenas implícita.

O professor submetia-se às normas contratuais, o que cerceava a sua ação pedagógica em sala de aula. Até mesmo os programas eram oficiais e o seu cumprimento, rigoroso, por força dos estatutos legais. O professor nesse momento, ainda não se colocava como trabalhador assalariado e não existia nenhuma possibilidade de organização, em defesa de sua classe. Será que o professor aceitava pacificamente essa regra contratual? Como se desencadeavam, no cotidiano da escola, as relações entre o patrão e empregado? Na Instituição acontecia a mesma coisa que se passava na sociedade. O Estado autoritário e centralizador configurava com a representatividade do dirigente da Instituição. Na verdade, o professor aceitava pacificamente as normas contratuais porque não havia como fugir a isso.

Evidenciou-se, pelo Contrato de Trabalho e Regimento Interno da Escola, que o professor deveria possuir certas características ou, pelo menos, procurar ajustar-se a elas, como: ser paciente, submisso, dócil, disciplinado, paternalista, enfim, devia satisfazer plenamente aos interesses que eram manipulados pela escola. O trabalho do professor era avaliado pelo cumprimento contratual e pelas leis oficiais; e não pela sua ação pedagógica.

Os instrumentos legais, quer internos ou externos, serviam para a manutenção das relações sociais de produção e da ordem econômica da sociedade capitalista. A educação contribui para a sua reprodução.

Como já foi dito acima, a questão pedagógica, na Instituição, era encaminhada pelo prisma da legalidade institucionalizada pelo sistema educacional. Sua execução era assegurada através do instrumento do Contrato de Trabalho estabelecido entre as partes.

Pelo Contrato de Trabalho, os professores deviam "zelar pelo bom nome do estabelecimento". Com isso, o professor era acima de tudo, um divulgador da própria Instituição, o que lhe salvaguardava o vínculo empregatício. As relações contratuais asseguravam as relações entre os homens, na Instituição. De um lado, o professor, o empregado, executando a tarefa de ensinar, atento, mas submisso; de outro, o diretor-presidente, o poder, exigindo cumprimento às leis e produção para a lucratividade.

CONCLUSÃO

O pensamento protestante sempre esteve presente na prática educativa do Instituto Filadélfia de Londrina.

A educação é uma prática social; é uma atividade humana que se realiza historicamente em função de um contexto sócio-econômico. As características da prática educativa dos colégios protestantes estão relacionadas aos princípios básicos do liberalismo: liberdade, democracia, individualismo, trabalho, êxito e progresso(1). O Instituto Filadélfia não é exceção. Suas práticas educativas também se fundamentam na ideologia liberal.

Max Weber destaca um estilo de vida, uma norma social, para o engrandecimento dos homens e glória de Deus. A concepção de trabalho produtivo, vocação e profissão, o maior nível de produtividade e o trabalho com fins lucrativos - como valor material e espiritual - são condizentes com a doutrina do Capitalismo. Tais constatações tornam-se indispensáveis para a análise do pensamento protestante, materializado nas práticas educativas e na condução dos negócios da Instituição.

A preocupação fundamental dessa Instituição é o ensino de 1o., 2o. e 3o. graus. A sua prática educativa sempre esteve subordinada ao cumprimento das normas oficiais, embora o grupo dirigente da Instituição nunca tenha deixado de realizar os seus ideais.

(1)- Jether Pereira RAMALHO. Prática educativa e sociedade, p.43-45.

Um desses ideais foi a construção do prédio escolar destinado ao funcionamento do primeiro curso Colegial, na região. A revista "A Pioneira", na edição de maio de 1948, em artigo intitulado "Instituto Filadélfia de Londrina", destacou isto:

"...a gigantesca obra educacional traçada em linhas revolucionárias e alicerçada nos mais sãos princípios da pedagogia e da ética cristã!

"Personalidade e serviço: - eis a dupla finalidade a que visa a filosofia de educação que norteia o Filadélfia..

"É uma obra monumental que se ergue com a pujança incomparável da própria terra e que, como esta, vem apresentando os melhores frutos no domínio da educação pátria..

"Seus jovens professores fizeram cursos brilhantes em nossas universidades. O seu criador e orientador, professor Zaqueu de Melo, conhecedor profundo de pedagogia e, sobretudo, um grande educador por vocação. Os seus estudantes são tratados como pessoas, com o máximo de respeito e orientação. ... Eis uma obra que se impôs pelo espírito de servir e de BEM SERVIR a juventude de nossa grande Pátria" (2)!

Esta publicação destaca algumas idéias que a Instituição procurava veicular como proposta educacional. Em primeiro lugar, ela enfoca, como linha educacional, uma posição "revolucionária". Qual era o sentido e quais as matizes dessa proposta? Ao instalar o Curso Colegial, a Instituição pretendia provocar uma ação de pioneirismo, de mudanças, no seio da sociedade londrinense, pois não existia na cidade e região oferta dessa modalidade de ensino. Ao analisar as condições históricas da região, o grupo dirigente da Instituição considerava uma proposta que acompanhava, também, o seu crescimento e, por isso mesmo, a considerava revolucionária. Afirmava, ainda, que a Filosofia norteadora da Instituição

(2)- A PIONEIRA, maio de 1984.29

estava centrada na Personalidade e no Serviço. A finalidade da educação ministrada era a de acompanhar o crescimento da sociedade, que necessitaria de lideranças e de pessoal preparado na prestação de serviços, com o intuito de "servir e BEM SERVIR".

Outra publicação em jornal de circulação interna da Instituição denominado "O Filadélfia", traz uma entrevista com o professor Zaquiel de Melo, de onde são extraídas estas duas perguntas, para análise:

- "- Para o senhor, o que significa o aluno, neste Colégio, sob sua direção?
- "- O aluno, nesta casa, significa o companheiro menor, que buscamos ajudar nas conquistas do conhecimento e na realização de ideal cristão de vida, a saber: ser capaz, ser útil e ser feliz!
- "- Gostaríamos de saber se o Curso de Líderes, sob sua orientação, funcionará neste ano e em que bases?
- "- O Curso de Líderes funcionará no segundo semestre, como sempre foi o plano, portanto os alunos que deverão frequentá-lo serão selecionados de acordo com os resultados da primeira prova parcial" (3).

Ficou claro o significado do aluno para a Instituição. Era considerado "o companheiro menor", que devia ser orientado, ajudado na realização do "ideal cristão, o de ser capaz, útil e feliz".

Essas questões refletem o pensamento protestante: valorização moral da atividade produtiva do homem; seu desempenho profissional; sua capacidade de liderança e promoção pessoal e a realização de "boas obras", como forma de receber recompensas e "ser feliz".

Na segunda pergunta da entrevista ficou evidente a preocupação da Instituição, na pessoa do diretor-presidente,

(3)- FALA o nosso diretor-presidente, p.1-8

quanto à formação de lideranças pelo processo de seletividade, concedido apenas ao "melhores". Ficou evidenciado o princípio da individualidade, o progresso, mediante o esforço pessoal e a devida recompensa.

Ainda no mesmo jornal, sob o título "Primeira Audição dos Alunos do Conservatório Musical Filadélfia", há uma reportagem sobre a primeira apresentação dos alunos da escola de música da Instituição. Foram objetivos do evento:

- "- Criar uma elite musical, com as famílias dos alunos;
- "- Aproximar os elementos de afinidades musicais;
- "- Criar um ambiente para o aluno que, muitas vezes, receia o palco".

Mais uma vez, fica destacada a preocupação de formar uma "elite", e, ao mesmo tempo, de buscar o desenvolvimento da individualidade num ambiente democrático, com a participação da família.

Era uma forma de a Instituição produzir a sua própria legitimação perante o grupo que representava, como uma escola eficiente, desempenhando seu papel como escola particular e articulada com a sociedade global, não obstante a individualidade seja tratada como ato isolado.

Para Paiva, aqueles que promovem a educação e detêm seu poder hegemônico procuram incutir a sua ideologia, sistematizando-a através dos programas, das atividades curriculares e da administração da educação (4).

(4)- "A importância da educação como instrumento ideológico poderoso é muito clara tanto para os que detêm o poder quanto para aqueles que pretendem disputá-lo. A diferença, quanto à possibilidade de sua utilização reside no fato de que os detentores do poder político se encarregam de determinar a política educacional a ser seguida, os programas a serem promovidos ou estimulados e o conteúdo ideológico dos mesmos" (Vanilda Pereira PAIVA, *Educação popular e educação de adultos*. p. 23).

O papel da Instituição foi o de servir a uma clientela, na sua maioria, constituída pela pequena burguesia. Não realizava nenhuma forma de proselitismo direto. Inclusive, durante o período pesquisado, não consta a adoção do ensino religioso em seus currículos como matéria optativa para os alunos. Mas, em diversas oportunidades, ficou clara a intenção de uma educação voltada aos princípios cristãos, com bases no evangelho, concretizada através dos componentes ideológicos presentes nas práticas educativas. Procuraram influenciar na formação de seus alunos; não, convertendo-os as suas denominações, mas fazendo-os defensores de princípios.

Segundo depoimentos de ex-alunos da Instituição, eram evidentes essas diretrizes, ao afirmarem que havia participação ativa em sala de aula, maior liberdade de ação e de pensamento. Os professores eram bons e motivavam muito no sentido de busca de conhecimento, principalmente de cultura geral, para prosseguimento nos estudos, com o objetivo de auto-realização, preparação profissional e formação da cidadania. Assim, a escola preparava a juventude para compreender melhor o mundo, para servir à Pátria e a Deus.

A Instituição, em seu encaminhamento pedagógico, defendia princípios abrangentes, além da instrução, subordinados a uma visão de mundo cristão e fraterno, visando à participação da pessoa "educada" na sociedade.

O que, de fato, se pensou e se executou foi a implantação do ensino em todos os níveis, buscando atender a uma clientela cada vez mais abrangente, numa dimensão dualista: o ensino acadêmico, destinado à elite, com poder aquisitivo; o profissionalizante, aos filhos de trabalhadores - aqueles que

desempenhavam atividades remuneradas durante o dia e buscavam a escola no período noturno.

Os cursos oferecidos no período noturno possuíam uma demanda maior de alunos em cada sala de aula. Isso representava maior rentabilidade para a Instituição. Ao mesmo tempo que se divulgava a existência de recursos físicos e materiais, como: Laboratório de Química e outros, Escritório Modelo, as salas de aula eram ocupadas por um número elevado de alunos. Eis a contradição! Como realizar as aulas práticas nessas condições? Na verdade, os alunos não participavam dessas práticas; eram apenas expectadores das demonstrações dos professores, principalmente nos Laboratórios.

Ficou evidente, ainda, a existência de um Projeto Oculto que norteava as ações da Instituição, voltada ao espírito empresarial da Sociedade. Muito embora procurassem apresentar as melhores intenções, dignas e nobres, oferecendo vantajosas condições físicas, materiais e humanas (com belos prédios escolares, instalações de laboratório, escritório modelo, bibliotecas, salas de estudo, quadras de esporte, piscina, salão de conferências, internato masculino e feminino, fanfarra equipada, Ginásio de Esportes e professores qualificados, com dedicação exclusiva à Instituição), tudo isso era meio de atrair a clientela escolar e, conseqüentemente, de obter "lucro". É bom lembrar que todo esse patrimônio da Sociedade fora adquirido com recursos dos sócios cotistas e das mensalidades dos alunos; com benefícios advindos através de doações de materiais e de facilitação de pagamentos, quando adquiridos; de empréstimos hipotecários junto à Caixa Econômica Federal do Paraná e finalmente da valiosa contribuição externa da Central Evangélica Alemã.

Essa Instituição, de natureza particular e de caráter confessional, representava uma agência de prestação de serviços e de divulgação dos pressupostos religiosos vinculados ao protestantismo. Não podemos perder de vista que a mesma surgiu da ação de um pastor evangélico, professor Zaqueu de Melo, com o apoio das Igrejas Presbiteriana, Presbiteriana Independente e Metodista, da cidade de Londrina. Mais uma vez o Projeto Oculto se anuncia, pois a criação e desenvolvimento da Sociedade denominada Instituto Filadélfia, acompanhou a lógica da sociedade capitalista. Em sua gênese deixou claros, através do instrumento legal, os Estatutos, o seu caráter empresarial, propondo a distribuição de dividendos para, posteriormente, negá-los. Utilizou mecanismos de convencimento, no sentido de carrear recursos para a Sociedade, com a venda de suas cotas patrimoniais. Isto ocorreu nas décadas de 40 e 50 e, ao final da de 50, novos mecanismos de convencimento são utilizados com a finalidade de concentração de capital nas mãos das Igrejas, que passaram a se constituir em mantenedoras da Instituição. A função mantenedora detinha o poder hegemônico e o capital institucional; nada mais que isso.

Convém salientar, aqui, que essa Instituição surgiu na década de 40 e que suas ações no campo educacional estiveram direcionadas pela Reforma de Ensino de Gustavo Capanema, reproduzindo as condições macro-sociais existentes.

Com o fim do Estado Novo e a conseqüente promulgação da Constituição de 46, que determinou a elaboração da L.D.B. (que após anos de discussões teve a sua aprovação em 1961), uma nova orientação vem nortear a Instituição. Em 1964, redefiniram-se as relações com a sociedade civil e com a

escola, através da instalação do Estado Autoritário, que passou a intervir, centralizar e orientar as ações educacionais.

A partir da década de 60, com o desenvolvimento do processo de internacionalização da nossa economia, o Instituto Filadélfia implementou entre os seus cursos o modelo de Ensino Vocacional, com a ajuda da Central Evangélica Alemã. Apesar da ajuda externa, destinada à construção de prédios escolares e à aquisição de implementos agrícolas (maquinários) destinados à instalação de Cursos Profissionalizantes de Agricultura, Mecânica e Eletrotécnica, esses cursos não chegaram a ser instalados na Instituição. Era difícil colocar o macacão na classe média. Os filhos dos trabalhadores estudavam no período noturno e essa modalidade de ensino foi pensada para funcionar em período integral, mas se limitou às práticas educativas de iniciação profissional.

A legislação (Lei 4.024/61) dava abertura para a implementação de experiências inovadoras no sistema de ensino, como ocorreu em regiões brasileiras, experiências fundamentadas nos Dinásios Orientados para o Trabalho de Gildásio Amado. A Instituição Instituto Filadélfia de Londrina interessou-se por essas experiências, o que motivou a solicitação e o recebimento dos recursos externos. O que de fato ocorreu foi a instalação de cursos alheios ao ensino profissionalizante estabelecido pelo convênio com a Central Evangélica Alemã, porém os cursos de 2o. grau foram direcionados à opção dos alunos a nível de terceiro grau.

Não se pode perder de vista que o desenvolvimento do Norte do Paraná se deveu à cultura do café. Mas foi na década de 60 que essa cultura entrou em crise, o que motivou a implantação de programas de incentivo com a

concorrência do governo Estadual, ocorrendo a diversificação das culturas agrícolas (como milho, soja, trigo, algodão, amendoim, etc.) e a atividade de pastagem (agropecuária). Foi o mesmo incentivador da industrialização. Contudo, o café continuou como produto básico e fator de rentabilidade, até fins da década de 60. Foi também nesse período que aconteceu a intensificação da expansão da economia no Estado.

O que se verificou no Paraná, em especial no Norte do Estado, foi o predomínio da cultura do café, com base no regime da pequena propriedade agrícola, ocorrendo, com o tempo, a substituição da monocultura pela pluricultura e a expansão do processo de industrialização, bem como, também, a concentração da propriedade rural e urbana.

O Instituto Filadélfia também acompanhou essa lógica, quanto à concentração do capital social nas mãos de uma minoria, as Igrejas. Novamente o Projeto Oculto se apresenta. Por outro lado, foi no final da década de 60 que ocorreu a expansão do ensino superior no Brasil e as escolas particulares acabaram por levar vantagens de natureza financeira, com aumento da clientela escolar, pois o sistema público não absorvia a demanda de matrículas. Era o modelo que privilegiava as escolas particulares. O Instituto Filadélfia, nesse momento, estava passando por crise financeira e acabou criando o seu curso superior (CESULON - 1972). Foi também em 1972 que ocorreu um fato, o qual, por si só, permite grande reflexão: a Instituição vendeu um imóvel situado na quadra 144, com uma área de 14.058,00 m², contendo vários prédios; oito blocos com 45 salas de aula que abrigavam os cursos Primários, Ginásial, Normal e Técnico de Contabilidade, mais a casa do diretor e o Ginásio de Esportes "Colossinho". O imóvel

foi adquirido pela firma J. Alves Veríssimo S. A. Indústria, Comércio e Importação, pelo valor de CR\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) (5).

No momento da venda, faltavam vagas nas escolas de Londrina, por insuficiência de prédios escolares. A comunidade continua cobrando, ainda hoje, do poder público e do grupo de dirigentes da Instituição o encaminhamento que foi dado a esse patrimônio escolar. Sabe-se que o grupo J. A. Veríssimo realizou uma operação de alienação e contratou, em 1974, uma empresa para demolir os prédios anteriormente utilizados como espaço escolar(6). Houve alguma participação das Igrejas na decisão da venda desse imóvel? Nesse momento a Instituição estava interessada em adquirir cotas dos cotistas individuais. Mais uma vez, fica patente o Projeto Oculto, pois objetivava-se a centralização do capital.

Em entrevista à Folha de Londrina, o professor Antonio de Godoy Sobrinho, então diretor do Centro de Estudos Superiores (CESULON), relata: "Se eu estivesse aqui, atrapalharia aquele negócio. Cheguei a Londrina dois meses depois e o professor Zaqueu de Melo, cansado e sozinho, já havia concretizado a venda". Na mesma reportagem menciona-se que a venda foi precipitada (7).

As igrejas eram proprietárias desse patrimônio e, ainda, mantenedoras da Instituição Instituto Filadélfia, que, nesse período, atravessa crise financeira, com débitos a serem saldados junto aos Instituto de Previdência e a Bancos. Pretendiam fazer acertos de conta com professores e funcionários, bem como, adquirir cotas dos sócios individuais.

(5)- CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO 1o. OFÍCIO. *Certidão*, p.161.

(6)- QUE destino terá o terreno do ex-Instituto Filadélfia de Londrina? p.5

(7)- Id. *ibid.*

Nos documentos consultados, não foi encontrado nenhum pronunciamento por parte das Igrejas, na solução da crise, sem lançar mão da venda de seu patrimônio.

O que ficou evidenciada foi a forma como essa Instituição encaminhou seus negócios, uma vez que contava com um projeto pedagógico em ação, procurando cada vez mais atrair a clientela escolar para o seu interior.

Ficou patente o Projeto Oculto desenvolvido pela Sociedade, que veiculava o interesse evangelizador, via projeto pedagógico. Mas, no transcorrer da sua história, a realidade foi camuflada, pois, na verdade, desde a sua origem e durante o seu desenvolvimento estiveram voltados a um modelo de escola-empresarial. Em muitos momentos, por ocasião da compra e venda de seus imóveis, dos empréstimos hipotecários, da venda e compra de cotas, essa Instituição, de natureza educacional-confessional, mais parecia uma empresa imobiliária. Ela foi arquitetada por uma minoria que buscou, durante a sua construção histórica, o sentido de acumulação e concentração do capital social, bem como a concentração do poder hegemônico. Outrossim, o ideário de evangelização encontrava-se embutido nas práticas educativas voltadas aos princípios da "ética protestante e do espírito do capitalismo" fundados nos ideais liberais e pragmatistas. A lógica no interior da Instituição estava de acordo com a lógica da sociedade brasileira.

Uma outra questão analisada foi o modo autoritário de como era tratado o docente, e conseqüentemente, o alunado, que permitiu o levantamento de uma questão fundamental: se a Instituição sempre inseriu em seus objetivos a serem atingidos o princípio da democracia, sendo esta uma prática do pensamento protestante, fundamentada nos princípios

do liberalismo, como fazê-la possível em relações autoritárias? Evidentemente, a verdadeira democracia sempre esteve no discurso e sempre, também, inviabilizada na prática. Ao longo da pesquisa foram levantados inúmeros exemplos reais da prática autoritária no interior da escola, que poderiam ilustrar muitas páginas da história da Instituição.

Finalmente, pelos cursos oferecidos, pelo número de alunos atendidos, pelas relações de trabalho, desenvolvidas durante o período estudado, não resta dúvida de que foi uma Instituição que cumpriu o seu papel, incutindo valores e representando os anseios da classe dominante.

ANEXOS

A N E X O I

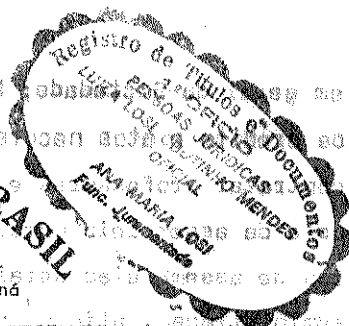
**ESTATUTO, 1945 E ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS
DE 1950, 1964 E 1970**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Comarca de Londrina

Estado do Paraná



1.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

RUA PIAUI, 211 - GALERIA FOLHA DE LONDRINA - SALA 2 - FONE: 22-1900

Luiza Losi Coutinho Mendes
(OFICIAL)

Ana Maria Losi
(FUNC. JURAMENTADA)

CERTIDÃO

Certifico apud verbal da pessoa interessada, que revendo o Livro "A" do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, às fls. nº 44, consta existir a Inscrição sob nº 31, de 02.07.1945, do seguinte teor: "Estatuto do Instituto Filadélfia de Londrina - Capítulo I - Denominação, sede, fins, duração e dissolução. Art. 1º - O Instituto Filadélfia, com sede e foro jurídico na cidade de Londrina, Estado do Paraná, será regido pelos presentes estatutos e pela legislação em vigor. Art. 2º - A Sociedade Instituto Filadélfia terá as seguintes finalidades: a) preparar pregadores leigos e professores da Escola Dominical para todas as denominações evangélicas nacionais, por meio de dois cursos: - 1º curso bíblico primário, em dois anos; 2º curso bíblico secundário, em três anos, cujo currículo incluirá, além das matérias do curso anterior, o curso ginasial por Madureza. Art. 91 do Decreto-lei 4.244 da legislação em vigor. § Único- Tanto para com externos, como para, com internos, a orientação será inteiramente evangélica, porém com absoluto respeito às convicções denominacionais dos alunos. b) organizar, oportunamente, mais os seguintes cursos: Primário, Admissão, Comercial e Ginasial; Art. 3º - A Sociedade Instituto Filadélfia é de duração indeterminada. Art. 4º - Sua dissolução se dará: a) pelo consenso unânime dos cotistas; b) por deliberação da assembleia geral, convocada e instalada na forma prevista para reforma de estatutos; c) pela demais causas previstas em lei. § Único: No caso de dissolução compete à Assembleia determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante, e o conselho fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação. Capítulo II - Capital e Cotas - Art. 5º - O capital social é de quinhentos mil cruzeiros, divididos em cotas de quinhentos cruzeiros, o qual poderá ser aumentado. Art. 6º - As cotas serão nominativas e transferíveis por motivo de sucessão universal, legado ou venda tendo neste caso preferência a Sociedade. Art. 7º - Cada cota dará direito a um voto. Art. 8º - As cotas serão assinadas por dois diretores. Capítulo III - Administração - Art. 9º - A Sociedade será administrada por quatro diretores, sendo um presidente, um vice-presidente, um diretor secretário e um tesoureiro, eleitos pela Assembleia, com mandato por um ano, podendo ser reeleitos. Art. 10º - A parte pedagógica-religiosa do Instituto Filadélfia ficará à cargo dos pastores evangélicos, aqui domiciliados, cujas igrejas apoiarem a obra do Instituto Filadélfia. Art. 11º - O cargo de Diretor é privativo de ministro evangélico cotista, de qualquer denominação. Art. 12º - A Diretoria se reunirá de dois em dois meses, pelo menos, cabendo-lhe: - a) expedir regulamento e dar instruções sobre negócios

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Comarca de Londrina

Estado do Paraná



1.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

RUA PIAUI, 211 - GALERIA FOLHA DE LONDRINA - SALA 2 - FONE: 22-1900

Luiza Losi Coutinho Mendes
(OFICIAL)

Ana Maria Losi
(FUNC. JURAMENTADA)

-000-

oficiais da denominações, e pelos jornais locais. Art. 23º - Para instalação da Assembleia geral ordinária, em primeira convocação, faz-se mister a presença de cotistas que representem um quarto do capital social. Em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. § Único: Para instalação da Assembleia Geral extraordinária em primeira ou segunda convocação, é mister a presença de cotistas que representem dois terços do capital social. Em terceira convocação se instalará com qualquer número. Art. 24º - A mesa da Assembleia Geral será constituída de um Presidente aclamado pelos cotistas, de um secretário por ele nomeado, quando impedidos os diretores na forma dos estatutos e da lei. § Único: A ata da Assembleia Geral será lavrada no livro competente e será assinada pelos membros da Mesa e pelos cotistas que houverem estado presentes. Capítulo V - Dividendos - Art. 25º - Não haverá dividendos pelo espaço de três anos a partir da data da constituição desta Sociedade. § Único: No caso de a Sociedade adquirir cotas de cotistas que se afastarem da mesma, ela o fará pagando o valor nominal das cotas, sem o cômputo de qualquer juro. Art. 26º - Estes Estatutos entram em vigor na data de sua aprovação. A Diretoria: Dr. Zaqueu de Mello - Presidente. Rev. Jonas Dias Martins, Vice-Presidente. Rev. Rui Carneiro Giraldez, Secretário. Snr. Darcirio Egger, Tesoureiro. Londrina, 10 de maio de 1945. Reconheço verdadeira as firmas supras em numero de quatro, do que dou fé. Em test. da Verdade. Londrina, 09 de maio de 1945. Firma ilegível - 2º Tabelião. NADA MAIS. Londrina, 02 de julho de 1945. (a) Claudino F. dos Santos - Oficial. ANOTAÇÕES - Averb. 31/1 - de 10.05.1951. Alterações do Estatutos do Instituto Filadélfia de Londrina - Pública forma parcial. José de Oliveira Rocha, 1º Tabelião desta Comarca de Londrina, Estado do Paraná, Brasil, certificar que, nesta data lhe foi apresentado para que dele fosse extraída a competente pública-forma o documento seguinte: "Ata da Assembleia, digo: Assembleia Geral Extraordinária do Instituto Filadélfia de Londrina em terceira e última convocação". Aos vinte e oito dias do mês de novembro, do ano de mil novecentos e cinquenta, às vinte horas, no edifício do Colégio Londrinense, nesta cidade reuniu-se em terceira convocação, A Assembleia Geral Extraordinária do Instituto Filadélfia de Londrina, de acordo com a convocação feita aos sócios no Diário Oficial do Estado do Paraná dos dias seis, sete e oito deste mês e ano, novembro de um mil novecentos e cinquenta. E no Paraná, Jornal desta cidade, do dia 8 de novembro de 1950. Aberta a sessão, o senhor Presidente professor Zaqueu de Mello, expôs aos sócios a razão de ser da presente assembleia geral extraordinária, qual seja a de ampliar o estabelecido na letra b, do artigo dois dos Estatutos do Instituto Filadélfia de Londrina, de tal forma que esta sociedade possa pleitear junto ao Ministério da Educação e

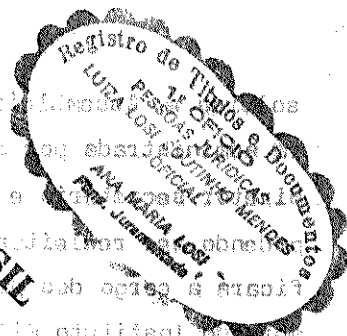
-000-

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Comarca de Londrina

Estado do Paraná



1.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

RUA, PIAUI, 211 - GALERIA FOLHA DE LONDRINA - SALA 2 - FONE: 22-1900

Luiza Losi Coutinho Mendes

(OFICIAL)

Ana Maria Losi

(FUNC. JURAMENTADA)

CERTIDÃO

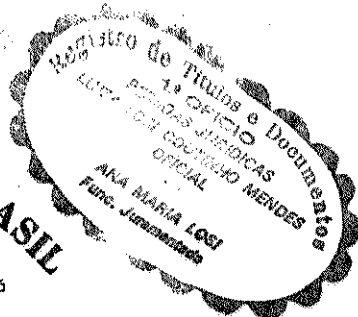
C e r t i f i c o a pedido verbal da pessoa interessada, que revendo o Livro "A.1" de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, de fls 57, consta existir a Inscrição sob nº 226, de 11.12.1964, do seguinte teor: Estatutos do Instituto Filadélfia de Londrina - Capítulo I - Denominação, sede, fins, duração e dissolução. Art. 1 - O Instituto Filadélfia, com sede e foro jurídico na cidade de Londrina, Estado do Paraná, será regido pelos presentes estatutos e pela legislação em vigor. Art. 2 - A Sociedade Instituto Filadélfia terá as seguintes finalidades: a) preparar pregadores leigos e professores de Escola Dominical para todas as denominações evangélicas nacionais, por meio de dois cursos: 1. curso bíblico primário, em dois anos; 2. curso bíblico secundário, em três anos, cujo currículo incluirá, além das matérias do curso anterior, o curso ginásial por Madureza. Art. 91 do Decreto-Lei 4.244 da legislação em vigor. § Único - Tanto para com externos, como para com internos, a orientação será inteiramente evangélica, porém com absoluto respeito às convicções denominacionais dos alunos. b) organizar, oportunamente, mais os seguintes cursos: Primário, Admissão, Comercial, Ginásial, Normal, Colegial e Superior. Art. 3 - A Sociedade Instituto Filadélfia é de duração indeterminada. Art. 4 - Sua dissolução se dará: a) pelo consenso unânime dos quotistas; b) por deliberação da assembleia geral, convocada e instalada na forma prevista para reforma de estatutos; c) pelas demais causas previstas em lei. § Primeiro: No caso de dissolução da sociedade, uma vez liquidadas todas as suas contas passivas, inclusive as de capital, todos os seus bens de direitos serão doados às Igrejas Evangélicas de Londrina, a que pertencerem os quotistas, proporcionalmente ao número de quotas dos mesmos. § Segundo: Os quotistas que discordarem desta modalidade de dissolução poderão em qualquer tempo resgatar suas quotas pelo valor nominal. Capítulo II - Capital e Quotas - Art. 5. - O capital social será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), dividido em 2.000 quotas no valor de R\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) cada uma. Art. 6 - As quotas serão nominativas e transferíveis por motivo de sucessão universal, legado ou venda, tendo neste caso preferência os outros quotistas. 4 Primeiro: Cada quota dará direito a um voto. § Segundo - As quotas serão assinadas por dois diretores. Art. 7 - A Sociedade deverá proceder a um balanço anual do seu ativo e passivo, que deverá ser aprovado pela Diretoria, Assembleia Geral e dado conhecimento aos quotistas. Não haverá distribuição de lucros sob qualquer forma ou título, os quais deverão ser aplicados em ampliações e manutenção da sociedade de conformidade com o que for re-

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Comarca de Londrina

Estado do Paraná



1.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

RUA PIAUI, 211 - GALERIA FOLHA DE LONDRINA - SALA 2 - FONE: 22-1900

Luiza Losi Coutinho Mendes
(OFICIAL)

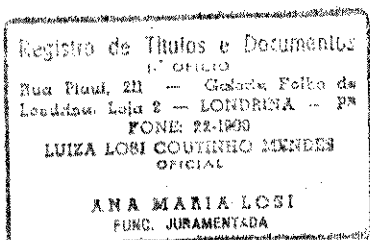
Ana Maria Losi
(FUNC. JURAMENTADA)

-o0o-

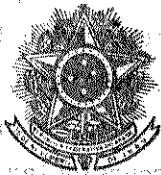
sido convocada, Qualquer assunto estranho será adiado para a assembléia que se seguir. Art. 18- A assembléia geral ordinária deverá reunir-se no mês de março e as extraordinárias nas épocas para que forem convocadas. Art. 19 - Compete à Assembléia Geral Extraordinária: a) eleger por escrutínio secreto e destituir os membros da diretoria; b) receber anualmente as contas dos diretores e deliberar sobre o balanço e relatórios por eles apresentados. Art. 20 - Compete à Assembléia Geral Extraordinária: a) alterar ou reformar estatutos; b) autorizar empréstimos; c) deliberar sobre aumento do capital social; d) resolver dissolução e liquidação da Sociedade, nomear e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas, na forma do § Primeiro do Art. 4.º e deliberar e resolver sobre negócios e assuntos não expressos nestes e que interessam à Sociedade com as faculdades e amplitudes que lhe putorgam os Estatutos e a Lei. Art. 21 - A convocação da Assembléia Geral se fará pelo menos com quinze dias de antecedência pelos jornais evangélicos, órgãos oficiais das denominações e pelos jornais locais. Art. 22 - Para instalação da Assembléia Geral Extraordinária, digo, Ordinária em primeira convocação, faz-se mister a presença de quotistas que representem um quarto do capital social. Em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número. § Único: Para instalação da Assembléia Geral Extraordinária em primeira ou segunda convocação, é mister a presença de quotistas que representem dois terços do capital social. Em terceira convocação se instalará com qualquer número. Art. 23 - A mesa da Assembléia Geral será constituída de um Presidente aclamado pelos quotistas, de um secretário por ele nomeado, quando impedidos os diretores na forma dos Estatutos e da Lei. § Único: A ata da Assembléia Geral será lavrada no livro competente e será assinada pelos membros da mesa e pelos quotistas que houverem estado presentes. (a) Prof. Zaqueu de Melo. Firma reconhecida pelo 2º Tabelião de Londrina, Pr., em 01.12.1964. NADA MAIS. Londrina, 11 de dezembro de 1964. (a) Manoel J. Longo - Oficial Maior. Era somente o que se continha em dito registro, do qual bem e fielmente extraí a presente Certidão, e reportando-me ao seu original, Dou Fé, Eu, *Luiza Losi*, Oficial a fiz datilografar, conferi, subscrevo e assino.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.
Londrina, 06 de julho de 1990.

Luiza L.C. Mendes
Luiza Losi Coutinho Mendes
Oficial.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Comarca de Londrina

Estado do Paraná

1.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

RUA PIAUI, 211 - GALERIA FOLHA DE LONDRINA - SALA 2 - FONE: 22.1900

Luiza Losi Coutinho Mendes
(OFICIAL)

Ana Maria Losi
(FUNC. JURAMENTADA)

CERTIDÃO

Certifico a pedido verbal de pessoa in-

teressada, que revendo o Livro "A.1" do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, às fls 72, consta existir a Inscrição sob nº 244, de 26.10.1965, do seguinte teor: - Estatuto do Instituto Filadélfia de Londrina. Capítulo I - Denominação, Sede, Fins, Duração e Dissolução: Art. 1º - O Instituto Filadélfia de Londrina, com sede e foro Jurídico na cidade de Londrina, Paraná, será regido pelos presentes estatutos e pela legislação em vigor. Art. 2º - A Sociedade Instituto Filadélfia de Londrina terá as seguintes finalidades: a) criar e manter os seguintes cursos: Jardim de Infância, Primário, Ginásial, Colegial Clássico e científico, comercial e normal; b) criar e manter os ginásio vocacional e industrial; c) criar e manter Faculdade Livre de Teologia e Filosofia; d) colaborar com os poderes públicos, toda vez que for oportuna, para o progresso educacional e cultural de Londrina. Art. 3º - A Sociedade Instituto Filadélfia de Londrina é de duração indeterminada. Art. 4º - A dissolução da Sociedade se dará: a) pelo consenso unânime dos quotistas; b) pela deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, convocada e instalada na forma prevista para reforma de Estatutos; c) pelas demais causas previstas em lei. § 1º - Em qualquer caso de dissolução ou liquidação, uma vez liquidadas todas suas contas passivas, inclusive as de capital, os seus bens de direito serão doados à Igrejas Evangélicas de Londrina, a que pertencerem os quotistas proporcionalmente ao número de quotistas dos mesmos. § 2º - Os quotistas que discordarem desta modalidade de dissolução ou liquidação, poderão, em qualquer tempo, resgatar suas quotas pelo valor nominal. Capítulo II - Capital, Quotas e Lucros - Art. 5º - O Capital Social é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) dividido em duas mil quotas de R\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) cada uma. § 1º - As quotas serão assinadas por dois diretores; § 2º - Cada quota dará direito a um voto. Art. 6º - As quotas serão nominativas e transferíveis por motivo de sucessão universal, legado ou venda, tendo neste caso preferência os outros quotistas. Art. 7º - A sociedade deverá proceder a um balanço anual de seu ativo e passivo, que será apresentado pela diretoria e aprovado pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal e dando-se conhecimento aos quotistas: § Único - Não haverá distribuição de lucros sob qualquer forma ou título os quais deverão ser aplicados em manutenção e ampliações da Sociedade, de conformidade com que for resolvido em assembleia geral. Capítulo III - Art. 8º - São órgãos da administração: a) A Assembleia Geral; b) A Diretoria; c) Conselho Fiscal. Art. 9º - A Assembleia Geral convocada e instalada na forma

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Comarca de Londrina

Estado do Paraná

1.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

RUA PIAUI, 211 - GALERIA FOLHA DE LONDRINA - SALA 2 - FONE: 22-1900

Luiza Lasi Coutinho Mendes

(OFICIAL)

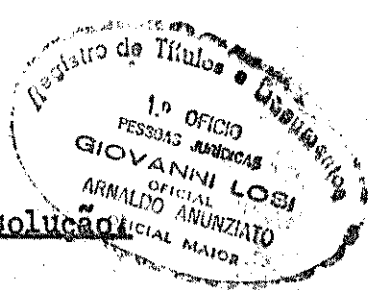
Ana Maria Losi

(FUNC. JURAMENTADA)

-ooo-

sem expressa autorização da assembleia na forma estatutária. § 3º - Os membros da Diretoria não poderão acumular cargos dentro da instituição. § 4º - É vedado ao Diretor usar ou manter escritório, gabinete ou consultório, nas dependências da instituição para uso estranho aos interesses da casa ou paralelos a esses interesses. Art. 15º - A Diretoria se reunirá ordinariamente uma vez por mês, para: a) contratar o Diretor Administrativo e os Diretores Técnicos; b) aprovar o regimento interno da Instituição; c) elaborar o orçamento anual para assembleia e executá-lo, conforme aprovação feita por aquela; d) autorizar e fazer cumprir todos os contratos, operações - créditos e atos necessários à manutenção e desenvolvimento da instituição; e) aprovar quadro e fixar remuneração de funcionários e professores, bem como, dos diretores administrativos e técnicos; f) executar e fazer cumprir as resoluções próprias das assembleias; g) resolver sobre convocações de assembleias; h) decidir sobre instalações de cursos, prestações de auxílios a estudantes bolsistas; i) praticar todos os atos de administração atinentes ao fim da sociedade e não expressos nestes Estatutos, que não forem reservados, por lei, às assembleias; j) encaminhar ao conselho fiscal o balanço e o relatório econômico financeiros anuais; k) levar ao conhecimento do Conselho Consultivo, em reunião conjunta com o mesmo, obrigatoriamente duas vezes por ano, os planos e orçamento anuais da Instituição; ouvindo-lhe a opinião ou sugestões. Art. 16º - O Diretor Presidente do Instituto Filadélfia de Londrina, será eleito pela assembleia geral com mandato de dois anos, podendo ser reeleito, e deverá ser de preferência, ministro evangélico de qualquer denominação quonista ou membro professor de qualquer destas igrejas evangélicas e portador de diploma de curso superior. Compete-lhe: a) convocar e instalar as assembleias gerais por deliberação da Diretoria, presidindo as que não ventilem assuntos do interesse ou referente à sua pessoa; b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; c) assinar juntamente com o secretário as quotas; d) supervisionar os trabalhos da Instituição; e) apresentar relatório anual à Assembleia, bem como o orçamento; f) representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo e fora dele e nas relações com as autoridades públicas; g) assinar contratos autorizados pela assembleia ou Diretoria; h) assinar documentos de responsabilidade, referentes aos serviços e negócios da sociedade, tais como títulos, cheques e documentos bancários, juntamente com o tesoureiro; i) abrir, rubricar e encerrar os livros de escrituração da sociedade; j) convocar o Conselho Consultivo; k) supervisionar a atuação dos diretores administrativo e técnico. Art. 17º - São atribuições dos demais membros da Diretoria: a) do 1º vice-presidente: substituir o presidente em seus impedimentos e com as mesmas atribuições; b) do 2º e 3º vice

ESTATUTOS DO I.F.L.



Capítulo I - Da Denominação, Sede, Fins, Prazo e Dissolução

Art. 1º.

- O Instituto Filadélfia de Londrina, de ora em diante designado pela sigla I.F.L., é uma Associação de Ensino, de caráter filantrópico, e se regerá pelos presentes Estatutos e pela legislação em vigor.

Art. 2º.

- O I.F.L. tem sua sede e foro na cidade e comarca de Londrina, no Estado do Paraná, e mantém seu principal estabelecimento à Rua Santos, 46.

Art. 3º.

- O IFL tem por finalidade:

- a) Criar e manter os Cursos Maternal e Jardim da Infância;
- b) Criar e manter os Cursos de Ensino do 1º e 2º graus;
- c) Criar e manter Curso Superior e de Pós Graduação;
- d) Criar e manter Faculdade de Teologia e de Pós Graduação em Teologia;
- e) Colaborar, na sua obra educativa, com os poderes públicos Federal, Estadual e Municipal;
- f) Colaborar com as Igrejas Cristãs na realização de Concílios, Convenções, Seminários, Simposios e Promoções Sociais;
- g) Colaborar com empresas comerciais, industriais e agrícolas bem como com clubes de serviço para entrosamento da escola com a comunidade;
- h) Colaborar com outros estabelecimentos congêneres de ensino;
- i) Conceder bolsas de estudo, em todos os graus, a estudantes de limitados recursos financeiros e de comprovado mérito.

Art. 4º.

- para a realização dos seus fins, o IFL se valerá do Colégio Londrinense, da Escola Técnica de Comercio Londrinense, da Escola Normal Filadélfia, do Ginásio Intensivo "Erasmo Braga", dos Pensionatos Masculino e Feminino e de toda a colaboração prevista nas letras "e", "f", "g", "h" e "i", do Artigo anterior.

§ Único

- Os Cursos e os Órgãos que compõem o I.F.L., e os que vierem a ser criados, funcionarão com base em regimentos internos elaborados e aprovados pela Diretoria.

Art. 5º.

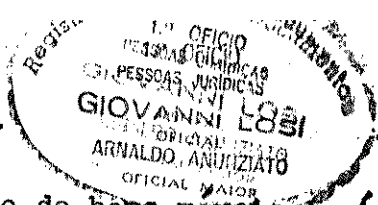
- É expressamente defesa, ao IFL, a distribuição de lucros, dividendos, honorários ou qualquer outra vantagem aos associados ou aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 6º.

- O prazo de duração do I.F.L. é indeterminado, podendo o mesmo ser dissolvido pela vontade dos associados ou pela impossibilidade de realizar os fins sociais, ou na forma determinada pelas leis.

§ Único

- No caso de dissolução, atendidos todos os credores, os bens líquidos serão destinados as Igrejas Evangelicas de Londrina, na forma dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 4 do Estatuto anterior, para serem aplicados nas mesmas finalidades que o IFL tem.



Capítulo II - Do Patrimônio e do Fundo Social

Art. 7º.

- O patrimônio do I.F.L. compõe-se de bens móveis (veículos, títulos e outros valores) e imóveis, todos registrados em nome da Associação.

§ Único

- Os bens móveis e imóveis do I.F.L. só poderão ser alienados ou, de qualquer forma, gravados, mediante expressa autorização da Assembleia.

Art. 8º.

- A receita do I.F.L., destinada totalmente à cobertura das despesas necessárias à realização de seus fins sociais, se constituirá da contribuição de seus alunos, de doações, subvenções, convenios, legados, promoções, auxílios eventualmente recebidos dos associados e de aluguéis e rendas dos bens sociais.

Art. 9º.

- Exclusivamente para efeitos administrativos, os associados do IFL representam 2.000 (duas mil) quotas de contribuição social, cada uma com direito a um voto.

Capítulo III - Dos Associados, Seus Direitos e Deveres.

Art. 10º.

- São Associados do IFL: A Igreja Presbiteriana de Londrina, a Primeira Igreja Presbiteriana Independente de Londrina, a Igreja Metodista do Brasil, paróquia de Londrina, Primeira Igreja Batista de Londrina, a Igreja Presbiteriana de Vila Nova, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana ~~de Londrina~~ e pessoas físicas, todos denominados "quotista" pelo Estatuto anterior, com o direito, na Assembleia, a um voto por "quota de contribuição social" que detiverem.

§ Único

- Entende-se por "quota de contribuição social" o valor financeiro da quota originária, investido no IFL e hoje incorporado ao patrimônio social, para as finalidades filantrópicas da Associação.

Art. 11º.

- São Direitos dos Associados:

- a) Usar da Associação na forma prevista nos seus regimentos internos;
- b) Pedir prestação de contas dos atos da Diretoria;
- c) Fazer, por escrito, denúncias sobre irregularidades nos serviços e atividades que o IFL realiza;
- d) Indicar representantes às Assembleias e solicitar a sua convocação.

Art. 12º.

- É dever dos Associados preservar o caráter Evangélico e Filantrópico da Associação;

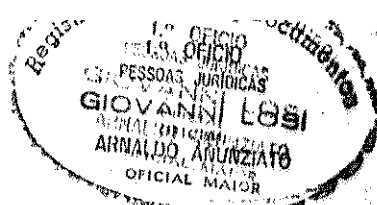
Capítulo IV

- Da Administração.

Art. 13º.

- São órgãos administrativos do IFL:

- a) A Assembléia Geral
- b) A Diretoria
- c) O Conselho Fiscal.



Art. 11º.

- A Assembléia Geral, constituída dos Associados ou de seus representantes, é o órgão supremo do IFL.

§ Primeiro

- Os representantes à Assembléia Geral, credenciados por mandato substabelecível, e com validade de três anos, deverão ser membros das Igrejas Associadas, podendo estas, se assim o desejarem, indicar, como seus representantes, membros de outras Igrejas Evangélicas;

§ Segundo

- Os representantes das Igrejas Associadas, na Assembléia Geral, devem, de preferência, ter instrução de nível superior;

§ Terceiro

- Veda-se, nos órgãos administrativos da Associação, a participação de representantes que sejam entre si, parentes até o 1º grau;

§ Quarto

- Os representantes das Igrejas associadas, não poderão ser contratados para cargos administrativos, na Associação, sob pena de incompatibilidade;

§ Quinto

- As Igrejas associadas poderão manter, na Assembléia Geral, mais de um representante desde que, no seu mandato, conte a quantia de "quotas de contribuição social" que cada um representa.

Art. 15º.

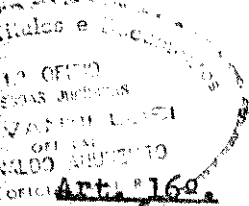
- Em sua primeira reunião, a Assembléia Geral elegerá, entre seus membros, um Presidente e um Secretário.

§ Primeiro

- Compete ao Presidente convocar o Conselho Fiscal, convocar e presidir as Assembléias Gerais, dirigir a apuração dos votos, desempatar, decidir questões de ordem, e, também, questões omissas, ouvida a Assembléia;

§ Segundo

- Compete ao Secretário ter em seu poder e guarda os livros e papéis da Assembléia, verificar o quorum, redigir ou mandar redigir as atas, assina-las e colher as assinaturas dos associados ou de seus representantes.



Art. 16º.

- As Assembléias Gerais são ordinárias e extraordinárias.

Art. 17º.

- São atribuições da Assembléia Geral ordinária:

- a) Proceder, na primeira quinzena do mês de dezembro, ao exame e aprovação das contas e dos relatórios do IFL, relativos ao exercício, ouvido o Conselho Fiscal;
- b) Proceder, anualmente na primeira quinzena do mês de dezembro, a votação do orçamento da Receita e da Despesa do ano seguinte, deliberando sobre o mesmo, ouvido o Conselho Fiscal;
- c) Proceder, trienalmente, na primeira quinzena do mês de dezembro, a eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 18º.

- São atribuições da Assembléia Geral Extraordinária:

Tratar, resolver e aprovar assuntos excluídos da competência da Assembléia Geral Ordinária cujas atribuições estão limitativamente indicadas no Artigo anterior.

Art. 19º.

- As Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de oito dias, através de edital, com a respectiva ordem do dia, publicado três vezes no jornal local de maior circulação, e uma vez no Diário Oficial do Estado.

§ Primeiro

- Nas Assembléias Gerais Extraordinárias, as decisões só obrigam, se tomadas em primeira convocação, por 2/3 (dois terços) da representação e, em segunda convocação, meia hora depois, por 51% (cinquenta e um por cento) dela.

§ Segundo

- A convocação da Assembléia Geral Extraordinária compete ao seu Presidente ou a quem fizer suas vezes, nos termos deste Estatuto. O Presidente a convocará por iniciativa própria, ou a pedido escrito do Diretor Presidente ou do Presidente do Conselho Fiscal ou ainda, a pedido de 1/3 dos Associados ou de seus representantes.

Art. 20º.

- A Diretoria do I.F.L. constituir-se-á de seis membros, sendo: Diretor Presidente e Vice; Diretor Secretário e Vice e Diretor Tesoureiro e Vice, todos com mandato de três (3) anos, podendo ser reeleitos. Compete aos respectivos Vices substituir os titulares em seus impedimentos ou ausências, por qualquer motivo.

§ Primeiro

- Os membros da Diretoria do I.F.L. não farão parte da Assembléia Geral;

§ Segundo

- Os membros da Diretoria não perceberão vencimentos, gratificações ou vantagens, consideradas suas funções como relevantes serviços prestados à Comunidade Evangélica e ao Município de Londrina;

§ Terceiro

- Aos membros da Diretoria é vedado assinar, em nome do IFL, títulos, avais ou fianças para terceiros, mesmo associados;

§ Quarto

- Nenhum membro da Diretoria poderá acumular cargo dentro do IFL, ressalvando-se o direito de exercer o magistério;

§ Quinto

- É defeso a qualquer membro da Diretoria usar as dependências do IFL, para uso estranho ou paralelo às atividades de interesses da Associação.

Art. 21º.

- Compete à Diretoria:

- a) Contratar obrigatoriamente um Diretor Pedagógico, um Diretor Administrativo e Coordenadores Técnicos, que constituirão o órgão executivo da Associação, fixando-lhes a respectiva remuneração, bem como a remuneração de todo o pessoal;
- b) elaborar e aprovar o regimento interno, que estabelecerá as atribuições de cada um dos membros do órgão e-

- executivo, delimitando claramente a área de atividade de cada um, levando em conta o princípio da eficiência e harmonia funcionais, sem prejuízo da autonomia de cada um deles; o regimento interno fixará também o regime dos Cursos que o IFL mantém e dos que vierem a ser criados;
- c) Elaborar o orçamento anual e executá-lo, conforme deliberação da Assembléia;
 - d) Autorizar e fazer cumprir todos os contratos, operações de crédito e atos necessários à manutenção e desenvolvimento dos fins da Associação;
 - e) Executar e fazer cumprir todas as deliberações da Assembléia e decidir sobre instalação de novos cursos e concessão de bolsas de estudos;
 - f) Encaminhar ao Conselho Fiscal os balancetes mensais e o balanço anual da Associação, o orçamento e os relatórios para o devido exame e parecer;
 - g) Contratar o Reitor, quando se tratar de ensino superior, fixando-lhe a remuneração;
 - h) Assinar convênios e acertos para os fins previstos nos itens "e", "g", "h" e "i" do Artigo 3º deste Estatuto.

Art. 22º. - O Diretor Presidente do IFL deverá ser, obrigatoriamente, graduado em Curso Superior e membro de qualquer das Igrejas associadas. A ele compete:

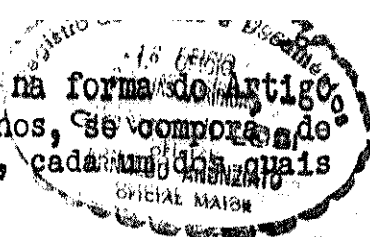
- a) Convocar e presidir as Reuniões da Diretoria;
- b) Supervisionar os trabalhos e atividades gerais da Associação e acompanhar a atuação dos componentes do seu órgão executivo, inclusive a do Reitor, quando se tratar de ensino superior;
- c) Apresentar anualmente à Assembléia Geral, relatório de suas atividades;
- d) Representar o IFL ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- e) Contratar profissional para os serviços de assessoria jurídica da Associação e assessor pessoal com remuneração fixada pela Diretoria;
- f) Assinar, com o tesoureiro, todos os documentos e papéis de ordem financeira do IFL;
- g) Dar, quando necessário, o voto de desempate nas decisões da Diretoria;
- h) Pedir, por escrito, quando necessário, a convocação da Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 23º. - São Atribuições dos demais membros da Diretoria:

- a) Ao primeiro Secretário compete secretariar as reuniões da Diretoria, redigir as atas e assiná-las com os demais membros da mesma; compete-lhe também providenciar para que a correspondência da Diretoria seja mantida em dia;
- b) Ao primeiro Tesoureiro compete supervisionar os serviços da Tesouraria, respeitadas as atribuições do Diretor Administrativo, conforme regimento interno; além disso a ele compete assinar, com o Diretor Presidente, papéis e documentos financeiros da Associação;
- c) Aos Vices compete substituir os titulares em seus impedimentos ou ausências sejam quais forem as razões destas.

Art. 24º.

- O Conselho Fiscal eleito e empossado na forma do Artigo 17º letra "C", com mandato de tres anos, se compoerá de três elementos técnicos, reelegíveis, cada um dos quais com um suplente;



§ Primeiro

- Em sua primeira reunião, os membros do Conselho Fiscal elegerão entre si um relator;

§ Segundo

- Ao Conselho Fiscal compete:
- a) Examinar balanços, balancetes, orçamentos e relatórios da Diretoria, apondo-lhes o devido parecer;
 - b) Pedir por escrito, por meio de seu relator, ao Presidente da Assembléia a convocação extraordinária desta.

Art. 25º.

- Os regimentos internos, elaborados e aprovados pela Diretoria, estabelecerão as normas de funcionamento dos cursos e seus respectivos níveis, a forma de contratação dos componentes do órgão executivo e do Reitor, quando se tratar de ensino superior.

Art. 26º.

- Quando ocorrer vaga em qualquer cargo da Diretoria, a Assembléia Geral deverá proceder, imediatamente, a eleição e posse de um novo elemento para preencher o referido cargo, se faltar metade ou mais do tempo previsto para o mandato da Diretoria em apreço.

Art. 27º.

- Como lema do I.F.L., fica adotado o seguinte dístico:
"Dedicado à Glória de Deus e a Serviço da Humanidade"

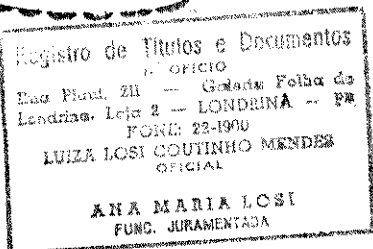
Disposições Transitória e Final

Art. 28º.

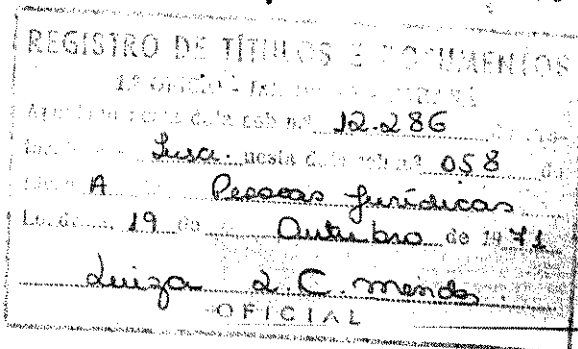
- Aprovados os presentes Estatutos, a Assembléia Geral deverá eleger e empossar, imediatamente, a nova Diretoria e o Conselho Fiscal. O mandato destes dois órgãos administrativos vigorará desta data até dezembro de 1974, quando, para a eleição das futuras Diretorias do I.F.L., observar-se-á o disposto na letra "C" do artigo 17º.

Art. 29º.

- Estes Estatutos entrarão em vigor na data de sua aprovação, revogado o anterior com todas as emendas, ressalvado o disposto no § Único do Artigo 6º.



Londrina, 5 de outubro de 1974



A N E X O I I

DEMONSTRATIVO DE ALUNOS MATRICULADOS

NO PERÍODO DE 1951-1972

CURSO GINASIAL

DEMONSTRATIVO DE ALUNOS MATRICULADOS NO PERÍODO DE 1951-1972

CURSO GINASIAL

ANO	CURSO	TURNO		
		DIURNO	NOTURNO	TOTAL
1951	ginasial	416	81	497
1952	ginasial	634	198	832
1953	ginasial	682	250	932
1954	ginasial	725	293	1.018
1955	ginasial	710	301	1.011
1956	ginasial	688	308	996
1957	ginasial	729	330	1.059
1958	ginasial	750	273	1.023
1959	ginasial	811	391	1.202
1960	ginasial	870	446	1.316
1961	ginasial	886	486	1.372
1962	ginasial	810	566	1.376
1963	ginasial	985	657	1.642
1964	ginasial	1.049	562	1.611
1965	ginasial	883	414	1.297
1966	ginasial	812	314	1.126
1967	ginasial	611	186	797
1968	ginasial	518	156	674
1969	ginasial	430	238	668
1970	ginasial	408	18	426
1971	ginasial	283	-	283
1972	ginasial	368	-	368
T O T A L		15.058	6.468	21.526

Fonte: INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Relatórios, 1951-1972.

A N E X O I I I

GRADE CURRICULAR - CURSO GINASIAL

TURNOS DIURNO/NOTURNO

ANO DE 1958

GRADE CURRICULAR - CURSO GINASIAL - TURNOS DIURNO/NOTURNO

ANO DE 1958

DISCIPLINAS	DIURNO				NOTURNO			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV
I. Línguas:								
Português	4	3	3	3	4	3	3	3
Latim	2	2	2	2	2	2	2	2
Francês	3	2	2	2	3	2	2	2
Inglês	-	3	3	2	-	3	3	2
II. Ciências:								
Matemática	4	3	3	3	4	3	3	3
Ciências Nat.	-	-	3	3	-	-	3	3
Hist. do Brasil	2	-	-	2	2	-	-	2
Hist. Geral	-	2	2	2	-	2	2	2
Geo. Geral	2	2	-	-	2	2	-	-
Geo. do Brasil	-	-	2	2	-	-	2	2
III. Artes:								
Trab. Manuais	2	2	-	-	2	2	-	-
Desenho	2	2	2	2	2	2	2	2
Canto Orfeônico	2	1	1	1	-	-	-	-
IV. Educ. Física	2	2	2	2	-	-	-	-
TOTAL DE HORAS SEMANAIS	25	24	25	26	21	21	22	23

Fonte: INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Relatório, 1958.

A N E X O I V

GRADE CURRICULAR - CURSO GINASIAL

TURNOS DIURNO/NOTURNO

ANO DE 1962

GRADE CURRICULAR - CURSO GINASIAL TURNOS DIURNO/NOTURNO

ANO DE 1962

DISCIPLINAS	DIURNO				NOTURNO			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV
I. Indicadas pelo Conselho Federal:								
Português	5	5	5	4	5	5	5	4
História	2	2	2	2	2	2	2	2
Geografia	2	2	2	-	2	2	2	-
Matemática	5	5	4	4	4	4	4	4
Ciências	3	3	-	3	3	3	-	3
II. Complementares do Sistema Federal:								
Organização Social e Política Brasileira	-	-	-	2	-	-	-	2
Desenho	2	2	2	-	2	2	2	-
III. Optativas								
Francês	-	-	3	3	-	-	2	2
Inglês	2	2	3	3	2	2	3	3
IV. Prática Educativa:								
Educação Física	2	2	2	2	-	-	-	-
Educação Cívica	1	1	-	-	-	-	-	-
Educação Art.	-	-	1	1	-	-	-	-
TOTAL DAS AULAS	24	24	24	24	20	20	20	20

Fonte: INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA.

Relatório, 1962.

A N E X O V

GRADE CURRICULAR - CURSOS CIENTÍFICO E CLÁSSICO

TURNOS DIURNO E NOTURNO

ANO DE 1963

GRADE CURRICULAR - CURSOS CIENTÍFICO E CLÁSSICO

TURNOS DIURNO E NOTURNO - ANO DE 1963

DISCIPLINAS	CIENTÍFICO						CLÁSSICO		
	Turno diurno			Turno noturno			Turno diurno		
	I	II	III	I	II	III	I	II	III
I. Indicadas pelo Cons. Fed.									
Português	3	4	4	3	3	3	5	5	5
Matemática	4	4	4	4	3	4	-	-	-
Ciências Físicas e Biológicas		-	-		-	-			
História	2	-	-	2	-	-	2	2	3
Geografia	-	2	-	-	2	-	3	3	-
II. Complementares									
Física	4	3	4	3	3	4	-	-	-
Química	4	4	4	4	4	4	-	-	-
Biologia	2	3	4	2	3	3	-	-	-
Filosofia	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Latim	-	-	-	-	-	-	3	3	4
Inglês	-	-	-	-	-	-	3	3	4
III. Optativas									
Francês	-	-	-	-	-	-	4	4	4
Desenho	3	3	3	2	2	2	-	-	-
Psicologia	-	-	-	-	-	-	2	-	-
IV. Prática Educativa									
Educ. Física	2	1	1	-	-	-	2	1	1
T O T A L	24	24	24	20	20	20	24	24	24

Fonte: INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Relatório, 1963.

A N E X O VI

GRADE CURRICULAR - CURSO GINASIAL VOCACIONAL

TURNO DIURNO - AÑO DE 1966

GRADE CURRICULAR - CURSO GINASIAL VOCACIONAL

TURNO DIURNO - ANO DE 1966

DISCIPLINAS	S É R I E S			
	Turno Diurno - Manhã e Tarde			
	1ª	2ª	3ª	4ª
Indicadas pelo Cons. Federal				
Português	5	5	4	4
Matemática	4	4	4	4
Ciências	3	3	-	-
Hist. do Brasil	2	2	-	-
Hist. Geral	-	-	2	2
Geo. do Brasil	2	2	-	-
Geo. Geral	-	-	3	-
Complementares				
Desenho	2	2	2	-
Francês	-	-	3	3
Org. S. P. Br.	-	-	-	2
Optativas				
Inglês	2	2	3	3
Práticas Educ.				
Educação Física	2	2	2	2
Educação Cívica	2	2	1	-
Música	2	2	2	2
Artes Industr.	2	2	-	-
Educ. p/ o Lar (só p/ alunas)	2	2	3	3
Téc. Comercial	-	-	2	3
Prát. Agrícolas (só p/ alunos)	-	-	4	-
TOTAL DE AULAS SEMANAIS	30 F 28 M	30 F 28 M	32 M 31 F	28 M 31 F

Fonte: INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Relatório, 1966.

A N E X O V I I

GRADE CURRICULAR - COLEGIAL VOCACIONAL

TURNO DIURNO - ANO DE 1964

GRADE CURRICULAR - COLEGIAL VOCACIONAL

TURNO DIURNO - ANO DE 1964

	T U R N O D I U R N O												
DISCI-	1ª SÉR.		2ª SÉRIE					3ª SÉRIE					
PLINAS	TIPOS		TIPOS					TIPOS					
	A	B	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	F
Port.	3	5	4	4	4	6	6	4	4	4	4	6	6
Matem.	4	-	-	5	5	-	-	-	5	5	5	-	-
Física	4	-	4	4	4	-	-	6	5	5	5	-	-
Química	4	-	5	4	-	-	-	6	4	4	-	-	-
Biol.	2	-	4	-	4	-	-	6	-	4	4	-	-
Desenho	3	-	3	3	3	-	-	-	4	-	4	-	-
Hist.	2	2	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	5
Geogr.	-	3	2	2	2	-	4	-	-	-	-	-	3
Latim	-	3	-	-	-	4	-	-	-	-	-	3	-
Francês	-	3	-	-	-	4	-	-	-	-	-	5	-
Inglês	-	3	-	-	-	4	4	-	-	-	-	4	-
Filos.	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Psico.	-	-	-	-	-	4	4	-	-	-	-	4	4
Lógica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Prática Educ.													
Ed. Fís.	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
TOTAL	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24	24

Fonte: INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Relatório, 1964.

A N E X O V I I I

GRADE CURRICULAR - CURSO NORMAL SECUNDÁRIO

TURNO DIURNO - 1957-1960

GRADE CURRICULAR - CURSO NORMAL SECUNDÁRIO

TURNO DIURNO - 1957-1960

D I S C I P L I N A S	S É R I E S		
	1ª	2ª	3ª
Português e Literatura	5	3	-
Matemática	3	2	-
Física e Química	3	-	-
Estudos Brasileiros e Paranaenses	3	-	-
Música e Canto Orfeônico	2	2	2
Anatomia e Fisiologia	3	-	-
Didática	2	2	4
Prática de Ensino	2	2	4
Psicologia Educacional	-	3	2
Desenho e Artes Plásticas	2	2	2
Educação Física, Recreação e Jogos	2	2	3
História e Filosofia da Educação	-	3	4
Sociologia Educacional	-	3	4
Estatística	-	2	-
Biologia Educacional	-	3	-
Higiene, Educação Sanitária e Puericultura	-	2	2
T O T A L	27	30	26

Fonte: INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Relatório, 1957-1960.

A N E X O I X

GRADE CURRICULAR - CURSO NORMAL SECUNDÁRIO

TURNOS DIURNOS E NOTURNOS - 1968-1970

GRADE CURRICULAR - CURSO NORMAL SECUNDÁRIO

TURNOS DIURNOS E NOTURNOS - 1968-1970

D I S C I P L I N A S	Nº. DE AULAS SEMANAIS					
	S É R I E S			S É R I E S		
	1ª	2ª	3ª	1ª	2ª	3ª
Obrigatórias						
Português	3	3	3	3	3	3
Matemática	3	3	-	3	3	-
Ciências	3	3	-	2	2	-
História	2	2	-	2	2	-
Geografia	2	-	-	2	-	-
Educação Moral e Cívica	-	-	2	-	-	2
Complementares						
Fundamentos da Educação	3	3	3	3	3	3
Teoria e Prática da Escola Primária	2	4	10	3	3	8
Optativas						
Desenho	2	2	-	2	2	-
Higiene e Puericultura	-	-	3	-	-	2
Estatísticas	-	-	2	-	-	3
Práticas Educativas						
Educação Física	2	2	2	2	-	-
Música	2	2	1	2	2	1
TOTAL DE AULAS SEMANAIS	24	24	26	24	20	22

A N E X O X

GRADE CURRICULAR - CURSO GINASIAL INTENSIVO

TURNO DIURNO - 1969-1971

GRADE CURRICULAR - CURSO GINASIAL INTENSIVO

TURNO DIURNO - 1969-1971

D I S C I P L I N A S	No. DE AULAS SEM.			
	S É R I E S			
	1ª	2ª	3ª	4ª
Obrigatórias				
Português	5	5	5	5
Matemática	4	4	4	4
História	2	2	2	2
Geografia	2	2	2	-
Ciências	2	2	2	2
Educação Moral e Cívica	2	2	2	2
Complementares				
Francês	-	-	2	2
Org. Social e Política Brasileira	-	-	-	2
Optativas				
Inglês	2	2	3	3
Prática de Comércio	3	3	-	-
TOTAL DE AULAS SEMANAIS	22	22	22	22

Fonte: INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Relatório, 1969-1971.

B I B L I O G R A F I A

ALMEIDA, Rubens. Relato da vida escolar de ex-aluno. Londrina, 1989. Entrevista concedida a Tereza C. Bertan.

ALVES, A. Rubem. Protestantismo e repressão. São Paulo: Ática, 1982.

ARAPIRACA, José Oliveira. A USAID e a educação brasileira. São Paulo: Cortez, 1982.

ASARI, Alice Y. e TUMA, Magda M. Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina. Londrina: Prefeitura Municipal, 1978.

AZEVEDO, Fernando. A cultura brasileira.. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BARROS, Samuel Rocha. Estrutura e funcionamento do ensino do 1o. grau. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

BOAVENTURA, Elias. A educação metodista no Brasil; origem, evolução e ideologia. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1978. Dissertação (Mestrado) - Universidade Metodista de Piracicaba.

BOLETIM. Museu Histórico Pe. Carlos Weiss, Londrina, n.2/4, 1980/1981.

BRASIL. Decreto No. 70.939 de ago. 1972; Criação do Centro de Estudos Superiores de Londrina. Diário Oficial da União, Brasília, 07 ago. 1972. p.6-994.

----- Decreto-Lei No. 4.244 de 09 abr. 1942. Diário Oficial da União, Brasília, 10 abr. 1942.

----- Decreto-Lei No. 6.141 de 28 dez. 1943; Lei Orgânica do Ensino Comercial. Diário Oficial da União, Brasília, s.d.

----- Decreto-Lei No. 8.530 de 02 Jan. 1946; Lei Orgânica do Ensino Normal. Diário Oficial da União, Brasília, s.d.

BRASIL. Lei No. 4.024 de 20 dez. 1961. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dez. 1961.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. Estudo para um colégio polivalente. Brasília, 1973.

----- Organização da escola polivalente. Brasília, 1971. v.2.

CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton Lobo. Constituição do Brasil. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1979.

CARTÓRIO JOSÉ DE OLIVERIRA ROCHA. Livros de quotas nominativas. Londrina, 25 de Janeiro de 1947.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE LONDRINA (1o. TABELIÃO). Escritura. Londrina, 05 de dezembro de 1946. (Registro No. 7.300).

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO 1o. OFÍCIO. Certidão. p.161.

CESAR, Zenite T. Ribas. Estudo da evolução do ensino municipal de Londrina; 1930-1970. Curitiba: UFPR., 1976. Tese (Livre Docência) - Universidade Federal do Paraná.

COMEMOROU um ano de vida a Escola Normal Filadélfia. Folha de Londrina, Londrina, 16 de abr. de 1958. p.5.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. São Paulo, 1975.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. A formação e a ideologia do administrador de empresa. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

CURY, Carlos R. Jamil. Ideologia e educação brasileira - católicos e liberais. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1984.

DEMO, Pedro. Pobreza política. São Paulo: Cortez, 1988.

FELIX, Maria de Fátima Costa. Administração escolar um problema educativo ou empresarial? São Paulo: Cortez, 1984.

FALA o nosso diretor presidente. O Filadélfia, Londrina, Junho de 1961. p.1

FREITAS, Bárbara. Escola, estado e sociedade. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1980.

FUNCIONARÁ a partir de março a Escola Técnica do Comércio no Colégio Estadual. Folha de Londrina, Londrina, 12 de fev. de 1960.

FURTER, Pierre. Educação e vida. 8.ed. Petrópolis: Vozes, s.d.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação. São Paulo: Cortez, 1983.

GOERTZEL, Ted. MEC-USAID: Ideologia do desenvolvimento americano aplicado à educação superior brasileira. Revista Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v.3, n.14, p.123-137, jul. 1967.

IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico, 1940-1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

O INSTITUTO Filadélfia e os planos para o novo ano. Folha de Londrina, Londrina, 21 dez. 1958. p.4.

INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Ata de assembléia geral extraordinária. Londrina, 11 nov. 1946. Livro 1.

----- " ----- Londrina, 29 maio 1948. Livro 1.

----- " ----- Londrina, 27 fev. 1957. Livro 1.

----- " ----- Londrina, 31 mar. 1963. Livro 1.

----- " ----- Londrina, 18 mar. 1952. Livro 1.

----- " ----- Londrina, 25 abr. 1953. Livro 1.

----- " ----- Londrina, 16 jul. 1955. Livro 1.

----- " ----- Londrina, 19 mar. 1960. Livro 1.

INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Ata de assembléia geral
extraordinária. Londrina, 02 abr. 1960. Livro 1.

..... Londrina, 31 maio 1963. Livro 1.

..... Londrina, 10 nov. 1964. Livro 1.

..... Londrina, 10 dez. 1964. Livro 1.

..... Londrina, 28 jun. 1965. Livro 2.

..... Londrina, 15 abr. 1966. Livro 2.

..... Londrina, 15 jan. 1969. Livro 2.

..... Londrina, 14 nov. 1969. Livro 2.

..... Londrina, 08 dez. 1969. Livro 2.

..... Londrina, 10 nov. 1970. Livro 2.

..... Londrina, 13 fev. 1971. Livro 2.

..... Londrina, 03 jun. 1971. Livro 2.

..... Londrina, 25 set. 1971. Livro 2.

..... Londrina, 31 jul. 1972. Livro 2.

..... Ata de assembléia geral ordinária. Londrina, 14
maio 1945. Livro 1.

..... Londrina, 31 mar. 1951. Livro 1.

..... Londrina, 31 maio 1963. Livro 1.

..... Londrina, 01 nov. 1965. Livro 1.

..... Londrina, 08 dez. 1969. Livro 1.

INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Ata de reunião de diretoria. Londrina, 22 mar. 1965. Livro 1.

..... Londrina, 24 out. 1971. Livro 1.

..... Londrina, 27 dez. 1971. Livro 1.

..... Londrina, 07 fev. 1975. Livro 1.

..... Londrina, 11 nov. 1975. Livro 1.

..... Balanços. Londrina, 1961.

..... Londrina, 1962.

..... Londrina, 1963.

..... Londrina, 1968.

..... Cópias de telegramas. Londrina, 1951.

..... Correspondência expedida à Confederação Evangélica do Brasil. Londrina, 05 de outubro de 1963.

..... Correspondência expedida aos sócios cotistas. Londrina, 1956.

..... Correspondências expedidas; parecer enviado a Central Evangélica Alemã. Londrina, 1964.

.....; proposta para concessão de auxílio enviada à Central Evangélica Alemã. Londrina, 15 de fevereiro de 1964.

..... Correspondências expedidas em 10 de setembro de 1965. Londrina, 1965.

..... Correspondências expedidas à Central Evangélica Alemã em 10 de novembro de 1970. Londrina, 1970.

..... Correspondências recebidas dos sócios cotistas. Londrina, 1943-1958 (arquivo interno)

INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Estatuto. Londrina, 1945.
(Alterações estatutárias em 1950, 1964 e 1970).

..... Folhetim. Londrina, 1946.

..... Projeto de ampliação e obtenção de recursos en-
viados à Central Evangélica Alemã - RFA. Londrina, 1969.

..... Regimento interno. Londrina, 1948.

..... Londrina, 1969.

..... Londrina, 1972.

..... Relatório de matrículas; 1945-1955. Londrina,
1955.

..... Relatórios. Londrina, 1946-1951.

..... Londrina, 08 de agosto de 1947.

..... Londrina, 1949-1961.

..... Londrina, 1952-1972.

..... Londrina, 1957-1960.

..... Londrina, 1960.

..... Londrina, 1961.

..... Londrina, 1961-1966.

..... Londrina, 1964-1969.

..... Londrina, 1968-1971.

..... Londrina, 1968-1972.

..... Londrina, 1968-1974.

INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA. Relatórios. Londrina, 1968-1975.

..... Londrina, 1969.

..... Londrina, 01/08/1969 a 27/02/1970.

..... Londrina, 1969-1970.

..... Londrina, 1969-1975.

..... Londrina, 1970-1971.

..... Londrina, 1972.

..... Relatório; termo de inspeção. Londrina, 1957.

..... Relatório de verificação e inspeção federal. Londrina, 20 de setembro de 1958.

JOFFILY, José. Londres-Londrina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LIMA, Danilo. Educação, igreja e ideologia. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

LIMA, M. H. A. e CRUZ, S. B. N. G.O.T.: uma nova concepção de ensino médio. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação. Requerimento No. 1.247, de 20 de setembro de 1939.

..... Alvará de licença No. 468, de 11 de setembro de 1958.

MAIS de 3 mil crianças privadas de assistência escolar em Londrina. Folha de Londrina, Londrina, 22 fev. 1953. p.1.

MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

..... O Capital - crítica da economia política. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v.2, livro I.

- MENDONÇA, Antonio Gouveia. O celeste porvir; a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1984.
- NEGRÃO, Theotônio. Código civil e legislação civil em vigor. 6.ed.atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.
- NÓBREGA, Vandick L. da. Enciclopédia de legislação do ensino. 3.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1968. 2.v.
- PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica; o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e a educação de adultos. São Paulo: Loyola, 1973.
- PARANÁ. Decreto No. 12.278 de 6 de set. 1957. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 11 de set. 1957.
- , Decreto No. 10.443 de 3 de jun. 1968. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 04 de jun. 1968.
- PARANÁ NORTE, Londrina, 9 out. 1934.
- PARO, Vitor Henrique. Administração escolar - introdução e crítica. São Paulo: Cortez, 1986.
- A PIONEIRA, Londrina, v.1, n.1, maio 1948.
- PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 35.ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- QUE destino terá o terreno do ex-Instituto Filadélfia? Folha de Londrina, Londrina, 26 ago. 1981. p.5
- RAMALHO, Jether Pereira. Prática educativa e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- RIO DE JANEIRO. Comissão do Ensino Superior. Parecer No. 433 de 11 de fevereiro de 1952. Autorização para funcionamento da Faculdade de Filosofia de Londrina.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil: 1930/1973. Petrópolis: Vozes, 1978.

- SALGADO, Plínio. **Ação integralista brasileira** - SEP. Rio Claro: Arquivo Municipal de Rio Claro, s.d. (Sociedade de Estudos Políticos) FPS. 051.007.001
- SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil - a UNE na resistência ao golpe de 64.** São Paulo: Cortez, 1986.
- SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Em Aberto**, Brasília, v.3, n.22, p.1-6, jul./ago. 1984.
- Tendências e correntes de educação brasileira. In: MENDES, Durval Trigueiros. **Filosofia da Educação Brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. Cap.1, p.19-47.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil - 1930 a 1964.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SOUZA, Maria Inêz Salgado. **Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964.** Petrópolis: Vozes, 1981.
- TABA, Hilda. **Elaboración del currículo.** Buenos Aires: Truquel, 1974.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** Curitiba: Vicentina, 1967.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 4.ed. São Paulo: Pioneira, 1985.